



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

DANILO ORNELAS RIBEIRO

**A CIDADE CINQUENTENÁRIA:
ENTRE OS MANUSEIOS DE MEMÓRIAS E OS SONHOS DE FUTURO
(ITABUNA-BA, décadas de 1950 e 1960)**

**SALVADOR-BA
SETEMBRO/2014**

DANILO ORNELAS RIBEIRO

A CIDADE CINQUENTENÁRIA:

**ENTRE OS MANUSEIOS DE MEMÓRIAS E OS SONHOS DE FUTURO
(ITABUNA-BA, décadas de 1950 e 1960)**

Dissertação apresentada à banca examinadora, como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior

**SALVADOR-BA
SETEMBRO/2014**

Ribeiro, Danilo Ornelas

R482 A cidade cinquentenária : entre os manuseios de memórias e os sonhos de futuro (Itabuna, BA, décadas de 1950 e 1960) / Danilo Ornelas Ribeiro. – 2014.

139 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1. Itabuna(BA) – História - 1950-1960.. 2. Memória. 3. Cacau - Aspectos econômicos- Brasil. 4. História social – 1950-1960. I. Sena Júnior, Carlos Zacarias Figueirôa de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.42



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Danilo Ornelas Ribeiro		212116596	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
A cidade cinquentenária: entre os manejos de memórias e os desejos de modernidade (Itabuna-Ba, décadas de 1950 e 1960)			
EXAMINADORES		ASSINATURA	CPF
Carlos Zacarias F. de Sena Junior - orientador			457 687 065-34
Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (UNEB)			362 096 975-34
Robson Norberto Dantas (UESC)			011.912.628-12

ATA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Danilo Ornelas Ribeiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Carlos Zacarias de Sena Junior, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

Reunida após a apresentação da dissertação e realização dos debates, a banca considerou que o trabalho cumpria todas as condições para a sua aprovação, não sendo indicados nenhum aspecto de mais intervenção para ser alterado no texto.

SSA, 30/09/2013: Assinatura do aluno:

SSA, 30/09/2013: Assinatura do orientador:

À Eva, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, pela oportunidade de desenvolver este estudo. Especialmente às professoras Lígia Bellini e Maria de Fátima Novaes Pires pelas leituras críticas do projeto de pesquisa. Aos professores Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Robson Norberto Dantas pelas críticas e motivações durante o processo de qualificação. Ao professor Antônio Câmara, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, pelas discussões em sala de aula, momentos de intenso aprendizado, regado a belos filmes. Agradeço também ao professor Clovis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira por aceitar participar da banca de defesa, contribuindo de modo significativo para a finalização desta dissertação.

Aos professores Carlos Alberto de Oliveira, Clovis Pereira, Robson Norberto Dantas e Luiz Henrique dos Santos Blume pelo acompanhamento durante a Graduação em História (2006-2010) e no decorrer do Curso de Especialização em História do Brasil (2011-2012), na Universidade Estadual de Santa Cruz, base da minha formação acadêmica.

Agradeço aos colegas de turma pelo aprendizado e amizade, fundamentais durante o percurso do mestrado, ainda mais para um estudante que encontrava no acolhimento os desaígos necessários para os cansaços das viagens semanais entre Itabuna e Salvador. Sou grato, em especial, a amiga Adriana Santos pelo constante incentivo e feliz por ter trilhado o caminho da academia ao seu lado, o que me possibilitou desfrutar do entusiasmo e da alegria dessa guerreira incontestemente na lida de enfrentar os desafios, sempre com um lindo sorriso no rosto.

Aos estudantes que me acompanham semanalmente na rotina de trabalho, pelo aprendizado da diversidade, e por me ensinarem outras realidades possíveis para além do mundo estreito da academia. Aos amigos do Colégio Estadual 13 de Junho, por ensinar a esse jovem professor – por meio de muitos risos –, que a educação pode ser um caminho salutar na emancipação dos sujeitos, apesar de todos os problemas estruturais produzidos e reproduzidos pelos maus governos. Aos professores Anderson Cardoso, Ana Carine, Leila Oliveira, Lélia Sanz, Mara Rita, Lena, Ana Paula Jovita, Ister Oliveira, Sérgio Bastos, Tiago Viana e Evaldo Borges, meus agradecimentos.

Aos funcionários dos arquivos consultados, agradeço por meio da lembrança dos nomes de Silvio, do Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas e João Cordeiro, do Centro de Documentação e Memória Regional da UESC, sempre solícitos.

Aos pesquisadores do grupo de pesquisa *Conflito Bahia*, pelas discussões e aprendizados ao longo dos últimos anos. Tenho certeza que foi um espaço privilegiado de crítica e de proposição de novas problemáticas. Agradeço a Prof.^a Kátia Vinhático Pontes, pela amizade e orientação durante a Graduação e a Especialização, e a Philippe Murillo Santana de Carvalho pelas críticas e contribuições as minhas pesquisas.

Agradecimento especial ao professor Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior, nosso entusiasmado Zaca, sempre atencioso com seus orientandos, mesmo quando estes se distanciam dos seus interesses temáticos no âmbito da pesquisa acadêmica, como é meu caso. Grato Zaca pela paciência em orientar este estudante, que pelas circunstâncias não pôde, infelizmente, acompanhá-lo nos encontros do grupo de pesquisa *História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia*.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que durante todo o percurso acadêmico estiveram ao meu lado, crítica e espiritualmente. Erashto Felício de Sousa, pela sensibilidade afiada de sua crítica e por não deixar esmorecer o desejo de transformação. Gissele Raline, querida amiga, pelos primeiros incentivos nos arquivos. Bruno Moreira, Victor Lima e Matheus Brito por mostrar que a vida também pode ser poesia e música. E Fred Moraes, pelo riso e simplicidade.

Como não poderia deixar de ser, agradeço à minha família. Especialmente aos meus tios Geraldo Ornelas e Sandra Ornelas, aos meus primos João Pedro, Diogo e Dominique Ornelas e a Dona Ethel, pelo aconchego durante as estadias para a conclusão do mestrado, sempre muito atenciosos. A meus irmãos Daniel e Luciana, parte do que sou.

Agradeço a minha companheira, Taís Carvalho, mulher sensível e forte como seu nome, que sempre acompanhou a labuta diária para a finalização desta etapa e, acima de tudo, sabe me ensinar cotidianamente os pequenos detalhes dos sentimentos com seu afeto.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a produção de bens culturais e representações históricas no contexto das comemorações do cinquentenário do município de Itabuna-BA, entre as décadas de 1950 e 1960. Período marcado por usos do passado e construção de imagens da cidade, calcadas nos signos da tradição e da modernidade, objetivando-a nos termos do urbanismo e definindo fronteiras no campo das disputas simbólicas em torno da ideia de *região cacauqueira*. Sistematização que se efetua por meio de variadas linguagens, a exemplo do memorialismo urbano e da imprensa periódica. A investigação se propôs a interpretar tais práticas culturais e representações sociais no afã de entender os significados da contingência rememorativa e seus desdobramentos na consolidação de uma memória social hegemônica sobre o sul da Bahia. As principais fontes que sustentam esta análise foram consultadas no Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD), no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC) e na Biblioteca Central da UESC.

Palavras-chave: cidade de Itabuna, memória, região cacauqueira.

ABSTRACT

This research has as its object the study of cultural goods and historical representations into the context of the celebrations of the fiftieth anniversary of Itabuna (town of South of Bahia, Brazil), between the 1950s and 1960s decades. This age was marked by uses of the past and building images of that one, grounded onto the signs of tradition and modernity, leading to under urbanism terms and defining borderlines in the field of symbolic disputes around the idea of *região cacauêira - cocoa's region* (a term that designates a region in South of Bahia which produces cocoa). That systematization takes place through many languages, the example of urban memorialism and periodical press. The research has proposed to interpret such cultural practices and social representations trying to understand the meanings of the reminiscent contingency and its developments for the consolidation of a hegemonic social memory over South of Bahia. The primary sources in which this analysis is based were consulted at Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD), at Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC / UESC) and Biblioteca Central da UESC.

Keywords: town of Itabuna, memory, cocoa's region.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI - Associação Comercial de Itabuna.

AFDI - Acervo Fotográfico do Diário de Itabuna.

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia.

APMIJD - Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas.

ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

BPEB - Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

CCPC - Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau da Bahia.

CEDOC/UESC - Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

CPE - Comissão de Planejamento Econômico da Bahia.

DI - Diário de Itabuna.

FALTAB - Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia.

FIAR - Frente Itabunense de Ação Renovadora.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICB - Instituto de Cacau da Bahia.

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

LIDA - Liga Itabunense de Desportos Atlético.

PCB - Partido Comunista do Brasil.

PL - Partido Libertador.

PR - Partido Republicano.

PRP - Partido de Representação Popular.

UDN - União Democrática Nacional.

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

USAID - U.S. Agency for International Development.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Reunião para confecção dos símbolos oficiais do município.
- Figura 2 - Primeiro Brasão de Armas e Bandeira do Município de Itabuna.
- Figura 3 - Brasão e Bandeira, reformulados em 1960.
- Figura 4 - Atiradores do Tiro de Guerra.
- Figura 5 - Missa Campal e Filarmônica.
- Figura 6 - Cobertura radiofônica dos festejos do cinquentenário.
- Figura 7 - Ilustração que acompanha a matéria “Primeiro aniversário da Rádio Clube de Itabuna S.A.: em homenagem nosso aparecimento”.
- Figura 8 - Capa comemorativa do Jornal Oficial do Município de Itabuna.
- Figura 9 - Rede rodoviária, IBGE.
- Figura 10 - Anúncio da empresa de transportes Viação Sul Bahiano.
- Figura 11 - Mapa geográfico. Território de Identidade, Litoral-Sul, Bahia, 2007.
- Figura 12 - Representação cartográfica de Itabuna.
- Figura 13 - Palanque oficial das comemorações do cinquentenário.
- Figura 14 - Propaganda da empresa Monark com referência à “Corrida de Itabuna”.
- Figura 15 - Partida de futebol comemorativa.
- Figura 16 - Reunião da Loja Maçônica Areópago Itabunense.
- Figura 17 - Vista aérea parcial da cidade. Destaque para o campo da Desportiva.
- Figura 18 - Vista parcial da cidade. Destaque para Av. Inácio Tosta Filho.
- Figura 19 - Praça João Pessoa (atual José Bastos).
- Figura 20 – Vista parcial da cidade. Destaque para feira-livre (centro).
- Figura 21 - Prefeito Francisco Ferreira, “Dr. Tatu”, e as obras públicas.
- Figura 22 - Crianças, máquinas e o vereador Raimundo Lima.
- Figura 23 - Construção do Fórum Rui Barbosa.
- Figura 24 - Inauguração de obra pelo prefeito José de Almeida Alcântara.
- Figura 25 - Modificações urbanas: Rua Miguel Couto.
- Figura 26 - Transeuntes na Av. Cinquentenário na década de 1960.
- Figura 27 - Vendedores ambulantes nas ruas centrais da cidade.
- Figura 28 – Barracas, moradores e animais.
- Figura 29- Anticomunismo, americanismo e progresso.
- Figura 30- Reunião dos prefeitos com o Deputado Federal Vieira de Melo.
- Figura 31 - Multidão na Praça João Pessoa.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	2
AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	7
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	8
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
CAPÍTULO 1 - A REGIÃO CACAUEIRA NAS MALHAS DAS PERCEPÇÕES E DO TEMPO: PRODUÇÃO CULTURAL NO SUL DA BAHIA NO INTERLÚDIO DO SÉCULO XX.....	20
1.1. O <i>boom</i> econômico e o emergir discursivo.....	23
1.2. Do progresso à barbárie.....	28
1.3. Declínio econômico e o <i>boom</i> discursivo.....	31
1.4. Planejamento econômico e regionalização.....	38
1.5. Considerações parciais.....	43
CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS DO CINQUENTENÁRIO.....	46
2.1. Os símbolos oficiais.....	49
2.2. O “Dia da cidade”.....	56
2.3. O memorialismo urbano e a busca pelo passado ameaçado.....	66
2.4. Tempos e narrativas.....	75
CAPÍTULO 3 - ENTRE A CIDADE DAS LETRAS, A CIDADE DAS PEDRAS E A CIDADE VIVIDA.....	83
3.1. Forjando um jornal moderno para que a cidade exista.....	84
3.2. Entre as letras da imprensa e as pedras da cidade.....	92
3.3. O americanismo/anticomunismo e a Companhia/campanha contra as barracas....	107
3.4. Da carência à impossibilidade.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124

FONTES.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
ANEXOS.....	137

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa parte de uma inquietação: como se relacionam a escrita do passado e usos da memória com os jogos de poder numa determinada sociedade no tempo. São práticas constantemente permeadas por produções culturais, engendradas em ações sociais, que podem evidenciar disputas em torno da hegemonia. O poder não se exerce somente pela força física, material, ele se estabelece também pelas redes de produção simbólica. O passado, o presente e o futuro se coadunam em construções sociais para sustentar a afirmação de identidades, a legitimação de lugares de pertencimento, a instauração de esquecimentos e, ao mesmo tempo, a enunciação de projetos ideológicos.

O contexto em torno das comemorações do cinquentenário de Itabuna – festejado, oficialmente, no dia 28 de julho de 1960 – pode ser caracterizado como um primeiro ímpeto de sistematização do passado da cidade e caracteriza a temporalidade desta pesquisa. Momento que vai das movimentações organizativas para o cinquentenário, nos anos de 1958 e 1959, e se prolonga nas comemorações do “Dia da Cidade” ao longo da década de 1960. Primeiro esforço de sistematização do passado que envolve uma série de práticas culturais dominantes, as quais se evidenciam por meio de diversas linguagens como o fazer jornalístico e a escrita memorialística.

As décadas de 1950 e 1960 podem ser configuradas como de intensas transformações no cotidiano citadino de Itabuna. Transformações marcadas por problemas na economia cacaueteira, pelo crescimento populacional no perímetro urbano, e, por conseguinte, pela aceleração da urbanização e do acirramento dos conflitos entre as classes sociais no campo e na cidade. Acrescente-se o processo de disputas pela regionalização da Bahia, juntamente a intensificação das políticas de desenvolvimento econômico do Estado, seguindo as políticas desenvolvimentistas correntes no Brasil naquele período. Toda essa contingência parece instaurar uma instabilidade e ameaçar determinado *status quo* local e regional. Esse processo evidencia a necessidade de afirmação de territorialidades na construção de identidades.

O primeiro capítulo da dissertação, *A Região Cacaueira nas Malhas das Percepções e do Tempo*, tem como objetivo problematizar a ideia de região cacaueteira como uma categoria dada *a priori*. O intuito é apresentar de modo panorâmico percepções apreendidas através de discursos diversos sobre o regional, que

possibilitaram a emergência da região cacauceira como um objeto analítico ao longo do século XX.

Parto da compreensão de que os espaços não podem ser tratados como naturais, como instâncias instauradoras das práticas sociais, mas sim como produtos destas práticas inseridas em relações de forças (políticas, econômicas e culturais). Antes de rerepresentar o regional com suas espacialidades e cronologias, com seu calendário de eventos fundadores, como pano de fundo para o desenvolvimento de determinado acontecimento histórico, busca-se demonstrar como o sul da Bahia passou por processos de regionalização, engendrados em campos de saber variados.

Para o desenvolvimento deste capítulo aproximo-me de uma abordagem teórico-metodológica que vê na análise da linguagem e seus modos de operação um caminho possível para uma compreensão de como a ideia de região cacauceira foi sendo produzida historicamente. O texto de Edward Said sobre o *Orientalismo* e o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a *Invenção do Nordeste* são fundamentais para esta proposta. Os dois autores dialogam com as reflexões de Michel Foucault no que diz respeito ao *discurso* para entender como seus objetos – o *Oriente* e o *Nordeste* – emergiram ao longo do tempo por meio de enunciados e imagens perpassados por disputas e lutas de classificação.¹

O método experimentado foi o de cotejar alguns discursos sobre a região ao longo do século XX, estabelecendo suas instâncias de aparição, suas coerências internas e algumas de suas regularidades discursivas.

Essa investigação foi auxiliada pelo diálogo constante com textos especializados, como os estudos de Mary Ann Mahony, Robson Norberto Dantas, Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e Rinaldo Leite, entre outros, que apesar de partirem de objetos singulares e abordagens diferentes da que se pretende aqui, ajudam na compreensão dos processos históricos e na produção textual.²

¹ SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. ALBUQUERQUE Jr., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008: “Fazer uma história dos objetos discursivos, que não os enterre na profundidade comum de um solo originário. Mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão”. (p. 54)

² FREITAS, A. F. G. de. “‘Eu vou para a Bahia’: a construção da regionalidade contemporânea”. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.9, n.4, p. 24-37, março de 2000; LEITE, R. C. N. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios da Bahia na Primeira República*. PUC, Tese, São Paulo, 2005; MAHONY, M. A. “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauceira da Bahia”. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 737-793, jul.-dez. 2007; DANTAS, R. N. *Entre a arte, a história e a política: itinerários e representações da “ficção brasileira” e da nação brasileira em Adonias*

Este primeiro capítulo servirá de prelúdio para as discussões que serão desenvolvidas nos capítulos subsequentes. Estes esforçam-se para refletir sobre algumas práticas sociais que possibilitaram a emergência da cidade de Itabuna nas disputas simbólicas pela região cacauzeira. A análise se concentrou em percorrer os modos de operação, as agências sociais e as estratégias culturais cotidianas.

O estudo se centra nos materiais produzidos para as comemorações do “Dia da Cidade”, principalmente os veiculados pela imprensa periódica e pelos escritos memorialísticos. Essa documentação exige do historiador um fortalecimento do esforço interpretativo, para aumentar as possibilidades de investigação. Desse modo, recorro ao que Maria Odila Leite da Silva Dias chamou de “hermenêutica de processos culturais tensos”.³ A tentativa interpretativa recai sobre as práticas urbanas, num cotidiano marcado por transformações.

No capítulo dois, *Memórias do Cinquentenário*, o esforço se debruça sobre as práticas comemorativas e rememorativas. A análise busca compreender as disputas em torno da identidade local e como essas disputas se processam por meio de manuseios de memórias e a elaboração de relatos do espaço e do passado, que se desdobra, por fim, em representações históricas. Disputas que se inserem no primeiro esforço de sistematização do passado da cidade e que envolve uma série de práticas culturais dominantes, como a invenção de tradições, estabelecida por meio de símbolos oficiais (brasão e bandeira).⁴ Ou ainda, práticas culturais tangenciadas por agências cotidianas da comemoração como os melhoramentos urbanos, certames, desfiles e festas. Estratégias culturais que envolvem todo um sentido centrado no *fazer pedagógico*, de produção e reprodução de conhecimentos relativos ao passado e que deveriam sobreviver para a posteridade.

No terceiro capítulo, *Entre a Cidade das Letras, a Cidade das Pedras e a Cidade Viva*, analiso o periódico *Diário de Itabuna* e as intervenções urbanísticas na cidade de Itabuna no contexto do cinquentenário. O periódico *Diário de Itabuna* serve sobremaneira como eixo de análise não só por aquilo que lhe é intrínseco, seu conteúdo,

Filho (1937-1976). 2010. 212f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2010.

³ DIAS, M. O. “Prefácio”. In: SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frentes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. XIII.

⁴ “Por ‘tradição inventada’, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSBAWN, E; RANGER, T. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 12.

bem como por aqueles que lhe dão forma, ou seja, seus produtores. O jornal é entendido aqui como fonte, mas também como objeto.⁵ Enquanto objeto, auxilia numa reflexão acerca das estratégias culturais e práticas sociais na contingência comemorativa dos cinquenta anos do município que impulsionou um novo olhar para a cidade, carregado da necessidade de dar um rosto, uma identidade: o “centro da região cacauzeira”. Entender o funcionamento deste jornal, suas redes de sociabilidades, suas contingências internas e externas, sua forma e conteúdo, possibilitam percepções das relações dialógicas e das interdependências sociais que engendraram o cotidiano cidadão.

O esforço, desta maneira, está voltado a compreender alguns modos de fazer de grupos cidadãos que tentaram impor uma modernização caracterizada principalmente pelo urbanismo. O objetivo é fazer aparecer dinâmicas da comemoração marcadas pelas sociabilidades urbanas, caracterizadas pelo consenso, dissenso, disputas e conflitos.

Entendo que as ações pedagógicas e mnemônicas e as relações travadas entre o *fazer jornalístico e o fazer urbanístico*, na contingência cinquentenária inserem-se num campo de *estratégias*, que visavam sistematizar um “lugar”. Para esta discussão, baseio-me nas reflexões de Michel de Certeau sobre as relações de forças que envolvem as práticas culturais cotidianas. Para este autor, as estratégias são “ações, que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio) elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem”. Enfim, a cultura no interstício entre o que é imposto, e como essa imposição é consumida. A cultura é pensada como resultado de relações de força.⁶

No caso deste trabalho, a atenção se voltou a perceber as intersecções e as fronteiras entre os “lugares teóricos” e os “lugares físicos”, ou mais claramente, como toda uma rede de enunciados e imagens elaborada na contingência comemorativa possibilitou a construção de uma espacialidade – Itabuna. E como esse espaço simbólico tornou-se um referente constitutivo no jogo de disputas em torno da ideia de região cacauzeira.

O fazer historiográfico diversificou-se nas últimas décadas. A noção de cultura ganhou novas dimensões, ampliando seus significados. As críticas aos estruturalismos – ancorados numa metodologia serial e quantitativa –, que se intensificou na década de

⁵ CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p.253-270, dez. 2007. p. 257.

⁶ CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v.1. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 96.

1970, fizeram historiadores se aproximarem da antropologia, campo disciplinar que debatia com mais afinco o tema da cultura naquele momento. O indivíduo em sua complexidade e relação com as estruturas ganhou realce e o olhar voltou-se para suas agências, suas práticas, seus costumes e rituais.⁷

Dentro dessa perspectiva, a noção de historicidade ganhou ímpeto e o conceito de cultura passou a ser entendido em sua correlação com o tempo e o espaço estudado pelo pesquisador. Fundamentou-se uma crítica aos modelos explicativos gerais e aos conceitualismos, como “cultura popular” ou “cultura erudita”, e voltou-se para a interpretação relacional, disseminada pelas agências dos sujeitos em suas diversas historicidades.

Sigo assim os termos de Bernard Lepetit para conceber uma noção de sociedade que “volta a ser objeto privilegiado da história”. Não mais “definida como uma das dimensões particulares das relações de produção ou das representações do mundo, mas como o produto da interação como uma categoria da prática social”. Assim, “os atores sociais inscrevem-se num sistema de posições e de relações estabelecidas e definidas na situação, na interação que os une por um momento”.⁸

Se se entende a cultura na visão antropológica, não podemos negligenciar sua configuração relacional. Como propõe Rachel Soihet: “na análise do ritual, importa ultrapassar a forma e atentar para as relações reais que nele se expressa”.⁹ Ou como assinala Maria Clementina Pereira da Cunha, a atenção se volta para os pontos conflituosos, de tensão e de disputa, uma história do conflito: “é, sobretudo uma história do conflito, em suas diversas possibilidades práticas e semânticas que se busca hoje”.¹⁰

E quanto de conflitos e tensões pode ser observado por meio da análise das práticas comemorativas nas celebrações dos aniversários de uma cidade? Quais os significados que essas práticas evidenciam em determinado contexto? Questões que envolvem disputas em torno do que deve ser lembrado e esquecido, do processo de definição de identidades e estabelecimento de lugares de pertencimento dos grupos sociais. Cabe ao historiador interpelar as redes de significados que um momento comemorativo ritualizado pode ter.

⁷ Cf. GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989; SAHLINS, Marshal. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

⁸ LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org). Trad. Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 227.

⁹ SOIHET, R. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 19.

¹⁰ CUNHA, M. C. P. “Apresentação”. In: *Carnaval e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2002. p. 13.

A justificativa para a escolha da cidade de Itabuna como espaço de investigação desta pesquisa reside em alguns fatores. Entre eles, pode-se destacar o contato anterior com as fontes e arquivos locais, realizado durante as pesquisas para a elaboração da monografia de conclusão da graduação em História pela UESC e do curso de Especialização em História do Brasil. Com a experiência de iniciação científica foi possível ter acesso a diversos documentos sobre Itabuna depositados no Arquivo Público Municipal de Itabuna José Dantas (APMIJD) e no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC). Ao mesmo tempo, justifica-se pela instigante inquietação em compreender como uma cidade de pequeno porte forjou seu próprio mito de origem, seus próprios referenciais de passado, a partir de estratégias culturais diversas.

Para esta dissertação foram realizadas pesquisas no APMIJD, no CEDOC-UESC, no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, e nas bibliotecas da UESC e da UFBA.

O grosso da pesquisa está concentrado nos arquivos locais, APMIJD e CEDOC/UESC, nos quais se encontram as fontes hemerográficas como o *Diário de Itabuna*. As fontes memorialísticas também foram consultadas nos arquivos locais, como nas bibliotecas universitárias.¹¹ As fotografias analisadas encontram-se no CEDOC/UESC e compõem o *Acervo Fotográfico do Diário de Itabuna*.

São necessárias algumas ressalvas referentes à constituição da documentação que oferta embasamento ao trabalho. Os dois arquivos locais consultados, o APMIJD e o CEDOC/UESC não podem ser desnorteados de seus papeis de “lugares de memória”.¹² Os arquivos locais não estão fora das relações de força que constituem a memória coletiva. Denominar um arquivo com o nome de uma memorialista, José Dantas de Andrade, é afirmar um lugar de poder, e legitimar uma autoridade. Por outro lado, definir a espacialidade da memória (memória regional), é instituir no próprio ato de criação, os limites de uma historicidade. Cabe ao historiador, não só utilizar dos acervos depositados nestes lugares para suas análises, mas problematizar a própria constituição destes conjuntos documentais.

¹¹ Dois cinejornais foram recuperados e remasterizados pela UESC nas comemorações do centenário de Itabuna e encontram-se disponíveis na Biblioteca da Universidade.

¹² NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: CEDUC, n. 10, dezembro/1993.

O *Acervo Fotográfico do Diário de Itabuna*, por exemplo, foi fruto de uma doação feita ao CEDOC/UESC pelo então dono do periódico, o empresário e político José Oduque Teixeira, no sentido de preservar seu nome nos anais da história da cidade. O *Diário de Itabuna* é o periódico mais conservado e disponível para consulta, tanto no CEDOC/UESC como no APMIJD. Situação diferente da de outros periódicos que circulavam no período, como *O Intransigente* e o *Jornal de Itabuna*, que, ou está em péssimas condições de uso (o primeiro), ou não foi possível encontrar exemplares para consulta (o segundo). Nos jornais encontram-se os principais indícios das práticas comemorativas, possibilitando interpretações do cotidiano cidadão.

Acompanhando a seleção da documentação a ser analisada, foi realizado também estudos da bibliografia pertinente que referenda os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa. Estudo que transcorreu, muitas vezes, integrado ao cumprimento das disciplinas cursadas durante o curso de mestrado.

Por fim, apresento o lugar social do autor deste trabalho. Lugar de fala que corresponde à formação de um grupo de pesquisa, constituído de jovens estudantes de história e incentivados pela Prof.^a Kátia Vinhático Pontes, que entre a prática nos arquivos e as leituras de teoria da história, começaram a pensar outras possibilidades para um *espaço* hegemônico por uma memória social que tem como alma o cacau, e como corpo, a região.¹³ Grande parte dos estudos deste grupo está centrada nas dinâmicas socioculturais e políticas constitutivas de cidades do sul da Bahia, principalmente, da cidade de Itabuna.¹⁴

O ambiente acadêmico que possibilitou a emergência de estudos como os supracitados, é marcado pela necessidade, apontada em evidências empíricas e novas problemáticas, de pensar o sul da Bahia para além das relações de produção em torno da lavoura cacauzeira e da narrativa baseada na literatura amadiana. Abordagens, que

¹³ Refiro-me ao grupo de pesquisa *Conflito Bahia*, que começou em meados de 2007 e funcionou até 2011. Lugar social de produção é entendido como elemento constitutivo do que Michel de Certeau chamou de “operação historiográfica”. Além do lugar social, a “operação” é completada com a prática empírica (pesquisa) e a escrita. CERTEAU, M.. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. pp. 45-108.

¹⁴ Cf. CARVALHO, P. M. S. *Uma cidade em disputa: conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930-1948)*. 2009. 175f. Dissertação de Mestrado, UNEB: Santo Antônio de Jesus-BA, 2009; SOUSA, E. F. de. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. 2010. 288f. Dissertação de Mestrado, UFBA: Salvador, 2010; GLÓRIA, P. S. da. *Entre a roça e a cidade: trabalho, trajetória e memórias de migrantes em Itabuna, Ba (1960-1990)*. 2011. 157f. Dissertação de Mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2011; SANTOS, S. C. A. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular em Una (1963-1965)*. 2010. Dissertação de Mestrado, UNEB: Santo Antonio de Jesus, 2010; MOURA, G. R. *Indivíduos dados a arruaças: capoeiras, valientes e contraordem em Itabuna (1950)*. 2012. 110f. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2012.

durante a segunda metade do século XX, hegemonizaram o pensamento de historiadores, sociólogos e cientistas políticos que se debruçaram sobre o sul baiano.¹⁵

Estas pesquisas, em torno das relações de produção, são imprescindíveis para um diálogo e compreensão da história social, política e econômica, que conforma em seu devir, uma história regional, com geografias, cronologias e teses sobre a formação da região.

A crítica se acentua com as pesquisas da historiadora Mary Ann Mahony, sobre a presença da escravidão nas terras do cacau. Mahony questionou a memória coletiva regional, que negava a participação de sujeitos escravizados nas lavouras. Destacam-se também os trabalhos de Marcelo Lins, sobre a presença comunista no sul da Bahia; e o estudo de Robson Norberto Dantas sobre o escritor Adonias Filho, literato por muito tempo esquecido frente ao poder simbólico exercido pela obra de Jorge Amado.¹⁶

A dissertação que o leitor tem em mãos tem a única pretensão de continuar um diálogo sobre a história do sul da Bahia há muito já iniciado. Dissertação que se conclui dentro das limitações de um estudo feito entre as atividades acadêmicas e a vida de trabalhador. Paralelamente ao processo de seleção do Programa de Pós-Graduação, fui convocado pela Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia, após concurso público, a assumir a função de professor. Sem poder escolher entre uma coisa e outra, junto à vontade de exercer a profissão, resolvi encarar o curso de mestrado desempenhando também a atividade de professor no Colégio Estadual Treze de Junho, localizado na cidade de São José da Vitória, a 475 km de Salvador.

Desafio ambíguo. Por um lado, impossibilitou-me uma atividade plena ou uma dedicação exclusiva ao curso de mestrado, inclusive com a ausência de incentivo financeiro pelas agências de fomento. Por outro, a experiência com a docência na rede pública, possibilitou-me um contato direto com vivências múltiplas e realidades contraditórias, ensinando-me na prática, a importância do fazer historiográfico. Confirmou-me também a necessidade de qualificação do professor no intuito de

¹⁵ Cf. GARCEZ, A. N. R. *Mecanismos de formação da propriedade cacauzeira no eixo Ilhéus-Itabuna (1890-1930)*. Salvador, 1977. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, UFBA. FREITAS, A. F. G.. *Os donos dos frutos de ouro*. Salvador, 1979. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, UFBA; BAIARDI, A. *A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984; FÁLCON, G. *Os coronéis do cacau*. Salvador: UFBA, Ianamá, 1995.

¹⁶ MAHONY, M. A. "Instrumentos necessários": escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001; LINS, M. da S. *Os vermelhos do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 2007. 255f. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2007; DANTAS. *Op. cit.*; SILVA, A. O. *Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)*. 2012. 173f. Dissertação de Mestrado: UEFS, 2012.

diminuir as separações entre o saber acadêmico e os currículos da educação básica, situação ainda desconfortável. Espero que esta dissertação, dentro de suas possibilidades, auxilie no encurtamento destas distâncias.

CAPÍTULO 1 - A REGIÃO CACAUEIRA NAS MALHAS DAS PERCEPÇÕES E DO TEMPO: PRODUÇÃO CULTURAL NO SUL DA BAHIA NO INTERLÚDIO DO SÉCULO XX

A palavra é como o girino: à medida que vai perdendo o rabo e ganhando pernas e mãos, transforma-se em sapo e sai ganhando terra firme.

Euclides Neto, *Dicionareco das roças de cacau e arredores*, 1997.

No Sul da Bahia, cacau é o único nome que soa bem.

Jorge Amado, *Cacau*, 1933.

Não é objetivo deste texto, analisar pormenorizadamente toda a vasta produção cultural sobre a região. A intenção é continuar um debate já inaugurado por outros estudiosos que se preocuparam em problematizar a região cacaueira. A ideia é elaborar uma explicação que nos auxilie na problematização do nosso objeto de pesquisa: as práticas comemorativas que colocaram a cidade de Itabuna nesse cenário de disputas pelo regional.

Entre o final da década de 1950 e dos anos 1960, estas práticas comemorativas estiverem presentes nas estratégias de produtores culturais da cidade, que tentaram se impor nas disputas pelo regional, num contexto de planejamentos econômicos e de regionalizações. Entre as estratégias colocadas em prática, estavam: a produção de bens culturais e o manejo de memórias e representações históricas, marcadas por usos do passado e criação de imagens da cidade, sistematizadas por meio de variadas linguagens. As análises deste estudo se voltam às práticas comemorativas tendo como chave metodológica e temporal as comemorações do “Dia da Cidade” entre as décadas de 1950 e 1960. O cinquentenário do município, oficialmente comemorado em 28 de Julho de 1960, é entendido aqui como momento central.

Objetiva-se responder as seguintes questões: quais os significados da construção do passado de Itabuna e como ela foi feita no contexto das comemorações do seu cinquentenário? Por outro lado, como essa produção se insere nas relações de força que tentaram consolidar uma espacialidade denominada de região cacaueira?

Euclides Neto (1925-2000), admirador de “Cristo, Marx, Tolstoi e Gandhi”, elaborou seu *Dicionareco*, no intuito de salvaguardar o dialeto dos trabalhadores das roças de cacau, o “falar dos tabaréus”, para ele elemento distintivo da identidade regional. Crítico da ortodoxia dos lexicólogos e dos filólogos, e de seus respectivos

saberes, Euclides Neto diverge: “a formação dos vocábulos nas cidades e roças é mais rápida que os lexicólogos, meros sistematizadores do que já acham pronto e consolidado. E nada criam”. O autor retoma o linguajar daqueles que não podem *dizer* para singularizar e proteger uma identidade ameaçada pelo esquecimento. O seu afã era “salvar as expressões regionalistas”, antes que “os meios de comunicação, chuva remelenta, acabem de mermar o que resta do dialeto parido nesse setém de mundo do cacau”.

A defesa da língua, perante a avalanche da fragmentação das identidades culturais naquele final do século XX, representava, para Euclides Neto, salvar sua própria identidade enquanto “um mateiro que nasceu os dentes, perdeu-os, ganhou-os de novo e tornou a perdê-los nas roças de cacau (...) tudo na mesma nação”.¹⁷ Se as preocupações de Euclides Neto se voltavam à perda da semântica e da sintaxe do falar regional, outras inquietações rondaram os discursos produzidos a partir do início do século.

Desde o primeiro *boom* econômico, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, que as expectativas relacionadas ao intenso fluxo de capital proporcionado pela lavoura de cacau no sul da Bahia se avolumaram e, por conseguinte, disputas pelo seu controle. Uma série de discursos e práticas sociais postas em movimento possibilitou a emergência de percepções espaciais e temporais, que no decorrer do tempo e pelo trabalho da narrativa foram se coagulando. Identidades locais e regionais foram tensionadas em disputas políticas pelo controle da produção das amêndoas de cacau, em representações sociais e históricas, manejos de memórias e tradições, e, por conseguinte, muitos silêncios.¹⁸ Literatos, memorialistas, geógrafos, jornalistas, políticos, historiadores, cientistas sociais, entre outros, de modo não linear, em temporalidades díspares e interesses diversos, voltaram seu olhar e seu saber para aquele espaço.

A construção dessa unidade analítica se confunde necessariamente com a dinâmica da economia cacauceira, os jogos de interesses políticos, vivências e

¹⁷ Sobre a ideia de identidade fragmentada cf. HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

¹⁸ Para uma apreensão sobre alguns destes silêncios, ver sobre a participação de famílias escravas na lavoura cacauceira MAHONY. *Op. cit.*, 2001; as pesquisas em história social sobre trabalhadores e sujeitos subalternizados cf. CARVALHO. *Op. cit.* e SOUSA. *Op. cit.*; ver também importante estudo de DANTAS. *Op. cit.*

percepções múltiplas do espaço regionalizado.¹⁹ Não podemos perder de vista, que os discursos sobre o regional eram indissociáveis dos projetos de nação que foram debatidos ao longo desse período, por vezes, na tentativa de inserir a nova espacialidade na construção do nacional.

Entendo, neste estudo, que uma determinada espacialidade, seja ela local regional ou nacional, é elaborada num jogo de inteligibilidades (imagens, enunciados e percepções), dentro de relações de força.²⁰ Espacialidades que vão se constituindo por meio de práticas culturais, em diversas temporalidades do vivido.²¹ Isso não significa desconsiderar as relações sociais e econômicas, que também fazem parte do campo das práticas sociais e da produção cultural na construção dos espaços regionalizados, e que, junto às ações políticas se coadunam indissociavelmente.²² Pretendo me ater ao campo do simbólico, provisoriamente.

Distancio-me de uma concepção teórica que vê na região um espaço naturalizado, constituído por especificidades estruturais como ambiente, raça, costumes, economia, geografia e história, ou por uma determinação da estrutura econômico-social, sem levar em conta as historicidades que fundem e fundam estes espaços. Entendo que fazer história regional ou local é primeiramente questionar os espaços, periodizações e identidades construídas ao longo do tempo. Ou no mínimo, ao recortar o objeto de pesquisa, anunciar os critérios deste recorte, explicando que é artificial e arbitrário, que inclui aqui e que exclui lá:

Em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque são criações eminentemente históricas e esta dimensão histórica é multiforme, dependendo de que perspectiva de espaço se coloca em foco, se visualizado como espaço econômico, político, jurídico ou cultural, ou seja, o espaço regional é produto de uma rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes.²³

No caso das “terras do cacau”, é possível perceber enunciados construídos ora para representar o espaço em enredos literários como lugar das lutas, façanhas, dramas, cotidianos, risos, rimas e personagens arquetípos, como o coronel e o jagunço; ora para

¹⁹ Para uma discussão sobre as disputas em torno de representações históricas e da memória coletiva regional cf. MAHONY, *Op. cit.*, 2007.

²⁰ FOUCAULT. *Op. cit.*, p. 50.

²¹ ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, p. 33.

²² HUNT, L.. “História, cultura e texto”. In: *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. pp. 1-29; HAESBAERT, R. “Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas”. *ANTARES*, nº 3, jan/jun, Caxias do Sul, 2010. p. 2-24.

²³ ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, p. 35.

sustentar uma memória social hegemônica; ora para regionalizá-lo, administrá-lo e diferenciá-lo de outros territórios na geografia baiana e brasileira; ora para perscrutá-lo enquanto um objeto discursivo acadêmico, que precisou ser delimitado, metodizado, teorizado, e por fim, escrito.

1.1. O boom econômico e o emergir discursivo

Nas décadas iniciais da República, o Sul da Bahia passou a ser objeto privilegiado de saberes.²⁴ Muito devido à ascensão econômica propiciada pela produção do cacau dentro da dinâmica do capitalismo internacional, que fez da comercialização das amêndoas do fruto – voltada quase exclusivamente ao mercado externo – a principal fonte de riqueza do Estado. Por outro lado, acompanhou também o processo de desterritorialização e redistribuição do imaginário sobre a Bahia, que começou a definir novas bases para sua espacialização, flexibilizando a representação tradicional que o reduzia à capital, Salvador, e o Recôncavo.

Nas primeiras décadas do século XX, as percepções sobre o espaço regional no sul do Estado estavam entrelaçadas às percepções construídas sobre a espacialidade “Bahia”, após o advento da República. A Bahia passava por um processo de inflexão sobre sua identidade regional, e os intelectuais concentrados em torno de instituições como Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e a Faculdade de Medicina, representavam os principais agentes fomentadores de imagens e representações sobre o Estado. Entre os discursos de exaltação dos tempos heroicos do Império e as imagens de perdas inauguradas com a República, a Bahia foi sendo representada como espaço da saudade e da ausência, ou como uma “rainha destronada”.²⁵ Em contraposição a essas percepções dos intelectuais da capital, as disputas de identidade nas “terras do cacau”, por vezes, perpassou pela negação do passado imperial e escravista, como veremos adiante.

Aldo José Morais Silva pondera que, na Primeira República, os territórios da Bahia eram praticamente desconhecidos, principiando estudos – “pontuais, fortemente

²⁴ SILVA TAVARES, Pe. Joaquim. “O comércio do cacau particularmente no Estado da Bahia”. *Broteria*, v. XI, Fasc. V, 1913; ZEHNTNER, Leo. *Le cacaoyer dans l’Etat de Bahia*. Verlag Von R. Friedlander e Sohm, Berlim, 1914; BARROS, F. B. de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Typ. Baiana de Cinninnato Melchiase, 1915; DEVOTO, Henrique. “Sobre a produção de cacau na Bahia”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. 1, IGHB, Salvador, 1916; SILVA, Deoclésio. “Chorografia do Município de Ilhéus-Estado da Bahia”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, v. 2, IGHB, Salvador, 1918.

²⁵ LEITE. *Op. cit.* O autor utiliza as noções de representação, apropriação e prática de Roger Chartier para embasar sua análise.

marcados pelo caráter memorialístico, frequentemente produzidos pelos ‘filhos’ das terras retratadas, o que faziam, não raro, com traços ufanistas” – com o objetivo de regionalizar a Bahia e inseri-la no processo de modernização nacional republicana.²⁶ Processo que foi retomado de forma mais sistemática no pós-Segunda Guerra, com a organização das instituições educacionais e de planejamento econômico, como a criação da Universidade Federal da Bahia, em 1946, e a reorganização do Instituto de Economia e Finanças do Estado da Bahia, em 1949.

É preciso levar em consideração o processo de modernização do país ao longo do século XX, que reconfigurou as relações de força entre o regional/nacional. É bem verdade que tensões em torno da construção do regional/nacional começam a aparecer já na segunda metade do século XIX.²⁷

O momento de transição entre o Império e a República foi marcado por um regionalismo provinciano com contorno identitário, separatista e local, que caracterizou as disputas em torno das ideias de nação. Para Antônio Siqueira:

Os constructos nação e região incorporam e expressam sentimentos ainda difusos do que representam as especificidades locais, os interesses setoriais e as próprias percepções do lugar que os espaços regionais ocupam no mosaico da complexidade nacional que se pretende unificadora e uniformizadora (...) No entanto, é possível historicamente identificar práticas, discursos, saberes e acontecimentos que explicitam a reverberação das afirmações identitárias que já começam a ser ameaçadas pelo nivelamento dos interesses do nacional, onde o Estado se destaca e se deixará confundir com a hegemonia da região Sudeste.²⁸

Nas primeiras décadas do século XX os discursos sobre o regional começaram a ganhar um novo formato, que caracterizaria a procura pelas identidades regionais. Para Albuquerque Júnior:

²⁶ SILVA, A. J. M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Origem e estratégia de consolidação institucional - 1894-1930. 2006. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2006. p. 38. O autor chega a listar algumas produções do período: *Estado da Bahia, posição geográfica, dimensões, povoação e clima*, publicação oficial de 1897; *Memória sobre o Estado da Bahia*, de Francisco Vicente Vianna, 1893; *Municípios da Bahia*, de Guimarães Cova, 1913; *A Bahia e os seus municípios*, publicação custeada pelo Estado em dois volumes, 1916 e 1917; *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*, de Francisco Borges de Barros, 1923; *O Estado da Bahia, agricultura, criação de gado, indústria e comércio*, de Theodoro Sampaio, 1925, e o *Álbum Artístico, Comercial e Industrial do Estado da Bahia*, de Manoel Rodriguez Folgueira, 1930.

²⁷ GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

²⁸ SIQUEIRA, A. J. “Nação e região: os discursos fundadores”. *Ciclo de Conferências Brasil 500 anos*: Rio de Janeiro, outubro de 2000. p. 6.

A procura por uma identidade regional nasce da reação a dois processos de universalização que se cruzam: a globalização do mundo pelas relações sociais e econômicas capitalistas, pelos fluxos culturais globais provenientes da modernidade, e a nacionalização das relações de poder, sua centralização nas mãos de um Estado cada vez mais burocratizado.²⁹

O Estado, que se burocratizava, procurava perscrutar os territórios, no intuito de melhor administrá-los e controlá-los. Na Bahia, desde meados do século XIX e adentrando nos anos iniciais da República, ações de Estado demonstravam preocupações em fazer um diagnóstico visando a “‘abertura’ (...), ou seja, integrar outros espaços, ocupar o território, avançar para o interior”. Duas preocupações se destacavam: as secas e os transportes. Foram desencadeadas ações como a estruturação das Estradas de Ferro – entre elas a Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista –, e a partir da década de 1920, as estradas de rodagem. Novas configurações que começaram a remodelar as percepções sobre os espaços da Bahia, “acostumada a se ver exclusivamente através do espelho representado por Salvador e seu Recôncavo”.³⁰

Em um dos primeiros livros dedicado a história de Ilhéus, elaborado pelo historiador Francisco Borges de Barros, *Memória sobre o Município de Ilhéus* (1915), a região foi caracterizada desta forma: “vasta e riquíssima região, ela constitui uma fonte inesgotável de riquezas, de que nosso Estado haure a maior soma de impostos do seu orçamento”. Adiante, “a exemplo do que se faz em outros países, relativamente à denominação das zonas produtoras: Zona Negra – a do carvão em pedra; Zona Branca – a da hulha branca: se pode denominar Zona Amarela – toda região Sudoeste, produtora de cacau”.³¹

Ao propor o termo “Zona Amarela”, referente à cor predominante do fruto do cacauero, Francisco Borges de Barros demarca uma diferença enquanto uma espacialidade econômica regional, e a insere como elemento formador da nação e integrador de uma dinâmica internacional, especificando um lugar. Lugar caracterizado pela riqueza e pela amplidão de suas fronteiras, da qual o Estado da Bahia era perdulário. Membro do IGHB, o historiador realizou um trabalho descritivo e corográfico para atender às solicitações de seu contratante, o então Intendente de Ilhéus, Antônio Pessoa da Costa e Silva (1853-1942).

²⁹ ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, p. 90-91.

³⁰ FREITAS. *Op. cit.*, 2000: p. 26 e 28.

³¹ BARROS. *Op. cit.*, p. 14.

A imagem de uma região rica se sustentava pela sobrepujança do cacau nas pautas de exportações durante a Primeira República. Historiadores do econômico apontam que entre o final do século XIX e o final da década de 1920, o cacau se tornaria o principal produto na pauta de exportações da Bahia, aparecendo como primeiro componente do PIB do Estado.³² Mas o texto de Francisco Borges da Barros talvez tenha mais sentido como valorização de uma identidade ameaçada. Nos anos de 1913/1914, uma séria crise afetou a cacauicultura, causada por enchentes de rios, entre eles o Jequitinhonha e o Pardo, que destruiu boa parte das plantações e os serviços de transporte do cacau.³³

Naquele momento, a região começava a ser foco de objetivações. A Associação Comercial da Bahia e o Governo Estadual contrataram o agrônomo holandês Leo Zehntner, especialista em cultura cacauera. O agrônomo publicou seus estudos em Berlim, no ano de 1914, no livro *Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia*.³⁴ No ano anterior, em 1913, o padre jesuíta português Joaquim Silva Tavares havia publicado artigo na revista *Broteria*, sediada em Portugal, da qual era diretor e fundador. O artigo intitulava-se “O comércio de cacau particularmente no Estado da Bahia”.³⁵ Era uma preocupação do governo e do Comércio com o fruto que dava base à economia do Estado e que começava a ganhar o mundo através dos discursos científicos.

Mary Ann Mahony, ao estudar a participação de famílias escravas na lavoura cacauera no século XIX, sistematizou a problemática da construção de uma tradição narrativa sobre a região. Em artigo publicado em 2007, Mahony realizou um levantamento das representações históricas sobre a região cacauera no decorrer do

³² GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F. G. de. *História econômica e social da região cacauera*. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975. Desde meados do século XVIII, que o cacau era produzido no sul da Bahia, mas começou a ganhar uma maior sistematização no plantio e comercialização, a partir da segunda metade do século XIX.

³³ Sobre as enchentes de 1913/1914 cf. FREITAS, A. F. G. de; PARAÍSO, M. H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul. Ilhéus – 1534-1940*. Ilhéus: Editus (UESC), 2001. p. 104.

³⁴ MAHONY. *Op. cit.*, 2007: p. 757-758, afirma que Leo Zehntner era o maior especialista em cacau da época e ficou de 1909 a 1911 pesquisando o cacau na Bahia. Sua publicação se tornou referência e passou a ser citada recorrentemente por outros autores como: CALMON, Miguel. “Notas acerca da produção e comércio do cacau”. Rio de Janeiro: Typographia Journal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1917. COSTA, Afonso. *O cacau (produção, comércio e consumo)*. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1923.

³⁵ Padre Joaquim da Silva Tavares (1866-1931) foi um intelectual de ampla formação. Estudou Humanidades e Filosofia e lecionou Grego, mas se destacou nas áreas de Química, Física e História Natural. Morou na Bahia antes de voltar para Europa, em 1915. Informações biográficas disponíveis em: <http://www.acervodemacao.ptg.eu/artigos/ptavares.pdf>, acessado em 22/09/2013.

século XX, que deu base à construção de uma memória coletiva e uma história regional.³⁶

Segundo a historiadora, uma tradição narrativa sobre a região cacauzeira surge das disputas entre dois grupos das elites regionais no início do século XX, que controlavam a produção de cacau. O primeiro grupo era formado por famílias vinculadas à aristocracia do período imperial. Estas famílias investiram na cultura do cacau como saída aos percalços da economia açucareira. O outro grupo, intitulado pela historiadora como “novos ricos”, que tinha como um dos principais fomentadores, o já citado Antônio Pessoa da Costa e Silva, arvoravam-se da identidade de homens simples, que fizeram suas riquezas por si, na dura batalha de plantar o cacau, os verdadeiros “pioneiros e desbravadores”, os agentes do progresso do sul da Bahia.

Para Mahony, esse período marca o momento chave da produção de um mito calcado na ideia de uma sociedade democrática e republicana, surgida através do braço forte do desbravador e que não utilizou a mão-de-obra escrava: “conta a história de homens que trabalharam e lutaram muito para transformar as florestas virgens do sul da Bahia em roças de cacau durante o século XIX”.³⁷

É a partir destas disputas de identidades, perpassadas por “noções de hierarquia social e racial herdadas da sociedade escravocrata” e da necessidade de afirmação do grupo dos “novos ricos” no jogo político na Primeira República, junto com o sucesso econômico apresentado pelo cacau naquele momento, que a região cacauzeira começa ser delineada enquanto um objeto discursivo.³⁸

Estes discursos caracterizavam uma maneira de se diferenciar da sociedade açucareira do Recôncavo Baiano, que havia se sustentado pela escravidão e opulência dos senhores de engenho durante o Império. E foram utilizados para marcar posição na nova configuração política advinda com a República. Se o Recôncavo açucareiro representava o passado, aristocrático e escravista, a “terra do cacau” deveria ser o motor do futuro, republicano e democrático.

A autora afirma ainda que essa tradição narrativa foi se perpetuando de variadas formas, em diversos outros lugares de enunciação ao longo do século XX, como os ensaios memorialísticos, os estudos acadêmicos e as narrativas literárias. Produções

³⁶ MAHONY. *Op. cit.*, 2007.

³⁷ *Idem*, p. 738.

³⁸ *Idem*, p. 744. Para Mahony os “novos ricos” não eram bem vistos pela aristocracia baiana, “eram um pouco mais do que uns lavradores caboclos ou mulatos e, na pior das hipóteses, ex-escravos arrogantes com dinheiro”, p. 748.

culturais que ajudaram a dar forma a uma memória coletiva. Mahony argumenta que grande parte da produção em torno deste mito de fundação serviu para justificar e legitimar as ações das elites ao longo do século:

Ao expor as dificuldades dos desbravadores do século XIX, ele [mito] ajuda a obscurecer desigualdades raciais, e justificar a imensa concentração fundiária e de renda que se desenvolveram na região no século XX. Também ajudou a elite a se defender da reforma agrária, da organização dos trabalhadores e da regularização das leis trabalhistas no meio rural, assim como reforçar seus apelos por assistência federal em tempos difíceis.³⁹

Compreendo que, além de produzir um mito de origem sobre a região cacauzeira, que referendaria nos anos posteriores, por meio de representações históricas, uma determinada memória coletiva regional e seus usos políticos, estes discursos inseridos nas disputas políticas e identitária no início do século XX, demarcam o momento de inserção da região cacauzeira nas performances enunciativas sobre o regional, que ganharia novos contornos no decorrer das décadas seguintes. A ideia de região cacauzeira começa a emergir como uma formação discursiva própria.⁴⁰

1.2. Do progresso à barbárie

No campo da literatura, o médico e escritor Afrânio Peixoto (1876-1947) lançou os romances *Maria Bonita* (1914) e *Fruto do Mato* (1920), antecipando a temática em torno dos usos, costumes e cotidiano das “terras do cacau”, que rodará o mundo, no decorrer do século, principalmente com a literatura de Jorge Amado e Adonias Filho.⁴¹

Afrânio Peixoto circulava por lugares como o IGHB e a Faculdade de Medicina da Bahia, mas fez carreira como médico e escritor no Rio de Janeiro.⁴² Ele toma como espaço para o desenrolar de sua trama as margens do Rio Pardo, tendo como referência a cidade de Canavieiras, local no qual passou parte de sua infância. Apresenta uma geografia diferente da que predominaria nas produções literárias posteriores, que deram uma maior ênfase ao eixo Ilhéus-Itabuna, como espacialidade objetivada. Os seus romances já trazem imagens que seriam lugares-comuns na produção cultural sobre a região cacauzeira e de sua identidade, então emergente, nas décadas seguintes.

³⁹ *Idem*, p. 738.

⁴⁰ Sobre a noção de “formação discursiva” cf.: FOUCAULT, M.. *A ordem do discurso*. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. p. 8-9.

⁴¹ PEIXOTO, A. *Maria Bonita*. 13ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1974. (1ª ed. 1913).

⁴² Para síntese da trajetória do autor cf. LEITE. *Op. cit.*, p. 307.

Em *Maria Bonita*, a trama se desenrola entre duas famílias que viviam às margens do Rio Pardo, próximo a Canavieiras. A primeira era uma importante família de produtores de cacau, comandada por D. Mariana, mulher conservadora de punho forte, orgulhosa de sua ascendência aristocrática – traço distintivo em relação à literatura posterior é a imagem da mulher como representação do poder centralizador, e não a do *coronel*. Em referência às pretensões de seu filho mais velho de casar com uma moça pobre da região, afirma: “um descendente de Diogo Alvares e Catarina Paraguaçu não se abaxaria até uma ‘grapiunazinha’ do Rio Pardo”.⁴³

D. Mariana tomava as rédeas dos negócios da família e arrematava ao seu redor os subordinados, com quem mantinha relações “mais de amiga, que de protetora”, diz o autor, numa clara intenção de amenizar e harmonizar as relações entre patrões e empregados – um olhar de quem vê a partir da casa-grande. Entre esses subordinados, estava a família de André, pai da personagem Maria Bonita, que condenada pela sua beleza, se torna pivô das tragédias arroladas no romance. Família de migrantes, saída do “sertão entre Bahia e Minas”, fugindo da seca e “retirantes para o litoral”.⁴⁴

As formulações imagéticas sobre a região contidas em Afrânio Peixoto remontam a uma caracterização do espaço como um lugar-destino dos miseráveis sofridos da seca. Discursos que aparecem transmutadas em outras narrativas sobre a região, como no memorialismo urbano da cidade de Itabuna nos anos 1960, que se apropriaram destas imagens, para justificar a memória de dificuldades e do pioneirismo dos “desbravadores”.⁴⁵

Na interpretação do Brasil formulada por Afrânio Peixoto, o sul da Bahia é construído como mais um lugar do país para onde se desloca levas de “resíduos humanos”.⁴⁶ Sintoma máximo de uma nação atrasada⁴⁷:

⁴³ O termo *grapiúna* foi sendo delineado de forma mais concisa ao longo do tempo, e ganharia contornos identitário. Ser grapiúna passaria a identificar aqueles nascidos na região. Por vezes é designado para definir aquele nascido na cidade de Itabuna.

⁴⁴ Antônio Cândido pondera que Afrânio Peixoto apresenta um “romance ameno, picante, feito com alma de cronista social para distrair e embalar o leitor. Forma-se pela confluência do que há de mais superficial em Machado de Assis, da ironia amena de Anatole France e dos romances franceses do Pós-naturalismo, sentenciosos, repassados de sexualismo frívolo: Paul Bourget, Abel Hermant. Afrânio Peixoto é o representante-padrão desta tríplice tendência”. CÂNDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9ª ed (Edição Digital). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 119.

⁴⁵ Essa discussão será travada no segundo capítulo desta dissertação.

⁴⁶ PEIXOTO. *Op. Cit.*, p.24.

⁴⁷ Philipe Murillo Santana de Carvalho aponta fortes indícios de aliciamento de trabalhadores de outros estados para as roças de cacau na primeira metade do século XX. Manuscrito da tese de doutorado a ser defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFBA: “Trabalhar e sobreviver no sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna, 1920-1930”.

Faz-se desta sorte, pouco e pouco, a cada calamidade, seca ou inundação, o refluxo daquelas levas humanas que entraram, ao tempo da cobiça colonial, pelo recesso do país. Três séculos de domínio, sob vários regimes, foram remissos ou incapazes de substituir a ilusão da fortuna fácil das minas pela prosperidade duradoura e permanente das obras de saneamento, engenho e economia social, com que se previnem contra a natureza os povos válidos, que produzem, trocam, se comunicam, na faina civilizada.⁴⁸

É possível observar elementos narrativos euclidianos na sua construção de personagens. Exemplo é o personagem Chico Xavier, que se mostraria ser um charlatão, posteriormente no romance: “era um velho de longas barbas, quase brancas, boca mole e palavra empastada por falta de dentes, atitude apatetada de visionário”. Messianismo, seca, sertanejos determinados em seus costumes pelas intempéries da natureza e uma espécie de Antônio Conselheiro do cacau, são características que se relacionam às construções imagéticas sobre o Norte, inserindo o sul da Bahia neste espaço maior formador da nação, atrasado e incivilizado, marcado pela miséria.

Em *Maria Bonita* são produzidas imagens de uma região de fronteira, povoada por uma população incivilizada, na qual o Estado não se faz presente. Apesar da riqueza que produzia “não havia escolas, correio ou polícia, ainda menos telégrafo, caminhos ou intervenção pública de outra natureza”. Canavieiras estava entregue ao poderio dos coronéis e a violência da jagunçada:

Arraial de mais de uma centena de casas, umas de morada outras de negócio, onde assistia uma população mesclada, de vendeiros, pequenos lavradores, canoeiros, artífices, mulheres fáceis, gente sem profissão, sem passado limpo, quase sempre, criminosos reconhecidos muitas vezes, tranquilamente fora da ficção da lei, que representa a segurança da vida e da propriedade em outros lugares.⁴⁹

Por ser uma área de fronteira agrícola, desde a segunda metade do século XIX, o sul da Bahia foi sendo ocupado por diversos grupos que, ou já ocupavam o território, ou chegavam em levas migratórias. Configuração econômica sustentada por “índios aldeados, colonos europeus, migrantes pobres vindos Nordeste, escravos africanos e alguns poucos grandes proprietários que ali residiam no século XIX”.⁵⁰ É possível pensar que esta “população mesclada” estava muito longe dos ideais modernizadores e civilizatórios compartilhados pelo universo cultural de Afrânio Peixoto.

⁴⁸ PEIXOTO. *Op. cit.*, p. 23 e 24.

⁴⁹ *Idem*, p. 34.

⁵⁰ MAHONY. *Op. cit.*, p. 740.

O sul do Estado, para Afrânio Peixoto, era um território que precisava ser “civilizado”, associando seu discurso ao que se debatia na Bahia e no Brasil nos anos iniciais da República e do pós-abolição, mais enfaticamente.⁵¹ No seu discurso liberal em defesa da vida e da propriedade privada, a região aparece fora dos parâmetros civilizacionais e modernizantes que caracterizavam o sul do país, ou mais distantemente a Europa, exemplo máximo do que deveria ser uma civilização.

Raymond Williams propõe que a noção de “civilizar”, cunhada no século XVIII, podia expressar dois sentidos: o de realização de um estado por completo, que se contrasta com a *barbárie*, mas também a de um estado realizado de desenvolvimento, relacionado diretamente às ideias de processo histórico e progresso.⁵²

Em Francisco Borges de Barros, contratado pelo “novo rico” Antônio Pessoa, a região se torna um lugar de progresso e desenvolvimento, núcleo econômico que poderia salvar a Bahia do ocaso. Para Afrânio Peitoxo, a glória estava no passado – compartilhando das ideias saudosistas aos tempos do Império de seus colegas da Faculdade de Medicina –, o sul da Bahia era mais um lugar do atraso, da *barbárie*, com sua população “mesclada”.

1.3. Declínio econômico e o *boom* discursivo

No final dos anos 1920, o *boom* econômico já tinha refreado, e o cacau começava a dar mostras de declínio em seu poderio – muito devido à crise do capitalismo que afetou as pautas de exportação. O refreamento daquele momento inicial se transformou em motivação ao construto do regional, e as classes dominantes locais se empenharam em referendar a região, principalmente no bojo das lutas políticas e da ameaça da perda de privilégios.

Para Mahony, é o momento no qual as diferenças identitárias são colocadas de lado, e se sobrepõem os interesses de classe, frente ao déficit econômico e às insatisfações crescentes dos trabalhadores rurais e grupos indígenas.⁵³ A autora ressalta os esforços, no que se refere à produção cultural e ao jogo político, de Ramiro Berbert de Castro e Eusínio Gaston Lavigne, no sentido de amenizar as dificuldades econômicas e sociais, propondo reformas:

⁵¹ Para uma discussão sobre estes debates, cf. SCHWARZC, L. M. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ALBUQUERQUE, W. R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁵² WILLIAMS, R. *Literatura e marxismo*. (Ed. Digital). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979. p. 19.

⁵³ MAHONY. *Op. cit.*, p. 761.

Em várias publicações, prometia estabelecer a ordem legal na região; promover a educação e a saúde nas zonas rurais e urbanas; melhorar a infra-estrutura, a pesquisa sobre o cacau e os programas de extensão agrícola; fazer lobby em favor do cacau baiano em capitais estrangeiras; estabelecer uma bolsa de valores para o cacau com informações completas sobre as transações diárias nos mercados estrangeiros; reformar o sistema de impostos; estabelecer cooperativas entre os produtores para negociar a compra e a venda de cacau; e incentivar a industrialização do chocolate na própria região cacauceira.⁵⁴

Com as turbulências na política nacional, decorrente do movimento de 1930, Eusínio Lavigne foi nomeado Intendente de Ilhéus, e não poupou esforços para legitimar uma história regional que correspondesse aos anseios reformadores, reafirmando o mito do desbravamento. Na década de 1930, uma publicação de grande porte foi encomendada ao historiador João da Silva Campos. Apesar do esforço metodológico e da riqueza documental apresentada por Campos em sua *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, publicado em 1938, as percepções políticas de Lavigne ainda permaneceram no horizonte de todo o texto, como critica Mahony.⁵⁵

Em 1933 foi criada a “sociedade cooperativa”, Instituto de Cacau da Bahia (ICB), seguindo as políticas nacionais que acompanharam o movimento de 1930 e os reclames das Associações Comerciais locais, que visavam um apaziguamento das dificuldades econômicas, mas principalmente, a valorização do papel do cacau no processo de acumulação de capital brasileiro iniciado em 1930 e reorientado na década de 1960.⁵⁶

A partir dos anos 1930, os discursos sobre a região cacauceira começaram ganhar um corpo diferenciado dos discursos pontuais dos anos anteriores, com a intensificação dos estudos botânicos, econômicos, geográficos, históricos, mas principalmente com a produção de uma narrativa literária regional, notadamente as interpretações de Jorge Amado e Adonias Filho.⁵⁷ Explicações que buscaram responder o porquê do declínio da

⁵⁴ *Idem*, p. 762.

⁵⁵ *Idem*, p. 764.

⁵⁶ MARINHO, P. L. “O Estado e a economia cacauceira da Bahia”. Artigos do Departamento de Ciências Econômicas, UESC. Apresentação de Trabalho, 2001.

⁵⁷ À guisa de exemplo cf. CASTRO, R. B. de. *O cacau na Bahia*. Rio de Janeiro: 1929; os romances de Jorge Amado, *Cacau* (1933), *Terras do Sem-Fim* (1942), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), Gabriela, Cravo e Canela (1958), *Tocaia Grande* (1984); de Adonias Filho, *Servos da Morte* (1946), *Memórias de Lázaro* (1952), *Corpo Vivo* (1962), *Léguas da Promissão* (1968), *As Velhas* (1975). BONDAR, G. *A cultura de cacau na Bahia*, ICB, Boletim Técnico São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1938; CAMPOS, J. da S. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. MEC, Conselho Nacional de Cultura, 1981. (1ª edição de 1938); MONBEIG, Pierre. “Os problemas geográficos do cacau no sul do estado da Bahia”. *Boletim Geográfico*, vol. 2, n.24, 1945.

região, e perpassaram por debates no campo da produção de memórias, representações históricas e periodizações.

Esses diversos enunciados foram consolidando cronologias específicas para o espaço regionalizado. Narrativa e tempo se estruturavam mutuamente. As explicações e interpretações sobre o regional calcificavam temporalidades, ao consolidar memórias coletivas. As “terras do cacau” se transmutavam cada vez mais numa comunidade imaginada: a “Nação Grapiúna” ou a “Civilização Cacaueira”.⁵⁸

A saga do cacau aí está: viva, enriquecendo a literatura do país, protegendo-a no exterior. A obra de Jorge Amado e Adonias Filho tem corrido o mundo, levando aos quatro cantos os seus personagens, dramas pungentes e diversas histórias, inspiradas nos campos sem-fim do cacau de Ilhéus e Itabuna.⁵⁹

Esta é uma transcrição retirada do prefácio feito por Fernando Sales referente à décima terceira edição do romance *Maria Bonita*, de Afrânio Peixoto, publicada em 1974, pelo Clube do Livro, editora de São Paulo. “Saga do cacau”, “Jorge Amado e Adonias Filho”, “campos sem-fim”, “Ilhéus e Itabuna”; termos, nomes próprios, adjetivos e geografias. A evocação destas imagens retiradas de um prefácio de umas das primeiras produções culturais que objetivaram a região cacaueira, podem nos remeter, quase que naturalmente aos discursos da riqueza e crise, coronéis e jagunços, violência e desbravamento.

Adonias Filho (1915-1990), escritor e crítico literário, publicou, em 1976, pela Civilização Brasileira, o livro *Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional*. Neste ensaio, o escritor sistematizou um esboço regionalista para explicar a formação de uma “civilização”. Entende o autor que o ambiente, somado à estrutura social, mais a organização econômica, conformou uma unidade. Unidade que possibilitou, por sua vez, o soerguimento de uma civilização.⁶⁰

⁵⁸ Adonias Filho e Jorge Amado. *A nação grapiúna*: Adonias Filho na Academia. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965. Sobre a ideia de comunidade imaginada ver: ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁵⁹ Cf. PEIXOTO. *Op. cit.*, 1974.

⁶⁰ ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 17. Uma análise contundente sobre Adonias Filho pode ser encontrada em: DANTAS, *Op. cit.* Dantas se debruçou sobre a literatura de Adonias Filho e sua trajetória política, sempre propondo um debate entre este autor e de seu conterrâneo mais famoso Jorge Amado. Dantas considera que Adonias Filho, entre as décadas de 1930 e 1970, foi constituindo ao longo de seu percurso como escritor, crítico literário e político, e entre suas concepções de arte, história e política, uma “ficção brasileira” e representações sobre a nação brasileira, da qual a civilização cacaueira formaria uma síntese regional.

Essa compreensão de Adonias Filho sobre o espaço regional faz parte da construção de sua “ficção brasileira”, encontrada também em obras do autor das décadas de 1960 e 1970, como *Corpo Vivo* (1962), *Léguas da Promissão* (1968) e *As velhas* (1975).⁶¹ A ideia de uma região como representação de uma totalidade nacional, marcada por uma miscigenação social e cultural harmoniosa, foi inspirada em interpretações do Brasil propostas por Gilberto Freyre, principalmente nas reflexões sobre a teoria da democracia racial.⁶² Como aponta Dantas:

Trata-se de uma tensão marcada pelo dilema entre o anseio artístico de contribuir para o acervo literário universal, o desejo de interpretar o passado do Sul da Bahia e de contribuir para a discussão social e política colocada pelo nacional-desenvolvimentismo. Seu compromisso agora era fazer uma “ficção brasileira”, fundindo na narrativa literária o que chamo de “verdades históricas estruturais”, como a formação do povo e do território.⁶³

O cacau aparece subjetivado, como uma entidade geradora da região: “à proporção que altera a paisagem, a empurrar e diminuir a selva, a abrir fazendas, a estabelecer um sistema de comércio, conforma culturalmente uma região”. Ao propor a formação de uma região/civilização, o autor institui uma ideia de nação – “situada em tamanha dimensão geográfica (...) que corresponde de fato a um pequeno país”.⁶⁴ Assim como se constituiu, segundo o autor, outras civilizações no Brasil, como a do café no sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), ou a nordestina da cana-de-açúcar, mas se diferenciando dessas pelo caráter “democrático” da civilização do cacau. O que propõe Filho é uma história global da civilização cacauaieira.⁶⁵

Para conformar suas percepções espaciais, Adonias Filho dispôs de uma cronologia própria para o cacau, baseada em cinco ciclos, que se aproximam do modelo interpretativo dos ciclos econômicos brasileiro e o mito do desbravador paulista. O primeiro corresponde a uma fase de estagnação, tentativas de colonização fracassadas,

⁶¹ *Idem*, p. 148-154.

⁶² Carlos Guilherme Mota cita um depoimento de Adonias à revista *Cultura*, de março de 1970, quando da comemoração dos setenta anos de Gilberto Freyre: “E ao lerem Casa Grande & Senzala adquiriram ‘uma espécie de bússola, erguendo a reformulação inteira do que tínhamos como sendo a Brasileira’”. MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira* (1933-1974). 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1977, p. 69.

⁶³ DANTAS. *Op. cit.*, p. 149.

⁶⁴ Vale notar que no ano em que foi publicado o ensaio de Adonias Filho foi também montada a Comissão de Redivisão Territorial do Brasil. O relator-geral desta comissão, Henrique Weil Cardoso e Silva, foi autor do Projeto de Lei Complementar que determinava a criação do Estado de Santa Cruz, que abarcaria cidades do sul e sudoeste da Bahia e do norte de Minas Gerais. Cf. NEVES, M. C. M. *Estado de Santa Cruz: o separatismo no mosaico baiano* (1930-1980). 2006. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2006. p. 105-106.

⁶⁵ ADONIAS FILHO. *Op. cit.*, p.14-17. Para uma crítica sobre a ideia de história global cf. FOUCAULT. *Op. cit.*, 2008: p. 10-11.

que vai dos primeiros plantios em 1746 até o início do “desbravamento” em 1820. De 1820 a 1895, o segundo ciclo, se dá a “fase, hoje lendária, dos *desbravadores* que conquistam a selva a fogo, pólvora e machado” (grifo do autor). O terceiro ciclo, 1895-1930, é a fase dos “coronéis”, da expansão das exportações e do surgimento de cidades como Itabuna. O penúltimo período, 1930-1957, fase de intervenções estatais nos mecanismos de produção, com o ICB, em 1931, e do Governo Federal com a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957. E a última fase, que se estende de 1957 até o presente do autor, década de 1970, representa a era da modernização da produção e a emergência de uma industrialização.⁶⁶

Análises regionalistas como a de Adonias Filho, ao estabelecer uma homogeneidade do território, pela sua integração ecológica somada a uma estrutura socioeconômica, que engendra o cultural, desconsideram, sobremaneira, as historicidades dos espaços.⁶⁷ Provocam um desvirtuamento destas dinâmicas diversas, muitas vezes conflituosas e contraditórias, que possibilitam pensar tanto em termos de mudança e descontinuidade como de permanência e diacronia. Ao não historicizar a região, criou-se um bloco sólido, e uma história com início, meio e fim pré-definidos. História que foi, por vezes, reproduzida no próprio tratamento apriorístico dado ao espaço e ao tempo.

Observa-se, que essa temporalidade linear, dura e fechada pano de fundo para eminência da representação de Adonias Filho sobre a “civilização regional”, aparece reproduzida em algumas produções culturais subsequentes, fortalecendo a crença da evolução, do progresso, do último ciclo, o industrial. Amílcar Baiardi, agrônomo e economista, por exemplo, transpõe categoricamente esses ciclos para explicar a história econômica da lavoura cacaueira por meio de uma apropriação marxista, reafirmando a estrutura linear: “podemos concluir, portanto, da importância da cacauicultura no conjunto da economia e das consequências que essa predominância tem enquanto base material, no condicionamento da superestrutura”.⁶⁸

A geógrafa, Lurdes Bertol Rocha, em livro publicado trinta anos após o ensaio de Adonias Filho, vai ainda mais longe, ao instituir um sexto ciclo complementando a periodização estabelecida pelo escritor. O sexto ciclo começa em 1989, com a “crise”

⁶⁶ *Idem*, p. 18-28.

⁶⁷ ALBUQUERQUE Jr, D. M. “Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como um modo de preparo historiográfico.” *XIII Encontro de História da ANPUH-Rio*, Seropédica/RJ. Identidades, 2008.

⁶⁸ BAIARDI. *Op. cit.*, p. 47-68.

provocada pela vassoura-de-bruxa e segue até os dias atuais apontando como promessa de recuperação as experiências com as “modernas técnicas” de clonagem do cacau.

O interessante é como a geógrafa reafirma a cronologia sistematizada por Adonias Filho e endossada por Baiardi. Utiliza de uma operação matemática de saberes. Ao constatar a crítica feita pelo sociólogo Gustavo Falcón a esta periodização, a autora a desconsidera pelo simples fato de que dois é maior que um.⁶⁹ Ou entende, que os conhecimentos produzidos por Adonias Filho e Baiardi, por serem dois, e só por isso, valem mais numa escala aritmética. Percebe-se claramente aqui, o que Pierre Bourdieu sugeriu como as “lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer”, ou seja, estratégia argumentativa para sustentar o que parece escapar: a unidade analítica, “região cacauera”, que a geógrafa, nos anos iniciais do século XXI ainda tenta assegurar na defesa do seu discurso (desejo) de verdade. Leiamos:

Falcón (1995, p.56-57) faz uma crítica à periodização de Adonias Filho, considerando-a de ‘caráter pré-sociológico, precária, de pouco rigor histórico’. Contudo, Baiardi (1984) adota essa mesma divisão, até o período de 1958, a partir da qual tanto Filho quanto Baiardi consideram-no como o da recuperação.⁷⁰

Em seguida a autora elabora um quadro representativo dos “ciclos do cacau no sul da Bahia e suas características – 1746-1989”, seguindo Adonias Filho.⁷¹ A “saga do cacau” deve continuar viva, pois os interesses ainda estão vivos e, por conseguinte, toda uma obscuridade em relação a outras histórias possíveis do sul da Bahia. A história, por conseguinte, fica presa nessa camisa de força temporal e espacial, representada pela região.

Se o ensaio de Adonias Filho foi recebido de forma contraditória, não menos paradoxal foram as inflexões geradas pela interpretação do famoso romancista Jorge Amado sobre a formação da sociedade cacauera.⁷² Sua percepção da região como

⁶⁹ Como demonstra DANTAS. *Op. cit.*, p.183, a recepção ao ensaio de Adonias Filho foi marcada por fortes críticas por parte dos sociólogos Selem Rachid Asmar e Gustavo Falcón, muito pela ênfase dada à figura do “coronel” como agente principal da civilização do cacau, e a visão harmônica da formação social. Asmar criticou o termo civilização, inapropriada para realidade da região. Já Gustavo Falcón, não o considerou um trabalho sociológico, já que apresenta uma periodização artificial e uma visão tipológica da sociedade.

⁷⁰ ROCHA, L. B. *A região cacauera da Bahia: uma análise fenomenológica*. 2006. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2006. p. 90-91.

⁷¹ BAIARDI. *Op. cit.*, p. 51.

⁷² A obra de Jorge Amado já foi amplamente estudada. Para ficar no campo da história, cf. ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, 2011: p. 238-256; ANDRADE, C. M. P. de. *Bahia, Cidade-síntese da Nação Brasileira. Uma Leitura em Jorge Amado*. 1999. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC-SP, 1999; SOUSA, Antônio P. *Tensões do Tempo: a Saga do Cacau na Ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus,

território da revolta, desenrolada por meio de personagens tipificados, como coronel, o jagunço, os trabalhadores rurais, as beatas e as prostitutas, inaugura uma voz discordante, no meio do cortejo triunfante sobre a região cacauera.⁷³ *Cacau* (1933), *Terras do Sem-Fim* (1942), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Gabriela, cravo e canela* (1958) e *Tocaia Grande* (1984), tornaram mundialmente conhecido o sul da Bahia.

Apesar das distâncias políticas que separam Adonias Filho e Jorge Amado – o primeiro católico e que na juventude havia sido integralista, o segundo ligado à intelectualidade de esquerda, frequentador de terreiros de candomblé e militante do Partido Comunista do Brasil nas décadas de 1930 e 1940 –, ambos se aproximam quando o assunto é a preocupação em explicar a formação da região. Contemporâneos, amigos de infância, filhos de produtores de cacau, os dois buscaram também respostas para o porquê da decadência da região, por meio da literatura.⁷⁴

Nos seus primeiros romances, principalmente em *Terras do Sem-Fim* e *São Jorge dos Ilhéus*, Jorge Amado construiu um arcabouço temporal para a região. O escritor comunista vê os anos de 1930 como um momento de ruptura na configuração do regional. Jorge Amado ressalta duas temporalidades para a sociedade cacauera: a primeira, marcada pelos conflitos e disputas pelas terras do cacau, com ênfase no poder centralizador dos coronéis e as tocaias dos jagunços; a segunda, pós-1930, marcada pelo declínio econômico e político dos coronéis, e a ascensão do controle do imperialismo internacional sobre a produção cacauera.⁷⁵

Como analisa Albuquerque Júnior, autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos, inseridos na seara do romance social dos anos 1930, com fortes influências de ideias marxistas, estabelecem percepções sobre os espaços – a preocupação do autor é com a formação discursiva sobre o Nordeste – pautadas numa ênfase à revolução social, na necessidade de não mais pensar o passado como eixo identitário da região, mas sim antecipar o futuro, pela expectativa de uma sociedade anticapitalista.⁷⁶

A interpretação literária de Jorge Amado sobre a formação da região cacauera serviu, sobremaneira de mote às análises sociológicas e históricas, principalmente as

2001; FREITAS, A. F. G. de. “Literatura e História: o Romance Regional”. *Politéia: História e Sociedade*, v. 5, nº 1. Vitória da Conquista: UESB, 2005, pp. 13-44; DANTAS. *Op. cit.*, 2010.

⁷³ Sobre a ideia de Jorge Amado ser uma voz discordante cf. MAHONY. *Op. cit.*, 2007. Apesar de sugerir que Jorge Amado também ajudou a sedimentar na memória coletiva regional o mito de fundação, que ressalta o pioneirismo de desbravadores e renega a participação de famílias escravas na construção da região cacauera.

⁷⁴ DANTAS, *op. cit.*, p. 100.

⁷⁵ *Idem*, p. 107.

⁷⁶ ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, p. 207-339.

produções acadêmicas dos anos 1970 e 1980. Os diálogos entre ciência e literatura foram frutíferos na formação discursiva sobre a região cacauera, aliando as interpretações dos literatos a metodologias científicas e teorias sociais então vigentes. Como o estudo do sociólogo Gustavo Fálcon que desenvolveu sua dissertação de mestrado “Os coronéis do cacau”, baseada em conceitos como “coronelismo” de Victor Nunes Leal, corroborando a tese da decadência dos coronéis frente à expansão do capitalismo internacional, defendida por Jorge Amado.⁷⁷ Fálcon toma como linha mestre de pensamento a argumentação do literato.

Nas entrelinhas do trabalho de Antônio Guerreiro de Freitas sobre a “burguesia cacauera”, é possível, por meio de uma interpretação *a posteriori*, perceber também diálogos indiretos com a formação discursiva da obra de Jorge Amado sobre a região, mas, ao contrário de Fálcon, discordando deste em relação à perda do poder político dos coronéis para os comerciantes ligados ao capital internacional. Para Freitas, o que houve foi a formação da classe dominante regional, a “burguesia cacauera” ou os “donos do fruto de ouro”, quando os produtores de cacau cada vez mais se confundiam com as firmas exportadoras a partir da década de 1920, tese que aparecerá nos estudos dos geógrafos da SUDENE como veremos a seguir.⁷⁸

1.4. Planejamento econômico e regionalização

Dos anos 1930 até as décadas de 1970 e 1980, as objetivações em torno da ideia de região cacauera estiveram relacionadas direta ou indiretamente aos debates calcados pelas noções de história, desenvolvimento e planejamento econômico. Da literatura dos anos 30 e 40 aos estudos acadêmicos dos anos 1970, várias interpretações, com especificidades contextuais e textuais, objetivaram entender porque uma região, tão vangloriada pela sua riqueza, não conseguia se transformar numa potência hegemônica no Estado da Bahia.

A busca pela definição do espaço regional se confundia cada vez mais com a necessidade de constituir as “terras do cacau” nas malhas das tensões do construto

⁷⁷ FÁLCON, G. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus*. 1983. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1983.

⁷⁸ FREITAS. *Op. cit.*, 1979. Nesse período, os debates em torno do tema desenvolvimento/subdesenvolvimento ganharam novas abordagens elaboradas por autores como Francisco de Oliveira, para o qual o estudo do regional deve ser enfatizado e Fernando Henrique Cardoso e sua tese de aliança entre a burguesia industrial e o capital estrangeiro, cf. MANTEGA, G. “Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico”. *Relatório de Pesquisa*, n.27, Núcleo de Pesquisas e Publicações, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

formador do nacional. Vale ressaltar a produção simbólica do nacional que foi sistematizada na política desde Vargas, na tentativa de dirimir as diferenças regionais, englobando-as num todo orgânico. Num efeito inverso, e atrelado ao processo desigual de modernização do país, as várias regionalidades foram ressaltadas, notadamente a espacialidade Nordeste, como espaço imagético-discursivo que emerge em contraposição ao Sudeste.⁷⁹ Em 1942, a região cacauzeira passou a ser definida como uma zona fisiográfica nos marcos de divisão geográfica do Brasil, estabelecidos pelo recém-criado Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE).

Para Noélio Spínola, entre as décadas de 1930 e 1950, despontou na Bahia uma geração de estudiosos das questões econômicas que contribuiu de modo decisivo para as construções políticas em torno do planejamento regional, como Rômulo de Almeida, Ignácio Tosta Filho, Manoel Pinto de Aguiar, Clemente Mariani e Milton Santos, por exemplo. Intelectuais que se relacionavam, principalmente ao Instituto de Economia e Finanças, à Universidade Federal da Bahia ou à Associação Comercial da Bahia, e multiplicaram as ideias em torno da organização econômica e regional do Estado.⁸⁰

Nas décadas de 1950 e 1960, no bojo das políticas desenvolvimentistas que rondavam os debates intelectuais do período, as práticas de regionalização se intensificaram engendradas nos planejamentos estratégicos que visavam o desenvolvimento do Estado.⁸¹ Ressalte-se a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, tendo à frente o político e economista Rômulo de Almeida, responsável pela reorganização do Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), no governo de Antônio Balbino (1955-1959). No governo de Juracy Magalhães (1959-1963) também foi elaborado o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB).⁸²

A preocupação com o planejamento econômico teve como corolário diversos discursos que fundamentavam uma necessidade de regionalização do Estado. E a área produtora de cacau foi um dos principais objetos de análises e debates em torno de delimitações e classificações. Foi o caso do IEFB, que publicou em 1960 um estudo

⁷⁹ A partir de uma abordagem baseada em Michel Foucault, Durval Albuquerque Júnior interpreta esse período da história do Brasil, entre os anos de 1920 e 1960, como momento de emergência de uma *formação discursiva nacional-popular*, entendida como um conjunto de regras de enunciação por onde passam as lutas em torno dos conceitos de nação e região, cultura e identidade regional, nacional e internacional, sustentadas pelo *dispositivo das nacionalidades*, identificado pelo autor como dispositivos de poder. ALBUQUERQUE Jr. *Op. cit.*, p. 37.

⁸⁰ SPÍNOLA, N. D. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador, UNIFACS, 2009. p. 252-260.

⁸¹ Sobre os debates em torno do tema do desenvolvimento no Brasil cf. MANTEGA. *Op. cit.*

⁸² CPE. Programa de recuperação econômica da Bahia. Salvador: CPE, 1958. Sobre o PLANDEB ver: TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo; Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001. p. 472.

detalhado intitulado “A Zona Cacaueira”, que teve como organizador Manoel Pinto de Aguiar, então Diretor da Faculdade de Economia da Bahia.

O projeto tinha o objetivo de fazer um “levantamento das várias zonas geoeconômicas do Estado, o qual, concluído, constituiria o indispensável mosaico informativo para o diagnóstico global da nossa problemática econômica”. A ideia era ter novos padrões de classificação das zonas econômicas, diferentes da classificação oficial do IBGE estabelecida pelo critério fisiográfico, na década de 1940.

Outra voz que entrou nessa formação discursiva regional foi a do geógrafo Milton Santos – que ainda não havia se tornado o mundialmente conhecido geógrafo da globalização –, e que durante a década de 1950 publicou diversos estudos que buscavam regionalizar as áreas baianas, mais especificamente, a “zona do cacau”.⁸³ Em 1955, no livro *Zona do cacau*, Milton Santos aponta uma “ignorância da ‘Bahia’ em relação a seus produtos”, e conclui:

Faltam à zona cacaueira bahiana estudos de conjunto, que a vejam e apresentem como um todo, mostrando como os elementos presentes agem entre si, como a terra e o homem puderam harmonizar-se na formação de uma personalidade regional diferenciada.⁸⁴

O objetivo de Santos era demonstrar que o “cacau é, como produção agrícola, o responsável por inúmeros traços da fisionomia de seu ‘habitat’, tanto no aspecto econômico, como no social, e, até mesmo, no psico-social”.⁸⁵

Entretanto, se desde as décadas passadas, a economia cacaueira já demonstrava dificuldades, essa situação só tendeu a piorar com as várias crises que afetaram a produção nos anos 1950, dando ensejo à intervenção Federal no sentido de auxílio à lavoura, representada pelo “Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira” (CEPLAC), em 1957.

Entre os anos de 1970 e 1980, a economia cacaueira, após crises consecutivas na produção, parecia apontar um novo vislumbre e um novo *boom* – só visto anteriormente nas décadas iniciais do século XX – pautado, principalmente, nas intervenções técnicas da CEPLAC. Toda uma malha discursiva sobre a região já havia sido construída,

⁸³ IEFB. *A Zona Cacaueira*. Publicações da Universidade da Bahia, 1960. p. 8. Para uma análise dos estudos de Milton Santos no período cf. SILVA, F. S.; SILVA, M. A. “Uma leitura de Milton Santos (1948-1964)”. *GEOSUL*, Florianópolis, v.19, n. 37 p. 157-189, jan-jun de 2004. SANTOS, M. “Regionalização para fins de Planejamento”. *A Tarde*. Salvador. 15/05/1952. p. 3; _____. “A Cidade como Centro de Região. Definições e Métodos de Avaliação”. Salvador. LGER/Universidade da Bahia. 1959.

⁸⁴ SANTOS, M. *Zona do Cacau*. Introdução ao Estudo Geográfico. Salvador. Artes Gráficas 1955. p. 8.

⁸⁵ *Idem*, p. 8.

envolvendo representações históricas, delimitações geográficas, memórias, tradições e imagens. Os *espaços de experiências* e os *horizontes de expectativas*, para usar a expressão de Reinhart Koselleck, trouxeram à tona uma gama de novos discursos, mais especializados, preocupados em entender porque uma região tão rica não conseguia se desenvolver.⁸⁶

Os debates entre as décadas de 1970 e 1980 circularam em torno do tema do desenvolvimento regional.⁸⁷ Neste período, a CEPLAC hegemonizou o campo da produção cultural sobre a região cacauzeira, incentivando publicações de diversas ordens, como estudos técnicos (agronômicos, botânicos, econômicos, sociológicos e históricos). Além das publicações gerenciadas pelo órgão federal, os estudos cada vez mais se especializavam, principalmente com a intensificação dos trabalhos acadêmicos acompanhando o desenvolvimento dos programas de pós-graduação no país.⁸⁸

Ressalte-se também a participação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com a publicação do trabalho, no campo da geografia, “A Região Cacauzeira da Bahia”, dirigido por José Alexandre F. Diniz e Aluizio Capdeville Duarte.

Neste trabalho, os geógrafos propuseram uma cronologia para a região cacauzeira. Para os autores, dentro do campo de debate da geografia, os conceitos utilizados anteriormente para definir o “espaço cacauzeiro” como uma “realidade econômica e social concreta”, que tinha na monocultura do cacau característica principal, quais sejam, o de “síntese geográfica” e de “homogeneidade” – seja pelo IBGE ou pelos geógrafos que estudaram a região – eram insuficientes para abarcar a complexidade do regional e suas especificidades.

Os autores utilizaram então o conceito de “totalidade social” para definir a região cacauzeira. Concepção, que parte do campo teórico da geografia marxista crítica, para o qual o espaço geográfico passa a ser percebido como uma construção da sociedade no tempo, tendo como eixo sua estrutura econômica. Patrocinados pela SUDENE, em convênio com a Universidade Federal de Sergipe, os autores organizaram

⁸⁶ KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-328.

⁸⁷ Conforme Dantas, esses debates possibilitam perceber as aproximações entre a História e Literatura, já que interpretações literárias a respeito da história da sociedade cacauzeira, principalmente as teses defendidas por Jorge Amado em seus romances, serviram de reflexão para os intelectuais dos anos 1970, seja para referendá-las ou para contrapô-las.

⁸⁸ Cf. NAVARRO, Z; ASMAR, S. R. *Os pequenos produtores de cacau: um estudo em três áreas do sul da Bahia*. Ilhéus: CEPLAC, 1978. GARCEZ. *Op. cit.*, 1977; FREITAS. *Op. cit.*, 1979; ASMAR, S. R. *Sociologia da microrregião cacauzeira*. Itabuna, BA: Itagrafe, 1983; BAIARDI. *Op. cit.*; FALCÓN. *Op. cit.*, 1983.

uma equipe de trabalho que realizou várias ações. Desde o levantamento bibliográfico, passando pela construção de dados com entrevistas e pesquisas de campo, até a elaboração da redação final. Um verdadeiro trabalho coletivo que objetivou consolidar uma análise sistemática da região cacauzeira da Bahia.

O que chama atenção nesta empreitada é a formulação que os autores criaram para representar a região tendo como premissa a articulação entre espaço e tempo. Diniz e Duarte formularam então quatro períodos que constituiriam o processo de formação e consolidação da região cacauzeira como um espaço geográfico. É possível sugerir aqui, que os geógrafos buscavam, também, revisar os ciclos propostos por Adonias Filho.

O primeiro momento – as três primeiras décadas do século XX – marca a *formação regional*, no qual se organizou a base econômica, formadora de uma sociedade, com uma estrutura política e uma estrutura ideológica para reprodução da sociedade regional. O segundo período é o de *afirmação do regional*, marcado pelo abalo econômico do sistema capitalista nos anos 1929/1930. A conjuntura política instável brasileira e baiana com as intervenções federais, as ameaças de sublevação dos trabalhadores rurais, o declínio do poder econômico, consolidou a união dos dois segmentos da classe dominante regional – os comerciantes e produtores – para enfrentar a crise. Período da busca pela institucionalização da produção com a criação do ICB. Afirmou-se também, segundo os autores, a ideologia regional “de que o cacau era o interesse de todos: pessoas, grupos sociais, espaços (...) a região se afirmou e as elites locais, regionais, pode-se dizer, pelo seu poder, dominaram o espaço como totalidade social”.⁸⁹

O terceiro período é intitulado de *crise regional*, iniciado no final dos anos 1930 e se estende até o final dos anos 1950. Momento de forte queda da economia cacauzeira, devido à dependência da lavoura dos mercados internacionais, crise institucional com o desprestígio do ICB, precarização das condições de trabalho, conflitos entre as elites regionais e maior controle estadual sobre o capital gerado pela produção cacauzeira.

O quarto período é o de *reafirmção do regional*, que começa com a intervenção federal representada pela criação da CEPLAC, em 1957. O processo de centralização política se intensificava ao mesmo tempo em que os poderes locais se muniam para defender seus interesses. Os produtores rurais, por exemplo, criaram o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC), para negociar os planejamentos regionais

⁸⁹ DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: SUDENE-CPR-Div. Pol. Espacial; Universidade Federal de Sergipe, 1983. p. 41-42.

com o governo Federal junto a CEPLAC. Momento também em que, segundo os autores, as elites locais de Itabuna tomaram uma maior posição, tentando afirmar uma identidade para a cidade como centro da região cacauzeira.

Os geógrafos partem da periodização definida pelos trabalhos dos historiadores econômicos, na década de 1970. A monocultura do cacau e a consequente formação da região são estabelecidas a partir do final do século XIX. O período anterior se caracterizaria pela policultura baiana. Os geógrafos só divergiam quanto ao início, já que fixam a formação regional a partir das décadas iniciais do século XX. Consideravam que no final do século XIX, apesar da monocultura, ainda não haviam se estruturado as instituições políticas e ideológicas bem como a sociedade regional, elementos formadores da “totalidade social”.⁹⁰

A abordagem dos geógrafos da SUDENE talvez seja a mais concisa e sistemática elaboração sobre o regional do século passado, entre os estudos que tiveram o intuito de definir o espaço geográfico para efeito de planejamento. Isso porque souberam utilizar toda uma tradição narrativa ou um campo discursivo de imagens e enunciados produzidos e reproduzidos ao longo do século XX sobre o sul da Bahia.

Toda essa gama discursiva sobre o regional, desde os anos 1930, nos sugere que era preciso diagnosticar os erros para não repeti-los. Estudos históricos, sociológicos, econômicos e geográficos de profusão buscaram explicar a formação da estrutura fundiária, o problema da monocultura, as relações socioeconômicas e a fraca participação dos grupos políticos regionais no cenário político baiano e brasileiro. Enunciados que complementaram as malhas discursivas anteriores e que tornou possível a existência da região cacauzeira da Bahia, como objeto analítico.

1.5. Considerações parciais

Entre meados dos anos 1980 e fins do século XX, o cacau parecia não ser mais o único nome que soava bem no Sul da Bahia, ou mais precisamente, nas narrativas sobre a região cacauzeira. Ao seu lado, dois termos se popularizam, “crise” e “vassoura-de-bruxa”.⁹¹ Não será mais possível desvincular um do outro. A praga vai servir como

⁹⁰ O estudo a que os geógrafos se referem é: GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F. G. de. *Bahia cacauzeira: um estudo de história recente*. Salvador: Estudos Baianos, UFBA, 1979.

⁹¹ Praga do cacauzeiro, oriunda da Amazônia que tem uma progressão rápida quando aparece na lavoura. Em meados dos anos 1980 a praga vai se alastrar nos cacauzeiros do sul da Bahia. <http://www.ceplac.gov.br/radar/vassoura-de-bruxa.htm>, acessado em 25/03/2013.

símbolo de ruptura no imaginário cronológico da região cacauera, que outrora fora cunhada como a “civilização do cacau”.

A “crise da vassoura-de-bruxa” se torna um elemento constitutivo do jogo discursivo que dá forma a região, e referenda, ainda nos dias de hoje, toda uma memória social pautada no “mito do desbravamento”, e funda, enfim, um epitáfio para o Sul da Bahia.⁹² O Sul da Bahia não tem mais história, tudo já foi explicado, com o início, meio e fim determinado – do *boom* econômico à crise –, falar do Sul da Bahia perdeu a graça, a não ser nos fragmentos de uma literatura explorada pelos meios de comunicação e pelo turismo.

Mas se tomamos a *praga* como um operador conceitual para esta análise, pode-se sugerir que ela descaracteriza toda a malha discursiva sobre o regional construída ao longo do século XX, desvirtua a crença no evolucionismo histórico dos ciclos regionais e destrói os alicerces das teorias da trajetória regional. E ao invés de fundar um epitáfio, instaura uma crise epistemológica, engendrando outras problematizações, outras espacializações e a possibilidade de percepção de outras dinâmicas socioculturais.

No campo historiográfico, nos últimos anos, houve a inserção de novos pesquisadores nos Programas de Pós-graduação, influenciados por novas formas de produzir o conhecimento histórico. Produções que começam a apontar outras problemáticas para o Sul da Bahia, relacionadas aos mundos do trabalho, à história urbana, aos movimentos sociais, ao cotidiano, à literatura e à questão de gênero, por exemplo.⁹³

A região cacauera, enquanto uma unidade analítica emergiu nas brechas das novas configurações que redefiniram as simbologias e imagens sobre a Bahia na Primeira República. Ora sendo inserida como parte do todo, relegada a negligências por parte dos governos estaduais, nos discursos denúncias; ora como o *outro* do Recôncavo Baiano, ou o seu pretense substituto, a síntese da nova e da futura Bahia, centro econômico pungente. Quase sempre como objeto de planejamento econômico, delimitações e classificações geográficas, atrelado ao processo de desenvolvimento capitalista e da modernização do Brasil. A região objetivada também produziu

⁹² Cf. RANGEL, M. C.; TONELLA, C. “A crise da região cacauera do sul da Bahia e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades”. *Geoiंगा*, Revista do programa de Pós-graduação em Geografia: Maringá, vol. 5, n. 1, p. 77-101, 2013. No cinema podemos exemplificar isso com a produção recente de dois documentários baseados nessa memória hegemônica cf.: “O Nó: Ato Humano Deliberado”. Dilson Araújo. Órion; Voo Audiovisual e Tupinambá, 2012. 70 min.; “Os Magníficos”. Dir.: Bernard Attal, Brasil, 2009, 52 min.

⁹³ Cf. CARVALHO. *Op. cit.*; DANTAS. *Op. cit.*; SOUSA. *Op. cit.*; SANTOS. *Op. cit.*; GLÓRIA. *Op. cit.* MOURA. *Op. cit.*; SILVA. *Op. cit.*

identidades e subjetivações, no momento que estabeleceu singularidades linguísticas, históricas e raciais, seja nos discursos comemorativos, nos discursos denúncias e nas estratégias mnemônicas. Enfim, nos discursos fundadores da “nação do cacau” para uns, ou da “nação grapiúna” para outros.

Por mais díspares que sejam essas interpretações em termos de subjetividades, temporalidades, intencionalidades, espacialidades, enfim, de historicidades, carregam consigo aquilo que Edward Said, ao estudar o *Orientalismo*, chamou de uma “coerência interna”, ou uma “constelação regular de ideias”, que de certo modo reproduz as relações de dominação e subordinação no interior de uma sociedade específica, por meio de homogeneização de um lugar, espacial e temporal. Essa compreensão só pode ir adiante se tomamos como pressuposto a noção de que o lugar/região corresponde a realidades sociais, culturalmente construídas, tanto do ponto de vista de sua materialidade quanto de suas aparições simbólicas.⁹⁴

A cultura aqui é entendida no plural, mas não como diversidade, e sim como diferença. Diferenças que instituem fronteiras. Fronteiras que estabelecem unidades. Unidades que vão definindo identidades. Ao falar de silêncios anteriormente, não se pretendia apenas um efeito retórico, mas demarcar a subjugação de formas culturais por outras.

Entender a emergência da região cacaueira como uma configuração discursiva específica, ou em outros termos, tentar compreender a coerência interna que a possibilita, não significa supor uma estrutura falsa e irreal, mas tentar perceber como o real e a verdade são construídos dentro de relações de força, subjugando outras realidades e verdades possíveis.

⁹⁴ SAID. *Op. cit.* p. 32.

CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS DO CINQUENTENÁRIO

No interlúdio do século XX, a região cacauera foi sendo matizada em saberes diversos, como demonstrado no capítulo anterior. Entre as décadas de 1950 e 1960, é possível perceber a emergência de uma cidade como síntese de uma região, nessa malha discursiva: a cidade de Itabuna. Processo que se efetua por meio de expressões rememorativas, transmutadas em comemorações e perpassadas por memórias e relatos do passado. Esforço discursivo, produto das contradições sociais, econômicas e culturais que engendraram a cidade como novo polo do dinamismo regional.

As transformações urbanas em Itabuna na primeira metade do século XX exigiam a reafirmação de parâmetros identitários. Indivíduos e grupos se esforçaram para propor lugares de memória que corroborassem esta expectativa. A base era os elementos constitutivos das “origens” do município, demarcando ora uma continuidade entre passado e presente, ora uma ruptura entre o velho e o novo.

Antigo Arraial de Tabocas, o município de Itabuna teve sua emancipação política em 1906, quando deixou de ser distrito de Ilhéus. Em 1910 foi elevada à categoria de cidade. Os dois municípios, Ilhéus e Itabuna, foram os principais produtores de cacau do Brasil, principalmente na primeira metade do século XX e, por isso, considerados, o eixo da região cacauera.

Desde o primeiro *boom* econômico impulsionado pela lavoura de cacau no final do século XIX e início do XX que a pauta da exportação baiana era dominada pelas amêndoas do fruto.⁹⁵ Mesmo com a crise financeira de 1929, que desencadeou um processo de esgotamento da economia cacauera nas décadas subsequentes, a cacauicultura permaneceu sendo a principal fonte de divisas internas e externas da Bahia. A área produtora de cacau era responsável nos anos 1950, segundo dados do IEFB, por metade das exportações baianas, e 5% das exportações do país, ocupando entre 30 a 35% da área destinada à agricultura da Bahia, contribuindo com 95% da produção nacional e, aproximadamente 20% da produção mundial da amêndoa.⁹⁶

Mas ao que sugere Milton Santos, em artigo publicado na *Revista Brasileira dos Municípios*, em 1961, a “zona primitiva” (Ilhéus e Itabuna) enfrentava um processo de esgotamento de suas áreas produtivas, mesmo que ainda se sobrepusessem como

⁹⁵ Cf. GARCEZ, A. N. R.; FREITAS, A. F. G. de. *História econômica e social da região cacauera*. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

⁹⁶ IEFB. *A Zona Cacauera*. Publicações da Universidade da Bahia, 1960. p. 8-9.

principais municípios produtores. O jovem geógrafo aponta a crescente expansão da produção, ao norte deste eixo original, representado por municípios como Ubaitaba, Ibirataia, Ipiaú, Ituberá e Camamu, fazendo surgir novos centros urbanos.⁹⁷

Se a lavoura e, por conseguinte, os estatutos de dominação a ela atrelados dava sinal de esgotamento, era preciso fazer emergir um novo objeto, e as ideias de centro regional e de polo citadino, passaram a fazer parte do coro modernizador que fez da cidade de Itabuna espelho da região.

As mudanças do sistema urbano influíram no aprimoramento de mecanismos de produção e reprodução cultural como a imprensa, as gráficas, as transmissões radiofônicas e o cinema. Se até o contexto do cinquentenário não encontramos indícios de uma organização sistemática do passado, com as comemorações dos cinquenta anos isso parece mudar.⁹⁸

Era preciso, como escreveu o cronista Aveni, que frequentemente publicava nos periódicos locais: “integrar as partículas históricas até formarmos um todo, quando então temos diante de nossos olhos, ou melhor, bem vivida em nosso cérebro todo o passado”. Foram estabelecidas semânticas temporais e espaciais que podem evidenciar estratégias de dominação numa sociedade que passava por significantes mutações.⁹⁹

As primeiras movimentações dos produtores do cinquentenário ocorreram nos anos anteriores a 1960, sempre às vésperas das comemorações do “Dia da cidade”. A data oficial da comemoração é o dia 28 de julho, que representa o dia em que o município foi elevado à categoria de cidade em 1910.

Envolveram-se nos preparativos, em meio às diversas comissões formadas, empresários como Paulo Nunes, Adelcio Benício dos Santos, Luiz Coelho, Fernando Dantas e José Oduque Teixeira; José de Araújo Filho, presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Itabuna-UESI; Adelindo Silveira e Ottoni Silva, jornalistas; Nestor Passos, padre; Manuel Targino, da Ordem dos Advogados; Lafaiete Veloso, juiz; Plínio de Almeida, professor e artista; Abdon Barreto, da Agremiação Cometas do

⁹⁷ SANTOS, M. “Zonas deprimidas e zonas pioneiras”. *Revista Brasileira dos Municípios*, n. 53-54, jan-jun, 1961.

⁹⁸ No ano de 1961, Itabuna possuía duas emissoras de rádio (*Rádio Difusora* e a *Rádio Clube*); circulavam os jornais *O Intransigente*; *Tribuna Regional*, *Diário de Itabuna* e o *Jornal de Notícias*; e possuía cinco cinemas, três vinculados às Organizações Catalunha (Cine Itabuna, Cine Plaza e Cine Catalunha), o Cine Marabá, todos estes localizados no perímetro central da cidade, e o Cine Oasis, no Bairro Cajueiro. COSTA, J. A. *Guia da Cidade de Itabuna*. Itabuna: ITAGRAF, 1961-62. p. 48 e 52.

⁹⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Salve Itabuna”, 28/07/1960, p. 24.

Brasil; Antônio Ferreira de Araújo, Antônio Calazans da Silva e Raimundo de Oliveira Lima, vereadores; e o fotógrafo Maxwel.¹⁰⁰

Esses e outros indivíduos fizeram parte do coro comemorativo. Sujeitos diversos, que partiam de espaços e representações sociais diferentes e que mantinham interesses muitas vezes conflituosos na lide política cotidiana, mas que comungavam inquietações em torno da memória social. Sujeitos que formavam grupos sociais ou comissões circunstanciais. Grupos que não se configuravam por uma homogeneidade, mas por diferenças controladas e articuladas em determinados limites. Grupos cidadãos concorrentes de outros na disputa pela cidade, que se diferenciavam por sua hegemonia nos aparelhos de Estado, nos mecanismos de elaboração de consenso e de produção cultural, mas também no campo econômico, exercendo o controle dos meios produtivos – da produção agropecuária, do comércio e dos serviços urbanos.

A comunidade produtora responsável pela “recuperação” do passado de Itabuna e pela programação comemorativa era composta de homens de imprensa como Ottoni Silva, José Dantas de Andrade, Adelindo Silveira e o fotógrafo Maxwel¹⁰¹; descendentes dos primeiros povoadores da cidade como o bancário José Alves Freire, autor de uma biografia sobre seu avô, Firmino Alves, tido como o “pai fundador”¹⁰²; profissionais liberais como a professora Alice Alpoim, que expressou suas ideias por meio da poesia em *Era dos Pioneiros*¹⁰³; além de escritores como Carlos Pereira Filho, que lançou *Terras de Itabuna*; e o ex-prefeito de São Félix e escritor, Oscar Ribeiro Gonçalves, convidado para escrever as memórias de um antigo morador da cidade, Manoel Bomfim Fogueira.¹⁰⁴

¹⁰⁰ MACEDO, J. R. de. “Construindo Memórias e reforçando Identidade: A Festa do Cinquentenário de Itabuna”. Itabuna. Prefeitura. *Anuário Estatístico de Itabuna* 2011: ano 2010/ Prefeitura Municipal de Itabuna, Secretaria de Planejamento e Tecnologia. – Itabuna, BA: PMI/UDESC, 2012. p. 39-48.

¹⁰¹ Ottoni Silva foi um grande entusiasta das comemorações, utilizando seus meios de comunicação (o *Diário de Itabuna* e a *Rádio Clube de Itabuna*) para divulgação dos festejos; José Dantas de Andrade, por diversas vezes aparece envolvido em ações comemorativas, por exemplo, na organização da “Corrida da Cidade” em 1958, relatada em seguida, além de publicar livros de memórias durante a década de 1960, cf. ANDRADE, J. D. de. *Itabuna cinquentenária: documentário fotográfico histórico de Itabuna*. Itabuna: S.n., 1960. _____. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Gráfica e Editora Itabuna, 1968. (3ª ed. 1986); Adelindo Kfoury Silveira, também se destacou na produção memorialística, porta voz das memórias do cinquentenário nos jornais da cidade até recentemente, cf. SILVEIRA, A. K. *Itabuna, minha terra*. 2.ed. , rev. e ampl. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002. Os fotógrafos Maxwell e Armando Mendes foram colaboradores da jornalista Helena Mendes em seu livro de fotografias: *Figuras e fatos de Itabuna*. Rio de Janeiro: Barthel, 1965 (2ª ed., ampliada em 1967).

¹⁰² FREIRE, J. A. de S. *Firmino Alves – Fundador de Itabuna*. Itabuna: Edições ITAGRAF, 1963.

¹⁰³ ALPOIM, A. S. *Era dos Pioneiros*. Itabuna: A Agenciadora, 1961.

¹⁰⁴ PEREIRA FILHO, C. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960; GONÇALVES, O. R.; FOGUEIRA, M. B. *O Jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna (1849-1960)*. Oficinas Gráficas da Imprensa da Bahia, 1960.

Dois artistas aparecem como fundamentais nesse contexto, o professor Plínio de Almeida e o pintor Walter Moreira.¹⁰⁵ Além de empresários e representantes de instituições sociais, como José Oduque Teixeira, presidente da Associação Comercial de Itabuna (ACI) e Paulo Nunes, Deputado Estadual, pecuarista, e dono de rádio e cinemas na cidade.¹⁰⁶ O poder público também teve papel central, não só pela organização das comemorações e festejos do “Dia da cidade”, como pelo patrocínio a iniciativas de produção de memória, como os filmes encomendados pela prefeitura, ou ainda pela direção dos esforços de confecção dos símbolos oficiais da cidade.¹⁰⁷

2.1. Os símbolos oficiais

Mesmo antes dos encontros das diversas comissões formadas para o cinquentenário, um evento pode caracterizar melhor o ânimo dessa plêiade: a elaboração dos símbolos cívicos oficiais. Às vésperas da comemoração do “Dia da Cidade” de 1958, a Câmara Municipal constituiu uma comissão para elaborar o primeiro Brasão de Armas e Bandeira do município. A comissão deveria promover a elaboração com a urgência necessária para ser apresentada como Projeto de Lei pela Câmara de Vereadores, antes das comemorações do dia 28 de julho.

Na manhã de quarta-feira, dia 2 de julho de 1958, às dez horas, reuniram-se no salão da ACI, a “Comissão Especial para Estudo e Fatura do Escudo, Armas e Bandeira do Município de Itabuna”. Faziam parte da comissão: o Presidente da Câmara de

¹⁰⁵ Plínio de Almeida participou em diversos momentos das agências comemorativas, na elaboração dos primeiros símbolos oficiais do município e prefaciando livros como *Era dos Pioneiros* e *O Jequitibá da Taboca*, por exemplo. O artista plástico Walter Moreira também foi chamado várias vezes para usar sua arte, responsável pelos desenhos dos primeiros símbolos oficiais. Descrição de Walter Moreira feita por José Dantas de Andrade: “Filho de Itabuna, descendente do desbravador Félix Severino de Oliveira, desde muito jovem revelou-se um excelente pintor. Um verdadeiro mestre na arte de pintar quadros representando paisagens históricas e vultos do passado. Por ocasião do Cinquentenário de Itabuna (1960) construiu com mais de 20 quadros históricos, os quais foram grande atração no desfile cívico”. ANDRADE. *Op. cit.*, p. 115. Para uma análise de algumas pinturas de Walter Moreira, cf: GOMES, A. M. *Rio Cachoeira (Itabuna/Ba): representações, e percepções em diálogo com a história ambiental*. Monografia (Especialização em História do Brasil), UESC, 2012.

¹⁰⁶ José Oduque Teixeira era presidente da ACI na época do cinquentenário. Empresário com negócios no setor automobilístico (revendedor FORD) comprou o jornal *Diário de Itabuna* em 1964, tendo como editor chefe Adelino Silveira. Foi eleito prefeito de Itabuna em 1972. Também era em 1961, presidente da Liga Itabunense de Desportos Atlético (LIDA), que reunia os clubes de futebol da cidade; Paulo da Silva Nunes foi eleito Deputado Estadual do Legislativo baiano pelo Partido Republicano-PR (1963-67) e pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA (1967-71, 1971-75, 1975-79). Paulo Nunes era agropecuarista, além da *Rádio Difusora* chegou a se tornar proprietário dos cinco cinemas existentes na cidade durante a década de 1960. As informações condizentes a sua trajetória política estão disponíveis em <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=313>, acessado em 08/01/2012.

¹⁰⁷ Filmes: *Progresso de Itabuna*. ANGELIM, W; SANTOS, J. DVD. Bahia Filmes, 1960.3 min.; *A Jovem Cidade*. Produção: Sani Filmes; Imagens: Osantin; Benedito J; som: Hélio B. Neto; narração: Amaury V., 1967. 10 min., 40 seg.

Vereadores, Milton Viterbo; o vereador e advogado João França Santana; Wilde Oliveira Lima, Presidente do Lions Clube de Itabuna e Promotor Público; José Nunes de Aquino, Secretário da Prefeitura Municipal; novamente o Padre Nestor Passos; Milton Veloso, Presidente da Frente Itabunense de Ação Renovadora (FIAR); e os artistas Plínio de Almeida e Walter Moreira.¹⁰⁸

À primeira reunião, dois membros faltaram, o padre Nestor Passos e o comerciante do ramo de móveis, Milton Veloso.¹⁰⁹ No entanto, estiveram presentes: o médico Corbiniano Freire; os vereadores Raimundo de Oliveira Lima e Naomar Monteiro de Almeida; e o jornalista Ottoni Silva, que levou com ele Armando Mendes, fotógrafo de seu jornal, o *Diário de Itabuna*, que registrou o momento:



Figura 1 - É possível reconhecer na foto da esquerda para direita: Walter Moreira, Wilde Lima, ao lado de Milton Viterbo (ao centro), Plinio de Almeida (óculos e terno escuro), João França Santana e Raimundo Lima. APMIJD. *Diário de Itabuna*, 04/07/1958, p. 1. Foto de Armando Mendes.

A escolha de Plínio de Almeida para a produção intelectual dos símbolos oficiais pode está relacionado ao papel que exercia nos ciclos de poder local na década de 1950. Além de ser membro do Rotary Clube de Itabuna, foi Secretário de Gabinete no governo de Francisco Ferreira em 1955 e era secretário da Câmara de Vereadores no período em que ocorreu a reunião. O trânsito de Plinio de Almeida por esses espaços pode ser atribuído as suas habilidades como intelectual, apesar de ser um morador relativamente recente na cidade.¹¹⁰

¹⁰⁸ CEDOC/UESC. *Jornal Oficial do Município, Atas da Reunião da Comissão Especial para estudo e fatura*, edição especial, 28 de julho de 1958. A ACI foi fundada no ano de 1907 com a denominação Sociedade União Comercial de Itabuna. Passou a ser designada como Associação Comercial de Itabuna em 1917 com a reformulação do seu estatuto. Cf. ANDRADE. *Op. cit.*, p. 146-149.

¹⁰⁹ Padre Nestor Passos foi presidente do Partido Social Democrático (PSD) da cidade em 1961.

¹¹⁰ O professor também foi Secretário de Gabinete no mandato de José de Almeida Alcântara do Partido Social Democrático (1959-1963), o que demonstra sua habilidade em transitar em diferentes grupos

Plínio de Almeida (1904-1975) nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação no Recôncavo Baiano, e se destacou no cenário local como intelectual envolvido com a poesia, a prosa, as artes plásticas, o jornalismo e a docência. Fez o curso livre na Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e voltou, em 1938, para Santo Amaro, onde passou a lecionar as disciplinas de História e Geografia no Ginásio Santamarense. Função que também exerceu no tradicional colégio Divina Providência, na cidade de Itabuna, quando chegou em 1952.

Na reunião do dia 2, todos os presentes puderam ouvir e discutir as explicações de Plínio de Almeida, a respeito dos significados dos símbolos postos no escudo, pautados na “história e economia”. Cacau (representação da riqueza que consolidou uma civilização); podão (ferramenta utilizada no corte de madeira, símbolo do desbravamento); sergipanos (símbolo dos desbravadores); o Estado da Bahia; além da continuidade nacional representada pela colonização portuguesa. O professor buscou destacar “as riquezas agrárias do cacau, (a remota), e do café (a nascente)”.¹¹¹

A presença do “café” causou estranhamento ao médico Corbiniano Freire.¹¹² O primeiro a falar foi ele, que apesar de assumir sua ignorância em relação a assuntos de heráldica, questionou o uso do café: “a verdadeira riqueza da região é o cacau”.¹¹³ Em seguida tomou a palavra o vereador Naomar de Almeida, só ratificando as palavras do médico. Wilde Oliveira Lima concordou com o uso do café, “há de ser no futuro, uma outra grande riqueza de Itabuna”.¹¹⁴ Para o médico, descendente de família cacauicultora, ainda era preciso sustentar o signo do cacau como símbolo maior da

políticos. Foi colaborador dos jornais *Diário de Itabuna* e *O Intransigente* além de participar de programas na *Rádio Clube de Itabuna* e na *Rádio Difusora*. A partir do ano de 1970 entrou diretamente na carreira política, exercendo dois mandatos de vereador no município de Itabuna. Dados biográficos consultados em: COSTA, F. J. S. *Plínio de Almeida: obra reunida*. Ilhéus, BA: Editus, 2009.

¹¹¹ CEDOC/UESC. *Jornal Oficial do Município, Atas da Reunião da Comissão Especial para estudo e fatura*, edição especial, 28 de julho de 1958. As atas foram escritas por Plínio de Almeida, secretário da comissão. Foram duas reuniões para apreciação do material, a primeira no dia dois e a segunda no dia 5 de julho. Essa documentação serve de base para as discussões dos próximos parágrafos sobre o tema.

¹¹² Corbiniano Freire nasceu em Itabuna no ano de 1910. Filho do sergipano José Zacarias de Souza Freire e da filha de Firmino Alves, considerado fundador de Itabuna, Blandina Alves Freire. Concluiu o curso ginásial no Colégio Antônio Vieira em Salvador, e formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1936. Foi Membro da Sociedade de Cirurgia e Medicina de Itabuna, fundada em 1935. Cf. http://www.genealogiafreire.com.br/bio_corbiniano_alves_de_souza_freire.htm, acessado em 20/10/2012.

¹¹³ Heráldica: arte ou ciência dos brasões. Cf. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0*. 5ª Ed. do *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba-PR: POSITIVO INFORMÁTICA LTDA, 2010.

¹¹⁴ Wilde Oliveira Lima (1923-1997) nasceu na cidade de Vitória da Conquista; cursou o primário em Uruçuca-BA; e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1948. Foi assessor de Anísio Teixeira, na Secretaria de Educação do Estado da Bahia em 1948. Fez parte do movimento regionalista Frente Itabunense de Ação Renovadora. Foi presidente do Lions Clube local por dois mandatos seguidos. Em 1958 foi eleito Deputado Estadual, pelo Partido de Representação Popular (PRP). Exerceu dois mandatos 1959-1963 e 1963-1967. Cf. MENDES. *Op. cit.* Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=410>, acessado em 20/10/2012.

cidade e da região. Para Plínio de Almeida e Wilde Oliveira Lima parecia melhor pensar também no futuro, talvez porque ambos não tinham vínculo direto com o passado dos “desbravadores” e pressentiam, pelas experiências das crises do cacau nos anos anteriores, a necessidade de um novo elemento econômico e identitário.

Segundo dados do IBGE relativos à produção agrícola do município para o ano de 1954, o cacau aparece com 95,70% do total da produção, a mandioca com 1,53%, a cana-de-açúcar com 0,86 e o café com apenas 0,77%.¹¹⁵ Por outro lado, desde a crise de 1929, que a produção cacauzeira enfrentava um declínio em relação às taxas de produtividade do primeiro período de expansão (1890-1930). Sintoma disso é a criação do ICB, em 1931, e da CEPLAC, em 1957. Isso talvez possa explicar a palavra “remota” referindo-se ao cacau nas palavras de Plínio de Almeida e a necessidade de um elemento novo, que representasse o futuro, o “café”.

Outro ponto de tensão é perceptível quando o vereador Raimundo Lima, apesar de aprovar o escudo, solicitou que os símbolos passassem por uma comissão de técnicos em heráldica.¹¹⁶ Os outros membros entenderam que o vereador Raimundo Lima estava questionando a competência do professor Plínio de Almeida em assuntos de heráldica. Milton Viterbo afirmou: “todos deveriam ter confiança na probidade do autor”.¹¹⁷ “Também usou da palavra o conhecido e competente pintor itabunense, Walter Moreira”, ratificando o esforço empreendido por Plínio de Almeida. Este agradeceu as palavras de Milton Viterbo e disse que “fizera trabalho exato e com o rigor científico, pois seu verdadeiro amor por Itabuna assim permitia”, e que “o seu nobre amigo Raimundo Lima, pode acreditar que o trabalho foi feito sob todas as regras rigorosas da heráldica”. O vereador Raimundo Lima ainda achou exagerado o uso de cinco podões no Escudo.

Podemos perceber a partir deste microgrupo, um jogo de tensões no trato do passado e na (re)modelação de tradições.¹¹⁸ E talvez o principal causador deste dissenso tenha sido o vereador Raimundo Lima. A sugestão do vereador da necessidade de se

¹¹⁵ IBGE. *Coleção de Monografias*. 1956, p.7.

¹¹⁶ Raimundo de Oliveira Lima (1908-1987) era “rábula” (advogado sem diploma de bacharel), e atuava na área criminal. Lembrado na memorialística local como defensor dos pobres, “réu carente, não sentava no banco sem seu patrocínio gratuito” cf. MATTOS, C. de. *Itabuna, Chão de Minhas Raízes: (Antologia)*. Salvador: Oficina do Livro, 1996. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nos anos quarenta, atuou na política local como vereador por seis vezes. Assumiu a prefeitura da cidade quando da morte do então prefeito José de Almeida Alcântara, em 1968. Com o PCB na clandestinidade, foi eleito vereador pelo Partido Libertador - PL (1955-1959) e pelo PSD (1959-63).

¹¹⁷ Milton Viterbo foi vereador pelo Partido Republicano – PR (1955-1959). Foi presidente da Ordem dos Advogados de Itabuna em 1961.

¹¹⁸ HOBBSAWN; RANGER. *Op. cit.*

passar por uma comissão especializada, fragilizando a credibilidade do autor do escudo, e sua discordância referente ao uso exagerado dos podões fez aparecer, por um instante, o conflito. Plínio respondia ressaltando as qualidades do artista Walter Moreira, num jogo de legitimidades, argumentando também o rigor científico que empreendeu.

No dia cinco de julho foi colocada em apreciação a Bandeira, dessa vez a reunião transcorreu sem problemas, talvez pela razão do não comparecimento do vereador Raimundo Lima. O fato é que o aniversário da cidade estava próximo e fazia-se urgente a confecção dos símbolos oficiais. Em 14 de julho de 1958, a Câmara de Vereadores aprovou o primeiro Brasão de Armas e Bandeira do Município:



Figura 2 - Primeiro Brasão de Armas e Bandeira do Município de Itabuna, confeccionado e aprovado em julho de 1958. CEDOC/UESC. BRANDÃO, J. *Relatório da pesquisa sobre a Bandeira e o Brasão do Município de Itabuna*. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE ITABUNA, 2006.

As reuniões analisadas aqui conformam um *lócus* de observação que instrumentalizados pelo historiador, pode apontar para uma interpretação de um processo mais amplo na disputa pela memória social. É possível observar nas imagens, que a base da proposta de Plínio de Almeida permaneceu. Reduziram-se os podões como queria o vereador Raimundo Lima, mas o café foi mantido, apesar da centralidade do cacau e das queixas do médico Corbiniano Freire.

Além dos membros do Poder Público, órgão autorizado para deliberar, vemos a presença de convidados, que por suas representações sociais, reconhecidas entre seus pares, foram chamados a colaborar. É o caso do artista Walter Moreira, do educador Plínio de Almeida e do médico Corbiniano Freire. Outros foram convocados devido a suas posições de poder, como o jornalista Ottoni Silva, que divulgou em seu jornal o trabalho da comissão. Constrói-se uma unidade privada supostamente a serviço da comunidade em geral.

Outro ponto de análise importante que essas reuniões indicam é a questão do *lugar autorizado da fala*, dos espaços de atuação, de circulação dos indivíduos e de

formulação de projetos. Percebe-se, por exemplo, neste microgrupo, a importância da Câmara de Vereadores e da Associação Comercial de Itabuna.¹¹⁹ Assim como do Lions Clube, Rotary Clube, da Igreja Católica, da imprensa e da FIAR.¹²⁰

A articulação dessas instituições sugere a formação de uma “unidade” de interação e conflito, com suas próprias normas, comportamentos e dissensos. Relações construídas num jogo de tensões. O ponto de equilíbrio é a credibilidade, ou seja, o reconhecimento desses espaços como de representação da sociedade civil, aptas a falar em nome da comunidade.¹²¹

Em 1960, ano do cinquentenário, a polêmica levantada pelo vereador Raimundo Lima referente à necessidade do parecer de profissionais em heráldica veio novamente à tona. Naquele ano, o vereador era dirigente da Comissão Executiva dos Festejos do Cinquentenário. O prefeito José de Almeida Alcântara solicitou a um especialista em heráldica – frei Paulo Lachenmayer, da Ordem dos Beneditinos de Salvador –, que confeccionasse novos símbolos que deveriam fazer parte das comemorações dos cinquenta anos.¹²² Para o prefeito Alcântara, segundo José Dantas de Andrade, os antigos símbolos “embora ricos em matéria de história, eram muito pobres em assuntos de heráldica”.¹²³ Por fim, instituíram-se os símbolos oficiais que permanecem até os dias de hoje, com pequenas alterações:



Figura 3 - Brasão e Bandeira, reformulados em 1960. CEDOC/UESC. BRANDÃO, *Op. cit.*, 2006.

¹¹⁹ Cf. ANDRADE. *Op. cit.*, 1968.

¹²⁰ O Lions Clube foi fundado na cidade em novembro de 1954. A FIAR foi fundado em fevereiro deste mesmo ano por jovens como Wilde Lima, Adelindo Silveira e o empresário Milton Veloso e tinha como projeto desenvolver ações para “melhoria do município de Itabuna”. Em outra referência é citada como “uma espécie de ONG destinada a encaminhar problemas da comunidade”. Cf. LOPES, A. *Solo do trombone: (ditos e feitos de Alberto Hoisel)*. Ilhéus: Editus, 2001.

¹²¹ É a articulação de uma esfera pública das pessoas privadas, nos termos de Jürgen Habermas. HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

¹²² APMIJD. *Jornal Oficial do Município*, julho de 1960. É interessante notar que Plínio de Almeida, autor do primeiro brasão, era secretário da prefeitura e aparece como signatário, junto ao prefeito da Lei nº 457 de 4 de maio de 1960, demonstrando mais uma vez sua destreza diplomática nos círculos de poder.

¹²³ ANDRADE. *Op. cit.*, 1968, p. 113.

Entre a técnica e a memória, prevaleceu o “rigor científico”. Nada de café, de podões, de referências explícitas às origens sergipanas dos primeiros povoadores como queria a comissão das primeiras simbologias. Mas um item não foi mudado. O referente a uma sociedade feita pelo trabalho e suor, lema estampado no escudo remodelado, mantém a linha narrativa do *mito do desbravador*, que vinha sendo reproduzido desde o início do século. De acordo com editorial do *Diário de Itabuna*:

Era terra fecunda, o dinheiro fácil, o comércio volumoso atraindo para Tabocas todos os homens que desejavam prosperar, como levas e levas de aventureiros de toda espécie. E aqui se fundiu então a argamassa do trabalho, misturada com suor, sangue e lágrimas, fracassos e vitórias, vida e morte. Foi uma epopeia de fortes e edificantes desta cidade, *centro da região cacauera, capital da riqueza regional*.¹²⁴(grifo nosso)

Os discursos comemorativos se reproduziam. As imagens dos migrantes aventureiros de “toda espécie”, veiculadas pelo jornal *Diário de Itabuna* na edição comemorativa do cinquentenário em 1960, nos faz lembrar os dizeres de Afrânio Peixoto em seu romance *Maria Bonita* de 1913, quando elucida a formação social do sul da Bahia, marcada pelos sertanejos, verdadeiros “resíduos humanos”. Ao mesmo passo, que nos aproxima do sul baiano amadiano, em outra perspectiva literária e política, caracterizado pelas tramas desenroladas em meio ao trabalho, “suor, sangue e lágrimas”.

O olhar que se voltava para passado e que começava a ganhar materialidade nos produtos comemorativos, num movimento de retroalimentação, ajudava a cimentar tradições. A “epopeia de fortes” se consolidaria nos anos posteriores no imaginário regional, com a tese da “civilização do cacau”, que tem como tipo social chave o coronel – desbravador das matas do sul –, difundida também pelas letras de Adonias Filho, em *Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional*, de 1976.¹²⁵

Práticas comemorativas que balançavam entre: percepções teleológicas de um passado positivo e futuro promissor que superaria as carências de um presente insatisfatório, com forte presença de um ufanismo identitário; e os ressentimentos em relação a um passado marcado pelo atraso, que deveria ser ultrapassado naquele

¹²⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 28/07/1960, p. 1.

¹²⁵ ADONIAS FILHO. *Op. cit.*, 1976.

presente por agentes sociais dotados de força política e econômica, defensores e consolidadores da região cacauzeira.¹²⁶

2.2. O “Dia da cidade”

Após missa campal na madrugada do dia 28 de julho de 1960, os bairros da cidade de Itabuna amanheceram ao som das bombas e foguetes. Em seguida, foi executado o toque da alvorada pela Filarmônica do corpo de polícia de Ilhéus e houve ainda a apresentação de tiros arregimentada pelo Tiro de Guerra 126.¹²⁷ As comemorações oficiais do cinquentenário tiveram início em maio de 1960 e finalizaram em novembro. O ponto central foram os festejos do mês de julho.¹²⁸

Naquele mês de festas, o principal evento da programação foi o desfile que percorreu os dois quilômetros retilíneos da recém-inaugurada Av. Cinquentenário. A passeata comemorativa trazia em suas alas e carros alegóricos representações históricas do município, como: “o carro-chefe, Triunfo do Desbravador: representou o primeiro marco da civilização cacauzeira (...) o carro Fundação do Arraial, representação das figuras dos pioneiros”.¹²⁹

No dia 30 de julho, o *Diário de Itabuna*, que geralmente circulava com quatro páginas, veiculou uma edição de 30 laudas referente à cobertura dos festejos do cinquentenário, dividida em dois cadernos preenchidos por artigos em homenagem aos cinquenta anos da cidade: “apoteótica a passagem da data de nossa independência: Itabuna viveu momentos de exaltação cívica”.¹³⁰

¹²⁶ Sobre as relações entre memória e ressentimentos cf. BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

¹²⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Apoteótica a passagem da data de nossa independência: Itabuna viveu momentos de exaltação cívica”, 30/07/1960, p. 1 e 5.

¹²⁸ MACEDO. *Op. cit.*, p. 48.

¹²⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p.1.

¹³⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p. 1 e 5.



Figura 13 - Palanque oficial das comemorações do cinquentenário, instalado na Praça Adami. APMIJD. Diário de Itabuna, 30/07/1960, p.1.

No palanque oficial montado na Praça Adami, as autoridades se revezaram na oratória. O primeiro a discursar foi o ex-prefeito José Nunes de Aquino. Também discursou o sargento José Paulo dos Santos, que recebeu das mãos de D. Laura Conceição, D. Amenaide Bomfim Teixeira e da Srta. Odete Campos, a nova bandeira do Tiro de Guerra, oferta da “família itabunense”. Representando o governador do Estado, Juracy Magalhães, falou o Secretário para Assuntos do Sul da Bahia, Gileno Amado. O Deputado Estadual Wilde Oliveira Lima foi o orador seguinte. Também discursou o General João de Almeida Freitas, comandante da VI Região Militar, “dizendo de seu júbilo por estar presente às festas cinquentenárias de Itabuna”.¹³¹

Segundo a apreciação dos editores do jornal, a apresentação da “ordem unida” feitas pelos atiradores teve a “assistência de grande massa popular, motivo alto das festas, pois o nosso povo apoiou com sua presença todo o programa”.

Os rituais comemorativos do “Dia da Cidade” tiveram como prerrogativa a necessidade de afirmar uma pedagogia cívica, como a oratória de “pessoas ilustres”, o desfile militar e a missa campal. Práticas ritualizadas que tiveram precedência, como é possível acompanhar por meio das fotografias do *Diário de Itabuna* abaixo, referentes às comemorações do “Dia da cidade” de 1958:

¹³¹ José Nunes de Aquino foi prefeito de Itabuna entre anos de 1937-1938. Era membro da Academia de Letras de Ilhéus, entidade fundada no ano de 1959. D. Laura Conceição, conhecida como D. Senhora, era costureira e ficou conhecida na memória local como líder da Campanha do Cruzeiro. Campanha que se iniciou em 1944 e visou à arrecadação de dinheiro para a construção da Igreja Matriz de São José. Cf. SILVA. *Op. cit.*, p. 110-117. APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p. 1 e 5.



Figura 4 - Atiradores do Tiro de Guerra, "Dia da cidade", 1958. APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1958, p.1.



Figura 5 - Missa Campal e Filarmônica, "Dia da cidade" de 1958. APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1958, p. 1.

Ainda pela manhã e como parte dos festejos do cinquentenário, houve o “Concurso de quebra de cacau”, promovido pelo cacauicultor Weldon Setenta, em frente ao palanque central. Ganharia a competição o lavrador que cortasse o maior número de frutos, em menos tempo. O evento tinha o objetivo de rememorar o desbravamento e a força da “riqueza das terras do cacau” por meio de uma prática de trabalho constituinte do processo de colheita das amêndoas. Mas o que nos é perceptível é como o concurso ritualiza e, conseqüentemente, naturaliza o controle sobre os trabalhadores, subalternizando-os em lugar estabelecido na passividade, dividindo-os entre capazes e não capazes.

Em 1963, Weldon Setenta fez parte da criação do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC), órgão criado para representar os cacauicultores dentro da CEPLAC. Sugere-se que a criação deste Conselho Consultivo é sintoma da preocupação

do cacauicultores com a crescente federalização no controle da economia cacauieira e também com a crescente organização dos trabalhadores rurais que começaram a intensificar a formação de sindicatos e agências reivindicativas.¹³²

Paralelo à exaltação dos símbolos de ruralidade do município (passado), os organizadores da festa se preocuparam também com a urbanidade (presente). Foi promovido o “Concurso de Vitrines”, patrocinado pela Câmara de Vereadores. Puderam participar do certame todas as casas comerciais que “fizerem engalanar as suas vitrinas em homenagem ao cinquentenário de Itabuna”. As vitrines foram classificadas em três categorias: a) Comemorativa: com ornamentações referentes à “história econômica, política e social”; b) Expositivas: aquelas que “fixarem aspectos determinados da evolução econômica e social do município”; c) Decorativas: aquelas que sem destacar “aspectos da evolução, se destaquem pela ornamentação e apresentação artística”.¹³³

Após as programações da manhã, o vereador e dirigente da Comissão Executiva dos Festejos do Cinquentenário, Raimundo Lima, ofertou em sua residência, na rua Benjamim Constant, um “coquetel de júbilo” oferecido “às autoridades, visitantes e ao povo, num ambiente altamente cívico, sendo brindada Itabuna e seu povo por várias vezes”. Se como coloca o jornal, participaram dos festejos mais de 40 a 50 mil pessoas, dentre eles muitos visitantes e autoridades, parece que o “povo” não deve ter saboreado muito do coquetel ofertado, a não ser por meio da lembrança nos brindes cívicos. Como nos faz refletir Geneviève Bollème:

Quando se fala do povo, não é do povo que se fala, não é por ele que há interesse (...) De fato, ele só serve para legitimar uma supremacia, circunscrevendo e portanto acusando uma diferença, sem contar que confere um poder àquele que o sustenta, àquele que se coloca como

¹³² Um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil foi justamente o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus/Pirangy, criado em 1934. Em 1952 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ilhéus e Itabuna. Em 1956 aconteceu a II Conferência Sul Baiana de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, dois anos depois da criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). No início dos anos 1960 surge a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FALTAB), a Liga das Bananeiras em Itabuna, e se realiza a 1ª Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Salvador (1961). Em 1962 aconteceu o Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Itabuna, e foi organizada a Liga Camponesa de Camacã. Em 1963, João Goulart sanciona a lei 4.214, e institui o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Cf. LINS. *Op. cit.*, p. 134; MARQUES, M. “O 1ª Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Brasil surgiu na Bahia”. *Dimensão*, 19 de julho de 2012. Disponível em <http://dimensaojornal.com.br/o-1%C2%BA-sindicato-de-trabalhadores-rurais-do-brasil-surgiu-na-bahia/>, acessado em 06/07/2014. Sobre preocupação dos cacauicultores com as ações dos trabalhadores, ver o jornal carioca *A Noite*, 05/03/1952, p. 10: “A maior seca ocorrida nos últimos duzentos anos”: “Segundo notícias chegadas a esta cidade através de um jornal local, informa que uma legião de trabalhadores desempregados encontra-se nas proximidades da Vila de Barro Preto, no município de Ilhéus, ameaçando conseguir alimentos de qualquer maneira”.

¹³³ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Concurso de vitrines: homenagem da Câmara de Vereadores”, 18/07/1960, p.1

porta-voz legítimo do povo. Discurso que fracassa por definição: não se fala de um povo pelo qual tem verdadeira preocupação e para o qual nos conduz, afinal, apenas um fascínio intelectual que vai resultar tão-somente em dar conselhos, em coagir e finalmente em julgar.¹³⁴

À tarde, teve início o desfile comemorativo. A chuva atrapalhou o início do “espetáculo”, mas o cortejo prosseguiu com suas alas e alegorias:

Às 15 horas a avenida estava lotada, em toda a sua extensão, à espera do cortejo cinquentenário. Houve demora justificável para acomodar todos os participantes do desfile, até que a chuva caiu (...) De ponta a ponta o desfile majestoso pelo centro e o povo fazendo barrigas no cordão de isolamento, até juntar-se ao préstito.¹³⁵

O cortejo teve a orientação do major Carlos da Silva Dórea e do sargento João Paulo dos Santos. Após a passagem militar iniciada pelo “Corpo de Aautos”, composta por 12 cavalos, constituindo uma banda de clarins e cornetas, e seguida pelo Tiro de Guerra, Escoteiros, Bandeirantes, Polícia Militar, Banda de Música Militar, Guarda-Nortuna, deu entrada o desfile dos carros alegóricos representando a “evolução histórica do município”: o primeiro representou “a mata em estado primário”; o segundo “as figuras de Frei Ludovico de Livorno (...) e Frei Vicente”, simbolizando a catequização das etnias Camacã e Pataxó, “esse carro representou o primeiro marco da civilização cacauera”.¹³⁶

O primeiro tempo rememorado começa no início da segunda metade do século XIX, por volta da década de 1850, quando chegaram os “desbravadores”. Se esta temporalidade é narrada pelo desfile cívico, também o é no memorialismo urbano: “a história de Itabuna começa pelo advento de ilheenses, sertanejos e sergipanos aqui em seus arredores, onde se instalaram, criando fazendas de cacaueros”.¹³⁷ Tempo recordado como de formação das propriedades agrárias caracterizada pela derrubada da mata Atlântica e pelo enfrentamento “heroico” dos obstáculos, onde “os homens trabalharam anonimamente, humildemente, bravamente, derrubando matas, fazendo roças, plantando cacau, acumulando riquezas. Verdadeiros heróis das selvas”.¹³⁸

¹³⁴ BOLLÈME, G. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins fontes, 1988. p. 56.

¹³⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p. 1 e 5.

¹³⁶ *Idem*.

¹³⁷ GONÇALVES. *Op. cit.*, p. 23.

¹³⁸ PEREIRA FILHO. *Op. cit.*, p. 30.

Não eventualmente os grupos indígenas são recordados como empecilhos.¹³⁹ José Dantas de Andrade relata episódio envolvendo dois “desbravadores” e o encontro com o local que viria a ser Itabuna: “Manoel Constantino prontificou-se a vir mostrar a Félix o dito local e ambos partiram de Banco da Vitória, a pé, seguindo por uma estrada que se dirigia ao sertão, enfrentando feras e índios”.¹⁴⁰

Noutro trecho, referindo-se à viagem entre Ilhéus e Vitória da Conquista, tendo como entreposto, Tabocas, Oscar Ribeiro Gonçalves, a partir das recordações de Manoel Bomfim Fogueira, elucida os perigos enfrentados pelos “pioneiros”: “Nos cursos dessas viagens, grandes eram os riscos que corriam, os caboclos que cruzavam pela estrada, onças, cobras venenosas e outros obstáculos”.¹⁴¹

É possível perceber uma continuidade em relação ao mito fundador da nacionalidade brasileira, especificamente estruturado pela mitologia bandeirante paulista.¹⁴² Vale ressaltar que no ano de 1954, São Paulo comemorou seu IV Centenário. Segundo Silvio Lofego, o IV centenário de São Paulo teve uma difusão nacional, facilitada pelas audições radiofônicas, circulação da imprensa e pelos cinemas.¹⁴³ É possível que os organizadores do cinquentenário tenham se inspirado também nos festejos paulistas. Aqui as memórias do cinquentenário se confundem com a memória histórica nacional. Assim como São Paulo era posto como centro propulsor do progresso do Brasil, Itabuna deveria ter o mesmo papel na região cacauceira.

O bandeirante itabunense era representado pelos cacauicultores pioneiros nos carros alegóricos do desfile cívico, como o “Carro Fundação do Arraial”, constituído pela ala dos “Pioneiros – em quadro representativo conduzido por 48 moças de nossa

¹³⁹ Ayalla Oliveira ao estudar o mito de fundação da cidade de Itabuna a partir do memorialismo urbano, problematizou essa temporalidade “bandeirante” pautado nos “grandes nomes” dos “pioneiros” como Félix Severino do Amor Divino e Firmino Alves, apontando a necessidade de pensar o papel exercido pelos grupos indígenas aldeados no Aldeamento São Pedro de Alcântara, em Ferradas, como fundamental para a futura constituição do núcleo urbano de Itabuna. Ferradas, atualmente distrito de Itabuna, está localizado na intermediação sudoeste da cidade, longe do centro do município, o qual nas narrativas memorialísticas é tido como local do surgimento de Itabuna, já que foi neste espaço, centro, que os “pioneiros” construíram as primeiras moradias. Cf. SILVA, A. O. “As origens de Itabuna: o mito e a história”. *Revista Mosaico*, ed. 4, Ano 2, jan., 2011.

¹⁴⁰ ANDRADE. *Op. cit.*, 1968. p. 17.

¹⁴¹ GOLÇALVES. *Op. cit.*, p. 33.

¹⁴² Nas palavras de Ricardo Luiz de Souza: “Por mitologia bandeirante entendo o conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista”. Cf.: SOUZA, R. L.. “A mitologia bandeirante: construção e sentidos”. *História Social*, n.13, Campinas-SP, 2007. pp. 151-171.

¹⁴³ LOFEGO, S. L. *IV centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

sociedade”, e pela ala dos “Os Consolidadores – Quadro Vivo: ao centro o comendador Firmino Alves ladeado pelo intendente Moises Gonçalves Couto”.¹⁴⁴

O desfile ainda foi composto por outros quadros e carros alegóricos como o “Quadro Trabalho”. Segundo matéria veiculada em caderno comemorativo do cinquentenário de Itabuna do jornal *A Tarde*, de Salvador, o quadro foi composto por trabalhadores rurais que vieram do distrito de Jussari – provavelmente trazidos por produtores rurais daquela localidade, como o secretário Gileno Amado – “parte deles em trajes típicos, parte, de preferência os mais musculosos com o tórax nú, calça arregaçada e chapéu de palha”.¹⁴⁵

Fundamentava-se assim o desejo do tipo social grapiúna isento de conflitos. O homem destemido que enfrentava feras e todos os perigos da selva atlântica, na derruba das árvores e na plantação de cacau, marcado ainda pelo referente do poder da masculinidade.¹⁴⁶ Ao se instituir tal tradição através da narrativa do desfile e do jornal, unificada no ícone do desbravador, apazígua-se discursivamente os crescentes conflitos no campo e na cidade naquele contexto e apresenta-se uma coesão entre cacauicultores e trabalhadores rurais.

Passado o tempo dos “desbravadores”, prossegue o tempo dos “consolidadores”, que coincide com o momento no qual as amêndoas de cacau entram como principal produto das exportações baianas, 1890-1930. O Arraial de Tabocas começa a se transformar em núcleo urbano, quando Itabuna é elevada à categoria de cidade. É o tempo das disputas partidárias, das violências promovida pelos “coronéis” e seus correligionários; tempo da fundação das filarmônicas e seus conflitos, que se confundiam com as tensões políticas. Tempo dos primeiros jornais, da chegada de profissionais liberais e dos comerciantes, tempo da Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista. De acordo com o memorialista Carlos Pereira Filho:

Havia lágrimas, mas havia alegrias. Noites se passavam ouvindo o som da viola, das cantigas e das danças. Noites se passavam ouvindo o som dos tiros. Com essas alternativas, do som das violas e dos tiros das repetições, os itabunenses elaboravam a sua tarefa, construíam a riqueza da terra, plantavam cacau.¹⁴⁷

¹⁴⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960.

¹⁴⁵ APMIJD. *A Tarde*, Caderno Especial Cinquentenário de Itabuna, 28/07/1960.

¹⁴⁶ BOTTON, F. B. “A masculinidade em questão: uma perspectiva de construção teórica”. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007.

¹⁴⁷ PEREIRA FILHO. *Op. cit.*, p. 36.

Paulo Knauss, em seu estudo sobre as comemorações do Descobrimento do Brasil a partir de esculturas, aponta que as imagens produzidas nestes momentos comemorativos têm, sobretudo, um sentido de educação cívica.¹⁴⁸ A professora Alice Alpoim, em seu esboço poético, *Era dos Pioneiros*, publicado em 1961 pela gráfica editora “A Agenciadora”, da cidade de Itabuna, ressaltou a função da educação, rumo à “civilização”:

O lar p’ra os seus acolher,
Era um templo de dever.
A si atraiu ricos e pobres,
Desde os humildes aos nobres.
Tendo aquele povo aféto,
Não quis vê-lo analfabeto.
Aqui aportaram professores,
Com seus sonhos promissores.

Tempo da chegada de migrantes vindos de diversos lugares, inclusive da Síria:

Seria injustiça, não citar
Colono sírio a trabalhar,
Com a lealdade a sobrepor (...)
Tudo temos a admirar!
Deste pioneiro a destacar.
Viu-se o que fez Carlos Maron,
Sendo seu gesto quase um dom.¹⁴⁹

Dos tempos dos “consolidadores” Itabuna vai se consolidando nos parâmetros do afã modernizador. A partir da década de 1930, nas *memórias do cinquentenário*, Tabocas já se transformou em “Itabuna Moderna”:

Itabuna moderna é o mais acentuado espetáculo de crescimento, de desenvolvimento, de organização na região do cacau. Cidade encantadora, com o seu casario em destaque, na linha de construções novíssimas, com o seu comércio em prosperidade, com as suas luzes à noite coloridas em anúncios luminosos, com as suas morenas, as mais belas, por certo, das terras do cacau e os seus clubes sociais que orgulham uma civilização.¹⁵⁰

Voltando ao ensejo comemorativo do “Dia da cidade”, em 28 de julho de 1960, também foi inaugurada a praça D. Laura Conceição, antiga praça Tiradentes, em frente a Igreja Matriz de São José. Mas para os editores do jornal, o ponto auge foi a apresentação executada pela Esquadilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira-FAB:

¹⁴⁸ KNAUSS, Paulo. “O descobrimento do Brasil em esculturas”. *Projeto História*, n. 20, São Paulo, abril de 2000.

¹⁴⁹ ALPOIM. *Op. cit.*, p. 6 e 12.

¹⁵⁰ PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 114.

Foi um espetáculo impressionante, por mais de meia hora, realizando com audácia e sangue frio as mais arriscadas provas (um avião chegou a cortar, com o deslocamento de ar, o fio da rede elétrica que serve ao Bairro Conceição) traçando no céu com fumaça, os mais belos desenhos, arrebatando de entusiasmo toda assistência.¹⁵¹

Parece que os moradores do bairro Conceição não puderam desfrutar da luz elétrica naquele dia. Nas comemorações do “Dia da cidade” de 1958, a apresentação aérea foi mais modesta, feita por aviões Teco-Teco do Aeroclube de Itabuna, sediado no Aeroporto Tertuliano Guedes de Pinho.¹⁵²

Arelado ao processo acelerado de urbanização, os comportamentos e valores passam a ser associados também às imagens de velocidade, juventude e desportismo. Não por acaso, algumas práticas comemorativas promovidas no “Dia da cidade” estavam associadas a estes aspectos.

No ano de 1958 houve a “2ª Corrida Cidade de Itabuna”, uma competição de bicicletas, com percurso entre as cidades de Ilhéus e Itabuna, patrocinada pela empresa Monark e apadrinhada pelo *Diário de Itabuna* e pela *Rádio Clube* de Ottoni Silva. A corrida foi organizada após reunião entre os associados do jornal e da rádio, com o diretor da “Sociedade Comercial Messias Ltda” e o gerente da filial Monark em Salvador. Tudo acertado, a corrida aconteceu num domingo, dia 27 de julho, véspera do “Dia da cidade”, já que no dia 28, segunda-feira, iria atrapalhar o trânsito, e moradores de outras cidades não poderiam participar, visto que o feriado era municipal. A corrida deveria se repetir nos anos seguintes.

Puderam se inscrever candidatos de todo o estado. Entre os prêmios para os vencedores estavam bicicletas, um rádio e uma panela de pressão.¹⁵³ A arrecadação dos prêmios ficou a cargo do jornalista e bancário José Dantas de Andrade: “Queremos ver muitos corredores, de toda a região cacauzeira, no ‘Dia da cidade’, disputando os prêmios da Monark e outros mais que o nosso comércio vai dar e que José Dantas de Andrade irá coletar”.¹⁵⁴

Outro evento esportivo que fez parte da programação do “Dia da cidade” de 1958 foi o triangular de futebol entre os times do Flamengo, Fluminense e Itabuna Clube, selecionados filiados à Liga Itabunense de Desportos Atlético (LIDA), presidida na época pelo vereador e advogado João França Santana, que participou

¹⁵¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p. 1 e 5.

¹⁵² APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Programação do Dia da Cidade”, 16/07/1958, p. 1.

¹⁵³ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Instituída a Corrida da cidade”, 10.07.1958, p. 01.

¹⁵⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Corrida ‘cidade de Itabuna’”, 14/07/1958, p. 1.

também das reuniões para a confecção dos símbolos oficiais. O triangular foi uma alternativa encontrada perante a não realização do jogo de basquetebol comemorativo entre os times de Itabuna e Ilhéus, devido ao não comparecimento do time ilheense. No período, o diretor do departamento de basquetebol da LIDA, era o comerciante Calixto Midlej Filho.¹⁵⁵

No “Dia da cidade” de 1959, ocorreu o “Quadrangular cidade de Itabuna”, um campeonato de futebol contando com a participação do Fluminense de Feira de Santana; do Santa Cruz (de Sergipe); do Colo Colo de Ilhéus; e do E.C. Bahia de Itabuna: “A Colônia Sergipana deverá estar a postos para prestigiar e incentivar seus conterrâneos (...) como também as torcidas dos demais clubes estarão presentes e organizadas para animar os seus atletas”.¹⁵⁶ Assim homenageava-se os “pioneiros” do sertão, de Sergipe, de Ilhéus, e de Itabuna.

Para Antônio Maron Agle, colaborador do *Diário de Itabuna* na edição especial do jornal do “Dia da cidade” de 1960: “as festas que se promovem, devem ter, sobretudo este sentido: o de fixar psicologicamente em cada habitante, o produto de seu trabalho, continuo e heroico, salutar e infinito”. O manejo de memórias, a exaltação dos “grandes homens” e seus feitos deveria servir como aprendizado, de exemplo a ser seguido, numa dinâmica social em que determinado passado, alicerce de pertencimento identitário, parecia se perder na avalanche de novos rostos, comportamentos e valores. Em seu “Bilhete de filho pródigo”, Antonio Agle, advogado e descendente de família sírio-libanesa ligada à atividade comercial recordou memórias de infância em sua cidade natal e sugeriu:

Não sei o que significam cinquenta anos de vida de uma cidade; são duas gerações, e eu faço parte da segunda, meus pais da primeira; e eles, que não são brasileiros de nascimento, mas são itabunenses, embriagam-se na maravilha de um progresso da vila que lhes acolheu; e seus filhos meus irmãos, não se embriagam: somos mais fortes e vamos bebendo, maravilhados, o néctar ambrosia que é o progresso.¹⁵⁷

No período relativamente curto entre 1958 e 1968 encontramos uma diversidade de materiais que evidenciam a sistematização de uma cronologia histórica ou um calendário comemorativo do município de Itabuna, difundido em diferentes linguagens,

¹⁵⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Não será mais realizado o jogo entre as seleções de basquete”, 25/07/1958, p. 3.

¹⁵⁶ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Quadrangular cidade de Itabuna”, 24/07/1959, p. 4.

¹⁵⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Bilhete de filho pródigo”. 28/07/1960, cad. 2, p.1. Descendência relacionada a donos de casa comerciais em Itabuna como Maron & Irmãos e Maron & Filhos.

e que pautam a construção de uma memória social hegemônica. Linguagens que correntemente foram veiculadas como parte de festejos do “Dia da cidade”.

A prospecção do passado de Itabuna nas simbologias oficiais, nas páginas dos jornais, nas narrativas memorialísticas, nas fotografias produzidas no ensejo do cinquentenário da cidade é permeada por representações recorrentes: “terra do cacau”, “entreposto comercial”, “atrativa de migrantes”, “desbravadores”, “pioneiros”, “consolidadores”, “violência da jagunçada”, além de imagens como “cidade moça”, “cidade progressista”, “Itabuna moderna”, “centro administrativo e financeiro da região cacauceira”.

As temporalidades e as espacialidades da cidade e de seu passado, tensionadas no contexto das comemorações do cinquentenário, dão conta de um século de transformações: do antigo Arraial de Tabocas à cidade de Itabuna. Confunde-se necessariamente com a gama discursiva já proposta desde o início do século XX, ao mesmo tempo em que instaura novos parâmetros fincados na ideia de um centro regional, propulsor do progresso.

2.3. O memorialismo urbano e a busca pelo passado ameaçado

O esforço de “recuperação” do passado ganhou contornos com o uso da memória e da história. Carlos Pereira Filho afirmou: “adotamos o critério da sinceridade ao descrevermos os acontecimentos, copiados de documentos antigos e revelados por pessoas que ainda vivem e acompanham a marcha histórica e evolutiva de Itabuna”.¹⁵⁸

Já Plínio de Almeida, ao prefaciar o livro *Jequitibá da Taboca*, elogia:

O material fornecido pelo Sr. Manoel Fogueira é do tipo que se pode batizar de ‘primeira água’, isto é, material muito bom pela fidelidade, pela verdade buscada e encontrada e que foi contida no entrecho, com a vantagem de que muitos fatos foram vistos pelo Sr. Manoel Fogueira, cuja memória deve ser aqui meritoriamente louvada.¹⁵⁹

O testemunho ocular é posto como indiscutível, como a principal via de acesso para a rerepresentação do passado para aqueles olhos que não puderam ver. Percebe-se uma concepção de história marcada pela verdade documental e crença no progresso, na

¹⁵⁸ PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 16-17.

¹⁵⁹ GONÇALVES; FOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 16.

qual a memória é o ingrediente principal, que possibilita a compressão do tempo/espaço numa linha contínua entre o passado e o presente.¹⁶⁰

José Dantas de Andrade comentou: “sempre tive interesse pela história de Itabuna e lia com satisfação tudo que Carlos Pereira Filho, Ottoni Silva e outros publicavam nos jornais sobre o passado de Itabuna e fatos antigos da região”.¹⁶¹ Autor de poemas e contos em jornais da cidade, Andrade publicou em 1960 o livro fotográfico *Itabuna cinquentenária*. O *Diário de Itabuna* registrou sua ação: “o Dantinhas buliçoso, irrequieto, anda a provocar um vasculho em ordem nos baús das famílias tradicionais da terra a cata de documentos históricos para sua premier no Salão Cincoentão”.¹⁶²

A memória está umbilicalmente relacionada à organização das sociedades modernas. Essa frase, que pode parecer óbvia numa contemporaneidade extremamente marcada pelo fenômeno de proliferação mnemônica, deve ser destrinchada para que possamos abordá-lo. Dentro da tradição que teoriza sobre o fenômeno da memória, Maurice Halbwachs apontou a ligação entre a memória e o mundo social, defendendo a ideia de uma memória coletiva. Mesmo a memória individual estaria imbricada a grupos sociais, na perspectiva de Halbwachs, interferindo naquilo que é digno de lembrança e no que deve ser esquecido.¹⁶³

Como os indivíduos e grupos transmitem o que deve ser recordado e esquecido numa determinada sociedade? Paul Connerton aponta que apesar de Halbwachs ter teorizado e difundido a noção de que a memória é um fenômeno coletivo, não aprofundou como um grupo transmite suas recordações para a geração seguinte. As cerimônias comemorativas são carregadas de atos rituais. O que significa dizer que existe um etos nas celebrações, procedidas por meio da repetição, que corroborada em práticas socioculturais, dão significado a crenças e valores para aqueles indivíduos e grupos que se propõem a comemorar algo.¹⁶⁴

Práticas como a elaboração dos símbolos oficiais, os desfiles cívicos e, sobremaneira, pela ação de historiar. Ou seja, de empreender esforços cognitivos de

¹⁶⁰ Sobre a relação entre história e memória, cf. BARROS, J. D'Assunção. “História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, jan-jul, 2009; LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1994.

¹⁶¹ ANDRADE, *Op. cit.*, 1968, p. 9.

¹⁶² APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Pasquinadas itabunenses”, 01/07/1960, p. 1. É notório, na matéria, o tom de chacota do editor em relação ao intento de José Dantas de Andrade, talvez porque este era conhecido na imprensa local por escrever contos e poemas humorísticos. Cf.: ANDRADE, J. D. *Troças das ruas e da roça: caipiradas, crônicas humorísticas, piadas, sátiras, anedotas*. Itabuna-BA, 1970. ANDRADE, *op. cit.*, 1960.

¹⁶³ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

¹⁶⁴ CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. 2.ed. Oeiras: Celta, 1999. p. 43.

organização racional do passado, em meio aos vestígios selecionados (principalmente as memórias), que, por fim, transformam-se em escritos editados e reeditados, quando preciso. A memória social é objeto de um enquadramento, consciente e deliberado dentro das relações de força.¹⁶⁵ Enquadramento da memória que se explicita de forma particular nos momentos comemorativos, quando os produtos culturais materializam rememorações.

Por outro lado, a memória também se apresenta involuntária, trazendo à tona, nas entrelinhas de uma narrativa, todo um complexo psicanalítico de afetividades.¹⁶⁶ Infelizmente nosso método historiográfico e os limites dessa dissertação, não nos permitem o aprofundamento desse campo intrigante da memória. As análises feitas aqui se limitarão a apresentar algumas práticas de memória tentando traçar uma linha de raciocínio para entendermos como as comemorações oficiais de uma cidade se processam, sobremaneira, pelo esforço memorialístico.

Segundo Ana Claudia Brefe, o gênero *memorialismo* ou *memórias*, surge na França medieval, ganhando contornos que influenciaram a produção literária francesa durante séculos. No Brasil, o memorialismo começou seu desenvolvimento no século XX, mais intensamente a partir dos anos 1930, quando os livros de memória se tornaram mais comuns, “sendo assinados por poetas, romancistas, críticos e ensaístas como Oliveira Lima, Graça Aranha, Oswald de Andrade, Humberto de Campos (...) Di Cavalcanti, ou ainda por ‘ilustres desconhecidos’”. A autora sugere que o “memorialista realiza uma crônica biográfica de uma época, de um momento histórico, ou ainda de uma sociedade qualquer em que a narrativa e abordagem das temáticas são definidas e centradas em seu próprio ser”.¹⁶⁷

Porém, como aponta Flávio Carnielli, o gênero memorialista é muito ambíguo em sua definição. É tratado muitas vezes como um gênero literário que se aproxima do romance, por vezes, é definido como “o registro de fatos e acontecimentos, que organizados em uma ordem cronológica não muito rígida, estruturam como que uma história sobre o assunto do conhecimento pessoal do autor ou que guarde relação com

¹⁶⁵ POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁶⁶ Cf. ANSART, P. “História e memória dos ressentimentos”; SEIXAS, J. A. de. “Percurso de memórias em terras de história: problemáticas atuais”. In: BRESCIANI; NAXARA, *Op. cit.* p.15-37.

¹⁶⁷ BREFE, A. C.F. *A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP-SP, 1993.

suas fontes particulares de informação”, como aparece na Enciclopédia Mirador.¹⁶⁸ Ou ainda, como propõe José Honório Rodrigues – no prefácio ao livro *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, de Vivaldo Coaracy –, o memorialismo “nada mais é do que uma corrente historiográfica e relembra que, segundo Capistrano de Abreu, este gênero tem como principal virtude ‘unir o rigor da história ao encanto do romance’”.¹⁶⁹

Na fragilidade da definição conceitual aparece um impasse, como definir esse esforço de memória na cidade de Itabuna no contexto do cinquentenário, que comumente chamamos de “memorialismo”, mas que são reconhecidos, muitas vezes, entre seus pares como historiadores? Inicialmente é necessário não cair no erro de simplesmente colocá-los num lugar pré-estabelecido no jogo das legitimidades científicas (da verdade). E, ao mesmo tempo, diferenciá-los de uma prática historiográfica perpassada por determinadas normas teórico-metodológicas de produção, instituídas num campo de saber com seus próprios crivos, que podemos chamar, genericamente, de história produzida na academia.

Na ausência de intelectuais especializados em produzir o discurso histórico – os historiadores de profissão –, a produção do passado de Itabuna foi realizada por jornalistas, comerciantes, políticos, escritores e profissionais liberais. Distância ressaltada na própria fala de um memorialista:

Este livro não é uma história erudita, para tanto precisaríamos pertencer à galeria dos ilustres historiógrafos. (...) A nossa posição, aqui, é a de simples garimpeiros extraindo, do terreno dos fatos, os diamantes colhidos na bateia da verdade, assunto desta história.¹⁷⁰

A noção que melhor possibilita pensar esta configuração específica do cinquentenário é a proposta de Flávio Carnielli, quando sugere esse esforço de transformar as memórias da cidade em história, como um “memorialismo urbano”. Prática centrada na história das cidades, com enfoque nas transformações urbanísticas, com o objetivo de preservar uma suposta memória das urbes.¹⁷¹

Dentro do memorialismo urbano itabunense foram produzidas narrativas como o *Jequitibá da Taboca: ensaio histórico de Itabuna*, de Oscar Ribeiro Gonçalves e Manoel Bomfim Fogueira, publicado em 1960; *Terras de Itabuna*, do jornalista Carlos

¹⁶⁸ BREFE, 1993 apud CARNIELLI, F. de G. *Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas*. 2007. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas-SP, 2007. p. 31.

¹⁶⁹ Apud. CARNIELLI, 2007: p. 32.

¹⁷⁰ FOGUEIRA, GONÇALVES. *Op. cit.*: p. 22.

¹⁷¹ CARNIELLI. *Op. cit.*: p. 34.

Pereira Filho, também publicado em 1960; *Firmino Alves: fundador de Itabuna*, publicado em 1963, pelo comerciante José Alves Freire; e *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*, publicado em 1968, por José Dantas de Andrade. Esse momento caracteriza um primeiro ímpeto de sistematização do passado histórico da cidade e os memorialistas urbanos foram agentes fundamentais nesse processo.

Memorialistas urbanos mostram uma profunda organização que mistura o discurso a respeito do passado com a intenção de construção de um presente e também de um futuro para a cidade (...) vozes para os mais diversos assuntos e por isso, para eles, a história deve necessariamente ter um “objetivo” (...) de propaganda, ensino ou preservação de uma identidade.¹⁷²

Ainda podem-se listar dois livros de fotografias: o primeiro, também de José de Andrade, intitulado *Itabuna Cinquentenária: documento fotográfico histórico de Itabuna*, lançado em 1960; e outro, *Figuras e Fatos de Itabuna* organizado pela jornalista Helena Mendes, em 1965. Além, há o ensaio poético *Era dos pioneiros*, publicado em 1961, pela professora Alice Alpoim.

Esses livros memorialísticos diversos têm em comum o esforço de construir textos que buscaram aliar o uso da memória e da história na “recuperação” do passado da cidade. Mecanismos que parecem autorizar os discursos e legitimar os autores frente a seus leitores, criando foros de verdade.¹⁷³

Focaremos nosso olhar interpretativo em dois desses materiais: *Terras de Itabuna*, de Carlos Pereira Filho e o *Jequitibá da Taboca* de Oscar Ribeiro Gonçalves e Manoel Bomfim Fogueira, no intuito de entender como o memorialismo urbano foi fundamental no enquadramento da memória social sobre Itabuna e o Sul da Bahia. E como esses esforços de memórias se dão por tensões e disputas.

A escolha dessas duas produções se justifica, pois foram publicadas no ano do cinquentenário, 1960, compõe o cenário comemorativo analisado anteriormente, e nos possibilita perceber tanto os consensos como os dissensos da produção de memórias. Além disso, *Terras de Itabuna* e *O Jequitibá da Taboca* – principalmente este último –, ainda permanecem como referentes basilares na definição da história oficial da cidade. Não muito por suas difusões no momento do cinquentenário, já que foram livros restritos aos círculos de sociabilidades dos autores e mais por terem servido de base para

¹⁷² *Idem*, p. 42.

¹⁷³ Cf. PESAVENTO, S. J. “Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1499>. Consultado em 30 de setembro de 2011.

reproduções mnemônicas posteriores, funcionando como dispositivos de memória e de verdade.¹⁷⁴

Carlos Pereira Filho era jornalista, escrevia nos principais jornais locais como o *Diário da Tarde* de Ilhéus e o *Diário de Itabuna*. Filho do cacauicultor Carlos Augusto Gomes Pereira e da professora Horsminda Macedo Pereira, Carlos Pereira Filho foi membro fundador da Academia de Letras de Ilhéus, criada em 1959. Nesse mesmo ano publicou o livro *Ilhéus, terra do cacau*, que trazia em sua narrativa certa distância em relação ao discurso do *mito do desbravador* fundamentada no início do século XX: “afirmava que a economia cacauera fora fundada por famílias aristocratas que possuíam latifúndios e muitos escravos”, positivando essa origem aristocrática.¹⁷⁵

O tom destoante se dilui um pouco em sua segunda publicação sobre a região, o livro *Terras de Itabuna*. Aqui os “heroicos desbravadores” republicanos retomam o papel central. Talvez não fosse conveniente desviar do coro dos contentes que festejavam o cinquentenário. Até porque, pelo que sugere o prefácio do padre Nestor Passos, então Diretor da Secretaria de Educação e Cultura de Itabuna e os agradecimentos aos “representantes máximos do Poder e do povo do município”, o livro provavelmente foi feito por encomenda da Comissão Oficial dos Festejos, presidida pelo vereador Raimundo Lima. Carlos Pereira Filho e o padre Nestor Passos eram colegas na Academia de Letras e o jornalista havia publicado um livro sobre Ilhéus, nada melhor do que convidá-lo para escrever a história de Itabuna.

O fato é que Carlos Pereira Filho, nas décadas de 1950 e 1960 esteve envolvido em várias agências políticas em defesa dos interesses da classe cacauicultora, agindo como representante de associações de classe e negociador junto às autoridades Federais, chegando ao cargo de Assessor para Assuntos do Cacau do Ministério da Indústria e do Comércio, na pasta do Ministro Antonio Balbino, em 1963. Posição que assegurou durante os primeiros governos militares.¹⁷⁶

¹⁷⁴ A título de exemplo acompanhar edições comemorativas dos periódicos locais que todos os anos rememoram as memórias do cinquentenário. APMIJD. *Jornal Agora*, 28 de Agosto de 2009. p. 1.

¹⁷⁵ MAHONY. *Op. cit.*, p. 776.

¹⁷⁶ HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Carlos Pereira Filho foi membro do Conselho fiscal da Cia Industrial de Laticínios Primor S. A., com sede em Itabuna (e tinha como diretoria da firma: Miguel Calmon Du Pin e Almeida - Presidente; Mário dos Santos Padre - superintendente; José Oduque Teixeira - tesoureiro; Gildésio Lúcio Silva - secretário), cf. *Correio da Manhã*, 10/10/1956, Rio de Janeiro, 2º Cad. Participou da Comissão de Cacauicultores que manteve conversas com o Ministro da Fazenda José Maria Alkmin referente à aprovação do Fundo de Defesa do Cacau que destinou 1 Bilhão de cruzeiros a lavoura, cf. *Correio da Manhã*, 10/04/1957, 1º Cad.; *A Noite*, 10/04/1957, 1º Cad. p. 2. Nessa mesma oportunidade teve a missão de convidar o presidente JK para o 1º Congresso do Cacau que aconteceria em Ilhéus, cf. *A Noite*, 20/02/1957, 1º Cad., p. 2. No *Correio da*

Neste trecho, deixa claro quais suas motivações e seu lugar social no esforço de “desvendar” o passado da região:

Terminada a luta das reivindicações da lavoura cacauzeira, em maio de 1957, os dirigentes do movimento, presidentes de várias associações rurais, pediram-me que eu escrevesse um relatório sobre o importante acontecimento, para que o mesmo não se apagasse da memória dos produtores e assim, no correr dos anos, servisse de exemplo a estímulo e evidenciasse o esforço comum de solidariedade da classe, sem qual o êxito obtido teria se transformado em derrota.¹⁷⁷

O autor se refere ao momento de criação da CEPLAC no ano de 1957, dando o protagonismo da criação do órgão federal, aos produtores de cacau. O enxerto acima evidencia a consciência que o intelectual tinha em relação à necessidade de escrever a história, e propagar ao longo do tempo a memória das “lutas” dos “denodados líderes da lavoura”.¹⁷⁸ Ao produzir o fato e seus protagonistas, Pereira Filho institui, ao mesmo tempo, silêncio em relação aos conflitos de classe naqueles anos de instabilidade e, por conseguinte, outras memórias possíveis: “dentro da vida acidentada, de intranquilidade pública, da falta de meios de comunicações, dentro de todas essas dificuldades, o município desenvolvia-se, levado, ajudado pelos *trabalhadores, que eram os proprietários das suas terras* plantadas de cacau” (grifo nosso).¹⁷⁹

Os dois livros – *Ilhéus, terra do cacau* e *Terras de Itabuna* – partilham das preocupações do autor com a preservação do passado e com suas ambições políticas, mas refletem também os receios com a realidade presente. Não por acaso, seu texto busca evidenciar a importância da região para o futuro do Brasil e inseri-la nas pautas governamentais, ao comparar a formação econômica de Itabuna e a formação econômica do país, concluindo: “que o feito realizado pelos itabunenses tem a coerência

Manhã, 19/09/1958. 1º Cad. p. 6 aparece como “emissário das organizações de classe do sul da Bahia”. Fez parte da reunião da Confederação Rural Brasileira como membro da comissão permanente do cacau. *Correio da Manhã*, 01/07/1959, 2º Cad, p. 4; e acompanhou a instalação da Sociedade Nacional de Agricultura, como “representante da comissão do cacau”. Em 1960 aparece novamente como representante dos cacauicultores da Bahia, *Correio da Manhã*, 15/09/1960, 1º Cad., p. 6. Esteve envolvido também com reivindicações em prol do porto de Ilhéus, *Correio da Manhã*, 14/01/1961, 1º Cad. p. 6. Em 1964 aparece como assessor e membro da CEPLAC. *Correio da Manhã*, 17/01/1964, cad. 1, p. 3. Em 1966, participou do Congresso do Cacau nos EUA, cf. *Correio da Manhã*, 20/05/1966, cad. 1, p. 10. No *Jornal do Brasil*, 02/06/1963, cad. 1, p. 16, ainda no cargo de assessor do Ministério da Indústria e do Comércio aparece em denúncia referente a favorecimento ao Banco de Ilhéus (de seu amigo Ananias Dória – que foi colaborador em *Terras de Itabuna*) e à Cooperativa Central. Sobre sua relação com o ministro Antônio Balbino (governador da Bahia entre os anos 1955-1959) cf. APMIJD. *Diário de Itabuna*, 17/04/1963, p. 1; 02/04/1963, p.1.

¹⁷⁷ PEREIRA FILHO, C. *Ilhéus: Terra do Cacau*. Rio de Janeiro: Andes, 1959, p.11.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 11-12.

¹⁷⁹ PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, 1960: p. 52. Ver nota 40, sobre a formação de sindicatos de trabalhadores rurais na região.

e a vitalidade da linha seguida pelos construtores de nossa Pátria, sempre em luta por um Brasil melhor”.¹⁸⁰

Retoma os ciclos econômicos do cacau, e opera uma distância em relação à aristocracia rural açucareira que dominava “os solos baianos e pernambucanos”, evidenciando o sul baiano como o novo palco da modernização; “vivemos no presente, o tempo ainda do café, do cacau, do gado, na marcha acelerada para a industrialização”. Impregnado de otimismo desenvolvimentista, no qual o Brasil, por meio da industrialização, em breve se tornaria uma das “grandes nações”. E Itabuna, no seu percurso, acompanha essa marcha em “ritmo acelerado”.¹⁸¹

Já o esforço de Manoel Bomfim Fogueira ao relatar suas memórias ao escritor Oscar Ribeiro Gonçalves parece ser outro. É provável que tenha sido estimulado por amigos para registrar suas experiências vividas desde quando chegou ao Arraial de Tabocas nos anos iniciais do século XX, como esclarece o prefaciador Plínio de Almeida: “por cerca de 59 anos mora o Sr. Manoel Fogueira nesta região, que ele realmente viu crescer, florir, enriquecer, até chegar a cidade a este cinquentenário, dentro do qual a terra esplende”. No ano do cinquentenário, 1960, tinha “quase 75 anos”. Sabemos pouco sobre sua trajetória, a não ser pelos vestígios deixados por suas memórias ao longo das 191 páginas do *Jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna (1849-1960)*, impressa nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial da Bahia.¹⁸²

Numa lista elaborada com a “relação nominal dos pioneiros”, formada por categorias como negociante, médicos, funcionários públicos, técnico em cinematografia, padeiro, farmacêutico e sacristão, que representariam os primeiros habitantes de “Tabocas-Itabuna”, o nome de Manoel Fogueira aparece duas vezes: primeiro como “empreiteiro municipal”, em seguida como “depositário judiciário”.¹⁸³

Em dois momentos aparece como trabalhador em obras públicas, em 1905, no calçamento da Rua da Lama e na construção do prédio da segunda Filarmônica Minerva, por volta dos anos de 1915-1916, “conforme afirma Manoel Fogueira – pedreiro empreiteiro do dito prédio, onde trabalhou desde o início da construção”.¹⁸⁴ No final da década de 1920, aparece como comerciante, inclusive fazendo parte da diretoria

¹⁸⁰ *Idem*, p. 13.

¹⁸¹ *Idem*, p. 14.

¹⁸² GONÇALVES; FOGUEIRA, *op. cit.*, p. 13 e 16. O livro foi escrito por Oscar Ribeiro Gonçalves, ex-prefeito da cidade de São Félix, no Recôncavo Baiano, e autor de teses no âmbito jurídico.

¹⁸³ *Idem*, p. 34-35.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 82.

da Associação Comercial de Itabuna. Reminiscências da memória que lhe propicia um lugar no rol dos “desbravadores”, e lhe assegura um pertencimento no presente.

Outra rememoração recorrente em sua narrativa diz respeito à sua relação com as filarmônicas da cidade. Aqui ele apresenta seu pai, o “professor Fogueira”, regente da 1ª Minerva e sua mãe, D. Silvéria M. Fogueira, saudada pelo “seu espírito religioso”. Em outro trecho, aparece “na qualidade de músico”, cooperando nas tocatas em benefício da construção da Igreja Matriz. Entre as tocatas e seu serviço como “empreiteiro”, suas memórias são acompanhadas constantemente pela figura de Gileno Amado. A memória individual de Manoel Fogueira se confunde quase todo tempo, com a trajetória política, de seu tutor.

Manoel Fogueira era partidário de Gileno Amado e sua narrativa em *O Jequitibá da Taboca* é destrinchada também na defesa da memória do gilenismo na política local. Já Carlos Pereira Filho, em *Terras de Itabuna*, exalta o nome de Henrique Alves dos Reis, inimigo político de Gileno Amado nas primeiras décadas do século, sem deixar de ressaltar a importância política de Amado.¹⁸⁵

Aliás, os dois personagens, dentro das memórias do cinquentenário, são pontos de conflito e postos como referentes de duas temporalidades, ou mais que isso, dois modelos históricos de exercício de dominação política e econômica da região. Henrique Alves dos Reis representa o “tempo do barulho”, onde o poder fora exercido à base da repetição, tempo onde a terra era tomada por meio de tiros; o típico coronel das narrativas literárias de Jorge Amado e Adonias Filho ou da sociologia dos anos 1980. Gileno Amado, apesar de ser cria política destes tempos turbulentos (início do século

¹⁸⁵ Gileno Amado (1891-1969) foi um influente político no sul do Estado, sendo partícipe em dois momentos do governo de Juracy Magalhães na Bahia. Era advogado, nasceu na cidade de Estancia-SE e veio para Itabuna em 1908. Foi Deputado Estadual (1912-1924) pelo Partido Republicano Democrata-PRD, correligionário do governador J. J. Seabra. Fundou em 1917 o jornal *A Época*, que circulou até 1958. Na década de 1930 foi Secretário da Fazenda, no governo de Juracy Magalhães, Interventor da Bahia após o movimento de 1930. Foi presidente de honra da União Democrática Nacional - UDN local nas décadas de 1950 e 1960. Era primo de Jorge Amado e irmão do escritor Gilberto Amado. Casado com D. Amélia Amado, filha de um dos cacauicultores mais ricos da Bahia, Manoel Misael da Silva Tavares, com a qual inaugurou a Fundação Gileno Amado responsável pela construção do colégio Ação Fraternal de Itabuna – AFI em 1947. APEB. Atas Câmara de Deputados, 1916. Sobre trajetória de Amélia Amado cf.: SILVA, *Op.cit.*, 2012, p. 101-104. Henrique Alves era partidário de João Mangabeira, opositor do juracismo, nos anos 1930. Fundou o periódico *O Intransigente*, em 1926. Era um jornal político-partidário. Henrique Alves dos Reis exerceu a atividade política desde o final do século XIX e início do século XX e era considerado um dos coronéis “pioneiros” de Itabuna. Muito da memória que exalta seu nome foi construída pelo próprio jornal, principalmente após sua morte em 1940, quando o periódico passou às mãos do seu genro Miguel Moreira. Moreira foi prefeito da cidade (1949-1953) pelo PSD e levou o periódico até o início dos anos 1960, quando parou de circular. Sobre os confrontos políticos no pós 1930, Cf. SILVA, P. S. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, Edufba, 2000.

XX), habilmente soube se harmonizar com as transformações políticas e sociais do pós 1930, aliando-se às forças getulistas e percorrendo uma trajetória dentro da política institucional vigente, tornando-se símbolo dos novos tempos, no qual o otimismo “progressista” se aproxima do Estado como gerenciador dos negócios do cacau (ICB e CEPLAC). O coronel Henrique Alves não se adaptou a essas novas prerrogativas.

Para Carlos Pereira Filho, em *Terras de Itabuna*:

O Coronel Henrique Alves, como era conhecido, possuía uma vontade de ferro, homem de uma obstinação sem fronteiras e de qualidades de comando. O dr. Gileno Amado, bacharel, homem de letras, dotado de grande inteligência, também obstinado, jogava e tirava partido de sua agilidade mental. O coronel se identificava como intransigente, caprichoso, agarrado aos costumes do mais extremado conservadorismo. O bacharel se revelava mais dócil, mais maleável, mais ajustado à evolução dos acontecimentos políticos, nos arranjos, nos conchavos, nos acordos.¹⁸⁶

Manoel Fogueira também demarca essas referências aos dois personagens, em capítulo intitulado “A política partidária de Henrique Alves e sua administração municipal – Atentados e crimes”, no *Jequitibá da Taboca*:

Um núcleo de população, tendo por chefes de partidos políticos, pessoas cujo prestígio consistia no número de jagunços às suas ordens; governando pelo poder da força e nunca pela força do poder, só poderia sentir-se sem liberdade e sem autonomia. Mas, graças à Revolução de 1930 que essa irregularidade partidária despótica, se desmoronou.¹⁸⁷

Duas temporalidades centrais, antes e depois de 1930; dois estatutos de dominação que se confundem, tornando complexas as narrativas cinquentenárias – ora um desejo pela volta ao passado, onde os conflitos cotidianos eram resolvidos no tabuco, ora um afã em apagar esse passado vergonhoso, não mais condizente com os “tempos democráticos” do presente. Dois protagonismos ressaltados, duas gerações: os “desbravadores” (Manoel Fogueira) e os “consolidadores” (Carlos Pereira Filho). Por fim, duas espacialidades que instituem a cidade, do Arraial de Tabocas à Itabuna moderna.

2.4. Tempos e narrativas

¹⁸⁶ PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 58.

¹⁸⁷ GONÇALVES; FOGUEIRA. *Op. cit.*, p. 55.

Se as narrativas de *O Jequitibá da Taboca* e *Terras de Itabuna* apresentam confluência, principalmente no sentido de preservação das memórias das classes dominantes, é possível perceber diferenças quando partimos para análise de suas formas. O tom mais político de Carlos Pereira Filho, compondo sua narrativa por meio de depoimentos de cacauicultores e políticos locais se distancia das memórias cotidianas de Manoel Fogueira, que relata suas lembranças centradas em suas experiências vividas, como pedreiro, músico, comerciante, capitão da polícia e correligionário do gilenismo.

O intuito de Pereira Filho tem um objetivo claro, é mais sintético, feito por encomenda. Apesar do trabalho de organização das diversas memórias de Fogueira efetuadas por Oscar Gonçalves, estabelecendo uma temporalidade progressiva do passado ao presente, *O Jequitibá da Taboca* se apresenta mais espontâneo, e por isso mais complexo do ponto de vista dos relatos de memória e no que diz respeito à seleção do que devia ser lembrado e esquecido.

E é contando os casos que vivenciou, na maior parte do tempo nos círculos de sociabilidade de Gileno Amado, que Manoel Fogueira expôs suas lembranças, colocadas nas letras do *Jequitibá da Taboca*, como define o prefaciador Plínio de Almeida:

Não diremos que o livro tenha buscado uma forma literária escoreita. O Sr. Oscar Ribeiro, recolhendo os informes fornecidos pelo Sr. Manoel Bomfim Fogueira, não pretendeu fazer obra acadêmica, ou romanesca, ou crônica onde apenas palpitam as palavras cantantes de uma poesia sem base reais.¹⁸⁸

Parece aqui que o provocador Plínio de Almeida resvala sua crítica a livros de memórias como o feito por Carlos Pereira Filho, que escolheu como estratégia textual narrar o passado por meio da ficção literária.¹⁸⁹ Segundo editorial do *Diário de Itabuna*: “primoroso trabalho litero-histórico do jornalista Carlos Pereira Filho que começa entre a poesia do nosso rio Cachoeira olhado da velha Ferradas por um narrador rústico, que viu Itabuna nascer”.¹⁹⁰

¹⁸⁸ *Idem*, p. 16.

¹⁸⁹ Aqui é apenas uma sugestão, até porque não temos informações suficientes sobre qual obra foi publicada primeiro, mas ao que tudo indica, foi *Terras de Itabuna*. No editorial do *Diário de Itabuna* de 08 de julho de 1960, p. 1, encontramos a seguinte nota sobre o livro de Pereira Filho: “Chega-nos às mãos o primeiro livro escrito especialmente para o cinquentenário”. E é possível que Plínio de Almeida tenha lido o livro, já que também era membro da Academia de Letras de Ilhéus junto com Pereira Filho. Outra sugestão é que parece haver certa motivação por parte de Manoel Fogueira em contar sua “versão dos fatos”, não contemplados na síntese do ilheense Pereira Filho.

¹⁹⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 08/07/1960, p. 1.

Pereira Filho cria dois personagens, que em diálogos ambientados em diversos espaços e tempos da região, desde o início do século XX, narram a “evolução histórica de Itabuna”. Esses personagens são denominados de Carlos Sousa e João Pereira. Carlos Sousa é contador de histórias e João Pereira, seu ouvinte. Carlos Sousa tinha uma ambição, queria comprar uma fazenda. Era intermediário e ganhava a vida como especulador de negócios de cacau e também vinha de Sergipe. Mas não tinha economia suficiente.

É possível pensar que os personagens Carlos Sousa e João Pereira, representam o próprio autor – sugere-se que o prenome do primeiro mais o nome do segundo formam Carlos Pereira –, que exerce assim tanto a função de contador como a de ouvinte, dois papéis fundamentais para aquele que ambiciona perscrutar as memórias alheias e depois registrá-las.¹⁹¹

As temporalidades traçadas por Pereira Filho retornam ao tempo da Colônia (final do século XVIII e início do XIX), quando se funda os aldeamentos indígenas na região de Ferradas. Destaca a figura do Frei Ludovico de Livorno, “quem lançou, aqui, a semente do trabalho e da civilização que se espalhou pelo município”.¹⁹²

O processo continua: recuo dos índios e ambição dos homens brancos: “levas e levar de desbravadores se apoderavam das terras boas para o cacau, vindos de Ilhéus e do norte”. Primeira metamorfose:

E assim Ferradas mudou logo. Saiu do poder dos índios e dos padres e entrou na posse dos civilizados do cacau. Num instante, as suas casinhas de barro, os seus barracões de índios, a sua igreja tosca se transformaram. Casas melhores foram aparecendo, fazendas foram-se plantando, uma depois das outras. E uma nova povoação, de homens de nova fibra, com outra mentalidade, se espalhava pela mata, com a mentalidade do cacau, que é da riqueza, que absorve o homem, que fanatiza o homem. Despertando nele a ambição, que é a mola do progresso.¹⁹³

Tempo rememorado como período da violência, ambição e riqueza, indo contra os princípios cristãos – “até o padre que tinha chegado pobre em 1908, estava rico” –, mas necessário para o florescimento da civilização do cacau. “No tempo de frei Ludovico era diferente. Havia a pobreza, que é mansa como os cordeiros. Os fazedores de riqueza, são diferentes, respeitam a cruz, mas não largam a espingarda, amam até o

¹⁹¹ Pode ser também uma homenagem ao seu pai, Carlos Augusto Pereira Gomes, identificando com os desbravadores.

¹⁹² *Idem*, p. 26. Ferradas, hoje, é Distrito do município de Itabuna.

¹⁹³ *Idem*, p. 26.

próximo, quando ele não perturba os seus interesses”. Duas temporalidades em transição: da época do Frei, amansador de índios, aos novos tempos dos desbravadores.¹⁹⁴

Começa a saga do cacau. Pereira Filho escolhe 1860 como data de fundação do Arraial de Tabocas, na margem direita do rio [Cachoeira] “habitados, uns por posseiros das matas próximas, outros por pequenos comerciantes que vendiam aos boiadeiros que desciam ou subiam ao sertão da vila de Conquista”, seguindo sua leitura do Almanaque do Município de Itabuna de Mares de Souza, de 1911.¹⁹⁵

Tempo dos coronéis: “bastava comprar um pedaço de terra boa ou uma roça de cacau, e pronto, anos depois, deixava de ser fulano ou beltrano para ser chamado de “coronel” fulano ou beltrano, patente de riqueza, de fortuna, de abastança”. Sempre tentando traçar uma linha reta entre passado e presente: “com martírios de uma geração, com trabalho audacioso e luta sem quartel. Hoje tudo se apresentava diferente”. Tempo em que o progresso se confunde com a violência, ou melhor, no qual a violência é condição necessária para o florescimento da civilização: “Tabocas não podia fugir à regra. No seio fecundo das suas ubérrimas terras, o sangue dos heróis anônimos sacrificados pelo ideal do trabalho tinha de ser o resgate da opulência, que hoje resplandece nos cacauais e riqueza do seu povo progressista”.¹⁹⁶

Manoel Fogueira institui uma cronologia mais delimitada. 1849 é o marco inicial da chegada dos “pioneiros”, os sergipanos Félix Severino do Amor Divino e Manoel Constantino; 1960, ano do cinquentário. Também define outra espacialidade para a fundação de Tabocas, não Ferradas, como propôs Pereira Filho, mas Marimbêta, às margens do Rio Cachoeira, de onde se formaria o perímetro central da cidade. Mas não se distancia de Pereira Filho quando o assunto é violência e progresso: “as pessoas que atravessaram o tempo do Arraial de Tabocas, principalmente até chegar à cidade, deveriam ter vivido dias de insegurança e amarguras”.¹⁹⁷

Mas para alcançar o “progresso” os desbravadores de Tabocas tiveram também que enfrentar o descaso da administração de Ilhéus. No discurso ressentido, Ilhéus se torna o outro, o inimigo, o colonizador que explorava com impostos, mas não retribuía com benfeitorias – imagem recorrente durante todo o século XX, nas queixas em relação à falta de assistência à lavoura cacauaieira, voltadas aos sucessivos governos do

¹⁹⁴ *Idem*, p. 26-27.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 29-30.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 34.

¹⁹⁷ GONÇALVES; FOGUEIRA. *Op. cit.*, p. 55.

Estado da Bahia e da União: “Não havia garantias. Havia trabalho e audácia, decisão e tenacidade. Luta de vida e morte, na construção do patrimônio. Não existia um sinal de administração pública. Os porcos, as cabras, os animais andavam soltos no comércio, sujando tudo, invadindo as casas”.¹⁹⁸

É dado o passo para o tempo da independência, para a emancipação política no início do século XX, o segundo tempo memorado. Tabocas vira Itabuna, e os esforços são voltados à afirmação do novo nome: “nesse mesmo ano foi criado o curato de São José de Itabuna e os padres, nas missões, censuravam o que chamavam o município pelo antigo nome”. Podemos considerar que a celebração se transmuta na imposição de um nome, gesto colonizador que silencia o que havia antes e institui uma nova dizibilidade, delimitando o espaço de acordo com os interesses dos que nomeiam. Primeira representação de Itabuna como centro da região cacauzeira: “comércio, lavoura, desdobravam-se numa progressão vertiginosa, fazendo convergir para o município as atividades produtoras da vizinhança, pois já naquele tempo, a cidade itabunense se esboçava como o centro do movimento da região cacauzeira”.¹⁹⁹

O trem de ferro é utilizado por Pereira Filho para representar essa transição de Tabocas à Itabuna:

O trem de ferro, como se dizia naquele tempo, apitou em Itabuna, resfolegou, estremecendo a terra, alegrando os meninos, impressionando as mocinhas, surpreendendo os velhos mateiros. Afugentando os animais, deixando o passado, montado nos lombos dos animais e colocando a cidade nos trilhos, ao nível das terras servidas pelos transportes modernos.²⁰⁰

Fogueira e Gonçalves enumeram essa nova cronologia moderna de forma mais didática. 1908, criação da União Comercial de Itabuna, posteriormente Associação Comercial de Itabuna; 1909, estação telegráfica; 1910, emancipação política; 1912, iluminação elétrica; 1913, Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, administrada pela State of Bahia South Western Railway Company, circulação de alguns jornais locais; 1916, inauguração da empresa Luz e Força, também em 1916 fundação da Sociedade Caixerai; 1917, Santa Casa de Misericórdia; 1918, Cinema Ideal; 1920, organização da feira-livre; 1922, Loja Maçônica Areópago Itabunense; 1924, Caixa Rural e Banco do

¹⁹⁸ PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 37.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 51.

²⁰⁰ *Idem*, p. 61-62.

Brasil; 1926, jornal *O Intrasigente*; 1927, rodovia Ilhéus-Itabuna; 1928, Cadeia Pública.²⁰¹

A Itabuna que se modernizava nos trilhos do trem, já não devia mais ser abrigo de assassinos e larápios, identidades que Carlos Pereira Filho coloca nas costas de tal Herinque Félix: “num encontro, na Rua da Jaqueira, Henrique Félix e José de Aquiar, conversavam sobre a luz elétrica: ‘esta terra não presta mais pra gente morar. Trem de ferro e luz elétrica, rapidez e claridade, são contra nós’”.²⁰²

Consciente dos ressentimentos, tensões e rancores que sua escrita poderia causar, Pereira Filho contemporiza, ao dizer fugir “de praticar ofensas ou avivar ódios. Somente ‘o amor constrói para a eternidade’”. Era preciso pensar o lado positivo do progresso da sociedade, lida pelo autor como uma organização humana, com “seus erros e virtudes”.²⁰³

Gonçalves e Fogueira também se precaveram perante a possível incompreensão de alguns de seus leitores:

Todos compreendemos que não há evolução política e econômica em que não se pratique algo de injustiça. Todavia, no decorrer desta história, não poderíamos primar somente por narrações honrosas e nem tão pouco nos jactaríamos em torna-la um libelo acusatório. Se fomos levados a dizer algo que afete os melindres de terceiros, foi justamente porque os olhos da razão não poderiam se fechar a certas anomalias patológicas inerentes a certas aglomerações humanas quando ainda sem personalidade moral.²⁰⁴

Tabocas metamorfoseia-se paulatinamente em Itabuna. A década de 1920 é apresentada como o apogeu dessa sociedade formada nos estatutos da civilização do cacau: “Entre 1920 e 1930 o município havia crescido muito. O seu povo trabalhava a passos acelerados. O comércio se firmava como um dos mais importantes da região e a produção cacauera se aproximava de duzentos mil sacos”.²⁰⁵

A queda da produção cacauera devido à crise econômica mundial, as novas configurações da política nacional e seus desdobramentos nas estruturas de poder local, atrelado ao acirramento dos conflitos no campo e na cidade no final dos anos 1920 e início da década de 1930 exigiu todo um esforço discursivo na tentativa de entender e

²⁰¹ GONÇALVES; FOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 83-85.

²⁰² PEREIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 68.

²⁰³ *Idem*, p. 17.

²⁰⁴ GONÇALVES; FOGUEIRA. *Op. cit.*, p. 63.

²⁰⁵ *Idem*, p. 81.

explicar a nova situação.²⁰⁶ Momento de intensa carga de narrativas que consolidaria memórias coletivas sobre a sociedade cacauzeira, como foi visto no capítulo anterior.²⁰⁷

Quando da produção das memórias do cinquentenário nos anos 1950 e 1960, toda uma gama de enredos, de histórias, de memórias históricas sobre a formação e declínio da sociedade cacauzeira havia se firmado nos horizontes dos memorialistas urbanos. E 1930 foi o ícone cronológico desta ruptura, ora sendo interpretada como o declínio da civilização do cacau, ora como o início de um novo ciclo para a história da sociedade cacauzeira, que deveria rumar, a partir desse ponto, em direção à modernização e à industrialização. E a cidade de Itabuna deveria ser o polo dinamizador.

Nas memórias cinquentenárias essas visões sobre o sul baiano se confundem a todo o momento, ora tratando a “civilização do cacau” como fenômeno do passado, como pode ser visto na discussão em torno do “café” nas reuniões do Brasão, ora como futuro que deveria ser assegurado no presente, ou seja, um discurso que primou por afirmar que a saga do cacau ainda deveria continuar viva, exemplo é a narrativa de Pereira Filho e de Gonçalves e Fogueira.

Carlos Pereira Filho e Manoel Bomfim Fogueira, através de seus relatos, também propuseram visões sobre o pós 1930, sobre os rumos da sociedade cacauzeira e da cidade de Itabuna. O fracionamento da história do sul da Bahia em dois períodos, antes e depois de 1930, encontrado no memorialismo urbano de Itabuna, deve muito a livros como *Terras do Sem Fim* (1942) e *São Jorge dos Ilhéus* (1944) de Jorge Amado, apesar de discordarem da visão do autor em relação à figura dos coronéis pioneiros, como sujeitos truculentos, que fez suas riquezas à base da fraude e da violência. Para o memorialismo urbano de Itabuna, a violência era pré-requisito para o progresso e os coronéis são postos como heróis desbravadores.

Para Manoel Fogueira, 1930, é o momento dos novos acordos políticos, que deu credibilidade ao seu grupo partidário, com a ascensão de seu principal expoente Gileno

²⁰⁶ Sobre os conflitos no campo e na cidade entre os anos de 1920 e 1930 cf: CARVALHO, Philippe Murillo Santana de. “Trabalhar e sobreviver no sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna, 1920-1930”. Manuscrito não publicado. Tese de Doutorado, PPGH-UFBA, 2013.

²⁰⁷ Refiro-me a profusão de discursos políticos, literários e técnicos surgidos durante as décadas de 1930 e 1940 e que se prolonga nas décadas seguintes, que fundamentou diversas explicações sobre a história da sociedade cacauzeira, incluindo nesse rol as memórias cinquentenárias. Entre estes discursos se destacam, por sua difusão, as interpretações de Jorge Amado sobre a história do sul da Bahia marcado pelo pessimismo em relação aos rumos da sociedade do cacau no pós 1930, caracterizado pela decadência dos coronéis e ascensão do capital estrangeiro no controle da economia. E outras explicações mais otimistas que propunham salvar os fazendeiros da falência, centradas em planos de modernização e industrialização propostas, por exemplo, por técnicos como Inácio Tosta Filho, à frente do ICB.

Amado no cenário estadual. Apesar de até o último momento Gileno Amado e Manoel Fogueira terem permanecido fieis a Washington Luiz. Com a “Revolução de 30” se finda o tempo da “irregularidade partidária despótica”. O consumo discursivo da memória vencedora da revolução de trinta serve de base para que o autor não se desvencilhe da nova maré e acompanhe, ao lado dos vencedores, as expectativas do futuro positivo destinado à cidade. Os anos iniciais da década de 1930 se configuram, nas memórias cinquentenárias, como divisor de águas, sem fugir, assim, dos marcos da memória histórica nacional, adequando-a a história do sul da Bahia.²⁰⁸

As memórias do cinquentenário periodizam a “marcha evolutiva” centrada do desenvolvimento da cidade entre os anos trinta até o início de 1960. Agora é a cidade o alvo dos discursos, transformando Itabuna, de um simples núcleo rural, em uma cidade moderna.

A velha Tabocas tem uma história épica. É uma cidade que, sofrendo uma metamorfose urbanística tem conservado os velhos postulados impostos pelos desbravadores e consolidadores da civilização do cacau, que tem sua sede em nossa urbs.²⁰⁹

As palavras de José Gabino Kruschewsky, descendente de família tradicional relacionada à cacauicultura na região, demonstra que muito mais do que uma exaltação de um passado perdido, o que estava em jogo era um presente ameaçado, que tornasse possível as proposições de um futuro promissor. Os “velhos postulados” deveriam ser reeditados e aprendidos. A “metamorfose urbanística” trazia novos sujeitos na seara do cotidiano, e, portanto novos conflitos, que deveriam ser sanados com as fórmulas dos “desbravadores” – modernizadas – consolidando a “civilização do cacau”.²¹⁰

No contexto do cinquentenário, as bases sólidas de uma dominação calcada nos estatutos da sociedade cacauera já se encontravam em processo de diluição, e, por

²⁰⁸ Sobre a produção da memória histórica da Revolução de 1930 e suas repercussões no campo discursivo cf. DECCA, E. S. de. *1930 - O silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo-SP, 2004. “Assim como o fazer da política sob a ótica do poder, a ideia de revolução de trinta refaz a história, memorizando-a, e para isso periodiza definitivamente a história do Brasil, como se tudo acabasse e se criasse a partir de um único marco. Nessa memória histórica sobrelevam-se apenas alguns agentes sociais ao passo que outros são de uma vez por todas suprimidos, não se tornando estranho, tanto para a ótica do poder constituído nos anos trinta como para a historiografia, a inexistência da ação política dos dominados durante esse período histórico”. (p. 76)

²⁰⁹ APMIJD. “Itabuna rediviva”, por José G. Kruschewsky, *Diário de Itabuna* 28/07/1960, p. 26.

²¹⁰ Sigo os termos da historiadora Helenice Rodrigues da Silva para adentrar no campo de análise em torno de comemorações: “consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa ‘rememoração’ de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente” SILVA, H. R. “Rememorações/ Comemorações: As utilizações sociais da memória”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 425-439, 2003. p. 432.

consequente, seus elementos identitários e simbólicos. Era necessário reavivar tais elementos de poder. As memórias do cinquentenário apresentavam, em sua complexidade, a fusão de possibilidades confusas, entrelaçando o desejo de um futuro próspero, pautada no desenvolvimento da economia cacauêira, marcado no discurso comemorativo pelo signo da modernização e a ameaça das relações de dominação decorrentes das novas configurações sociais e políticas advindas da “metamorfose urbanística”.²¹¹

²¹¹ Ficamos por aqui com a reflexão de Pierre Nora sobre os lugares de memória: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (...). Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre as quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los, se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: CEDUC, n. 10, dezembro/1993. p. 13.

CAPÍTULO 3 – ENTRE A CIDADE DAS LETRAS, A CIDADE DAS PEDRAS E A CIDADE VIVIDA

Se o “Dia da cidade” foi exaltado como momento apoteótico de civismo, com os desfiles, os certames, as exposições da esquadilha da fumaça e os jogos esportivos; e se as narrativas memorialísticas se afirmavam no horizonte de uma memória coletiva hegemônica, as tensões em torno do cinquentenário não passam despercebidas. Tensões que se expressavam, sobretudo, pelos conflitos cotidianos entre os distintos grupos sociais na disputa pela cidade.

Neste capítulo o objetivo é apresentar uma discussão acerca da objetivação de Itabuna enquanto espaço urbano. Procuo analisar as articulações entre o funcionamento de um periódico e as práticas de intervenção urbanísticas na cidade no contexto do cinquentenário. Concomitante à cidade das letras se entrelaçavam a cidade das pedras e a cidade vivida.

As vésperas das comemorações do cinquentenário no ano de 1960, editores e colaboradores do periódico *Diário de Itabuna* se mostravam preocupados com a efetivação da programação dos festejos: “não se sabe, ao certo, que parte do programa festivo do cinquentenário será cumprida. Não há verba para todo programa e certamente será escolhido o que for inadiável, insubstituível e também de menor despesa”.²¹²

O colaborador Celso Rocha demonstrava apreensão com a possibilidade de uma comemoração aquém das expectativas: “os festejos do Cinquentenário de maneira alguma terão o brilhantismo que era de se esperar”, e clamava, “Deus queira que não haja uma simples festinha semelhante a estas que estamos acostumados, relacionados a qualquer acontecimento de pouca importância”.²¹³

O tom era o mesmo quando se tratava das obras públicas que deveriam ser inauguradas no cinquentenário, prometidas pelo Poder Executivo. Em entrevista concedida ao *Diário de Itabuna*, o prefeito José de Almeida Alcântara, adiantou algumas das obras que seriam realizadas para as comemorações. Entre elas destaca-se a inauguração de um cine-teatro e hotel, de um “matadouro moderno” e a solicitação de investimentos para construir um Mercado Municipal.²¹⁴

As preocupações também se dirigiam às obras da nova avenida, palco das comemorações: “também a Rua Seabra está nua, em relação ao calçamento, todo

²¹² APMIJD. *Diário de Itabuna*, “É preciso”, 14/07/1960, p. 1.

²¹³ APMIJD. *Diário de Itabuna*, Coluna “Aqui e ali: avenida 2 de julho”, Celso Rocha, 15/07/1960, p. 2.

²¹⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Cinquentenário da cidade: festividades”, 07/07/1959, p. 1.

esforço será elogiável para que o grande dia não nos alcance sem a principal rua esburacada”.²¹⁵ Exemplo do descontentamento dos editores era a reforma da praça Tiradentes: “parece-nos que temos uma praça moderna, com rasas piscinas que a enfeitarão, o que não acreditamos é que fique pronta para ser inaugurada”.²¹⁶

Apesar das críticas aos atrasos das obras prometidas pela Prefeitura, que evidenciam conflitos na organização dos festejos, o periódico manteve sua linha editorial e seu projeto político de “luta pela cidade”. O “Dia da cidade” se aproximava e o discurso começava a ganhar contornos de convocação por parte do jornal, era preciso “enfrentar a realidade, fazermos o máximo para que a festa, apreciada por muitos convidados importantes, produza a melhor impressão e sejamos tidos como povo civilizado”.²¹⁷ O projeto do cinquentenário tinha que vingar, a cidade deveria se apresentar moderna e civilizada para os visitantes “importantes”, não se poderia perder a oportunidade comemorativa.

3.1. Forjando um jornal moderno para que a cidade exista

O periódico em análise é o *Diário de Itabuna* ou *DI*, como era chamado por seus editores. O *DI* foi fundado no ano de 1957, mais exatamente no dia 20 de outubro.²¹⁸ A escolha de circular o primeiro número neste dia relaciona-se com a fundação, no ano anterior, da *Rádio Clube de Itabuna*, outro agente da comunicação na cidade, e não por acaso, pertencente ao mesmo grupo à frente do novo periódico.²¹⁹ É preciso levar em consideração a importância simbólica na escolha da data. Fundar o *DI* na data de aniversário da *Rádio Clube* era reafirmar as próprias prerrogativas de existência do grupo. Dois órgãos de comunicação, uma escrita e outra falada, que tinha como figura central o jornalista Ottoni Silva.²²⁰

²¹⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 21/07/1960, p. 1.

²¹⁶ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 11/07/1959, p. 01. ”Prazos aos céus” 14/07/1959, p. 01; “Nossa posição” (Jogo do Bicho), 21/07/1959, p. 01. Durante os primeiros anos do mandato do prefeito José de Almeida Alcântara (1959-1963), o jornal manteve críticas ao seu governo, acusando-o muitas vezes de corrupção. Um dos principais pontos de crítica era o alinhamento do prefeito com o jogo do bicho, tendo como justificativa a necessidade de destinar o dinheiro vinculado a essa prática à assistência social.

²¹⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 20/07/1960, p. 1.

²¹⁸ O jornal circulou até o início dos anos 1990. De 1957 a 1964, pertenceu ao grupo liderado pelo jornalista Ottoni José da Silva. Em 1964, foi comprado pelo empresário e então presidente da ACI, José Oduque Teixeira.

²¹⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Primeiro Aniversário da Rádio Clube de Itabuna S. A. Em homenagem: nosso aparecimento”. 20/10/1957, p.1.

²²⁰ Naquele mesmo ano, Juscelino Kubistchek, colocando em pleno funcionamento sua política desenvolvimentista, autorizou a criação da CEPLAC, designada pela portaria 780 de 19 de julho, por

Otoni José da Silva iniciou na imprensa executando a função de tipógrafo do jornal *A Época*, pertencente à Gileno Amado, em 1928. Logo depois, em 1930, trabalhou no *O Intransigente*, de Henrique Alves.²²¹ É neste jornal que o tipógrafo vai seguir carreira chegando ao cargo de diretor. Depois de mais de duas décadas, nos anos 1950, Otoni deixou *O Intransigente* e passou a se dedicar a *Rádio Clube* e posteriormente ao *DI*. Ainda tornou-se proprietário de um cartório (Registros de Imóveis e Hipotecas da 1ª Circunscrição) e começou também a adquirir propriedades rurais, “trabalhando na cidade e comprando propriedades”.²²²

Nessa ligeira trajetória da vida de imprensa de Otoni pode-se sugerir que o jornalista foi partícipe de boa parte do percurso dos desejos modernizadores impressos nas páginas dos principais jornais da cidade desde a década de 1930, seja organizando os tipos na formatação do *A Época*, ou dirigindo *O Intransigente*, ou ainda adquirindo seus próprios veículos de comunicação.²²³ Otoni Silva também era membro da Loja Maçônica Areópago Itabunense, do Lions Clube e da ACI.²²⁴

O grupo que fundou o jornal, além de Otoni Silva, era formado por Gerson Souza, Raimundo Cravo e pelo empresário Zildo Pedro Guimarães. Zildo Guimarães foi muito mais um incentivador financeiro do que um partícipe atuante na lide editorial, dificilmente escrevia para o jornal. Uma das raras vezes que o fez foi na edição nº 1, justificando o porquê de financiar o *DI*: “fiz isso em atenção a um amigo [Otoni], fiz em nome de Itabuna. Penso que sem saber bem manejar a pena pude me fazer compreendido”.²²⁵ Gerson Souza e Raimundo Cravo também eram donos de cartórios na cidade, o primeiro de Registros Civil de Pessoas Naturais Distrito-Sede, e o segundo de Órfãos e Ausentes e Interditos.²²⁶

No período inicial dos anos 1960, todos estes cartórios funcionavam no Edifício Banco Rural, na já inaugurada Av. Cinqüentenário. Esse ambiente em comum parece ter proporcionado as articulações para o funcionamento da *Rádio Clube* e do *DI*. Entendo

meio do Ministério da Agricultura. A criação da CEPLAC, como analisado no capítulo 1, tem importância central nas disputas discursivas em torno do regional.

²²¹ CEDOC/UDESC. MACEDO, J.; FREITAS, A. F. G. Projeto de Pesquisa Preservação da Memória Regional – Testemunhos para a História. Entrevista concedida por Otoni Silva no ano de 2001.

²²² *Ibidem. Idem.*

²²³ Sobre os discursos modernizadores nas páginas dos jornais itabunenses, cf. CARVALHO. *Op. cit.*, 2009, sobre o *A Época*; e SOUSA. *Op. cit.*, 2010, sobre os jornais *Voz de Itabuna*, *O Intransigente* e *Diário de Itabuna*.

²²⁴ A Loja Areópago Itabunense começou a funcionar em agosto de 1922. Já o Lions Clube de Itabuna foi fundado no ano de 1954. Cf.: ANDRADE, *Op. cit.*, p. 120-122.

²²⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 20/08/1957, p.2. Zildo Guimarães também apreciava o radioamadorismo, e fez parte do grupo dos primeiros radioamadores de Itabuna e Ilhéus. ANDRADE. *Op. cit.*, p. 91

²²⁶ CEDOC/UDESC. COSTA, J. A. *Guia da Cidade de Itabuna*. ITAGRAF: Itabuna, 1961-62. p. 29-31.

que a convivência e as sociabilidades geridas nestes espaços permitiam o funcionamento de uma política cotidiana. A política sai do casulo institucional e passa a ser exercida também no dia-a-dia, no qual os indivíduos se juntam em objetivos comuns, expressos muitas vezes em interesses de classe.

Os responsáveis pelo periódico propunham fazer um jornal diferente dentro da configuração da imprensa local. Zildo Guimarães expôs os motivos do empreendimento jornalístico: “foi pelo imperativo de dar a Itabuna e à região cacaeira um jornal *moderno, independente e noticioso*, que falasse com a clareza da *verdade*, que pudesse reclamar os *interesses regionais* e congregasse todos os sul-bahianos” (grifo nosso).²²⁷

Nas décadas de 1950 e 1960, a imprensa brasileira vivia um processo de modernização que implicava o gradativo distanciamento de uma produção jornalística literária e eminentemente política (partidária). A “nova” imprensa deveria se embasar nos pressupostos da objetividade, da imparcialidade da informação, seguindo, sobretudo o modelo norte-americano. Conforme Ana Paula Ribeiro: “a linguagem jornalística começou a adquirir uma sistematização interna, e o jornalismo obteve certa dose de autonomização, se transformando numa comunidade discursiva própria”.²²⁸

O discurso da neutralidade presente no enxerto de Zildo Guimarães parece afirmar não só uma posição de afinção com as inovações que ocorriam nos principais jornais do Brasil, como propiciava uma diferenciação, no plano identitário, em relação ao seu concorrente imediato, o periódico *O Intransigente*.²²⁹

Apesar das diferenças de projetos, os dois periódicos mantinham padrão de diagramação semelhante, provavelmente devido à passagem de Ottoni Silva pelas redações de ambos. Geralmente circulavam com quatro ou seis páginas, preenchidas por crônicas, colunas sociais, informações esportivas, resumos de reuniões de entidades

²²⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “O porquê do Diário de Itabuna”, 20/10/1957, p.2.

²²⁸ RIBEIRO, A. P. G. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2003, p.147-160.

²²⁹ Anteriormente ao surgimento do *DI*, alguns jornais compunham a imprensa local como o *Voz de Itabuna* e o *O Intransigente*. O primeiro era de propriedade de Aziz Maron, jornalista, advogado e político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O segundo, mais tradicional, era de propriedade, nos anos 1950, de Miguel Moreira, ex-prefeito da cidade pelo Partido Social Democrático (PSD) e produtor rural, dando continuidade ao empreendimento de seu sogro, político Henrique Alves dos Reis que fundou o jornal em 1926. O jornal *A Época*, fundado em 1917 pelo advogado, ruralista e político ligado a União Democrática Nacional (UDN) Gileno Amado, ainda circulou pelo menos até o ano de 1956. AQUINO, R. *De Tabocas a Itabuna-100 anos de imprensa: uma breve história da imprensa de Itabuna de 1897 até os nossos dias*. Itabuna-BA: Agora Editoria Gráfica, 1999. p. 49-50.

sociais, propagandas e anúncios pagos. O *DI*, por exemplo, comprava matérias da empresa A.S. Lara Representações do Rio de Janeiro.²³⁰

O jornal de Ottoni Silva estava pautado num discurso de imparcialidade da informação e de independência em relação a partidos políticos, porém se enquadrava em outros projetos ideológicos, como a luta pela modernização da cidade. O *DI* tinha como principal projeto ser um jornal noticioso a “serviço da região cacauzeira”, e mais especificamente “lutar pelo progresso de Itabuna”. Também tinha entre seus objetivos: “lutar pela moralidade dos costumes, pelo bom caminho à juventude, pela cultura artística e literária da cidade”.²³¹ Ou seja, o *DI* entendia que era preciso se diferenciar de uma imprensa comprometida e lutar pela “liberdade” por meio de um jornal moderno:

DIÁRIO DE ITABUNA é um órgão apolítico. Nascemos sem ódio, sem paixão, sem preferências. Nossa política é a de bem servir a região cacauzeira. Não queremos satisfazer a pessoas ou grupos. Representamos o povo em sua essência e em sua integridade, em seu interesse e em sua generalidade. Povo na clara e genuína expressão vocabular. Conhecemos o povo e sabemos o que ele deseja. Somos parte integrante do povo. Não somos criação de grupos nem de partidos. Brotamos dos anseios populares, evitamos conluios, rejeitamos ofertas de grandes somas para constituir empresa jornalística. Vamos fazer imprensa de maneira diferente, e com o continuar dos dias nossos leitores melhor compreenderão.²³²

Os editores do periódico assumiam um tom republicano, centrado na neutralidade de opinião e na conciliação dos conflitos, desfazendo as hierarquias sociais com designações generalizantes e repetidamente reproduzidas no texto como “povo” e “região”. Discurso que corroborou para pôr o *DI* numa situação bastante confortável e os seus propulsores numa posição também privilegiada na sociedade itabunense no final da década de 1950.²³³

O *DI* era um jornal pequeno, de interior. Não por isso menos importante dentro de uma seara específica, e nem desligada por completo da dinâmica que envolveu a imprensa nacional. Segundo Nelson Werneck Sodré, a segunda metade do século XX é caracterizada por uma “crise” das empresas jornalísticas no Brasil, um momento de

²³⁰ Cf. orientações metodológicas encontradas em: CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do R. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, 2007. p.253-270.

²³¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Primeiras palavras”, 20/10/1957, p. 1.

²³² *Idem*.

²³³ O redator Gerson Souza, por exemplo, foi eleito vereador municipal pela UDN para o mandato 1963-67, e ter nas mãos um veículo de informação pode ter ajudado na expansão de sua carreira política, destoando do discurso independente do periódico.

transição. A pressão publicitária estrangeira, o aumento de preço da importação do papel, a influência do jornalismo norte-americano por meio de novas formas de apresentar a notícia, a progressiva concentração dos jornais em grandes empresas capitalistas são alguns dos elementos desse contexto.²³⁴

O *DI* atua atrelado a essa contingência e em editorial já demonstrava preocupação com o aumento do preço de importação do papel: “nós, aqui do Diário de Itabuna nos encolhemos todos de medo, o papel de imprensa, será agora importado ao dólar de \$600,00. É o caminho da desgraça para os jornais”.²³⁵

De início, o jornal contava com seis páginas, baixando para quatro em momentos de dificuldade como a quebra da linotipo, as inconveniências na compra do papel de imprensa, falta de energia ou algum desastre, como as enchentes do Rio Cachoeira nos anos 1960, que chegou a danificar parte dos papéis encontrados no depósito do *DI*.²³⁶

O *DI* mesmo que se aproxime dessa “crise” de que fala Sodré – e talvez ela seja um dos componentes que explique sua primeira falência no início de 1964 – precisa ser analisado dentro de seu campo particular. Paralelo à preocupação com o preço do papel, ou seja, com sua própria sobrevivência, o jornal se colocava a frente de uma luta, uma disputa cotidiana pela cidade, que não deixava de ser também outra forma de manter sua existência. Queria o “progresso” de Itabuna, almejava o seu “desenvolvimento”, até se colocava como elemento adicional dessa empreitada e juntamente com a *Rádio Clube de Itabuna*, apresentava-se como símbolo da “modernidade” e da “civilização” ao final dos anos 1950.²³⁷

O jornal tinha uma circulação limitada às cidades de Itabuna e Ilhéus, assim como cidades e distritos menores, como Itapé, Ibicaraí, Itapetinga, Buerarema, Juçari, Camacã, Coaraci e Banco Central.²³⁸ Abrangia desta forma um território restrito se comparado ao jornal *A Tarde*, por exemplo, periódico de maior circulação na Bahia na

²³⁴ SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 391-449

²³⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Foi assim”, 25/04/1963, p.1.

²³⁶ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Diário de Itabuna”, 07/01/1960, p.1; “Sempre informando”, 06/02/1963, p.1; “De roupa nova”, 28/02/1963, p. 1; “Nossa situação no que diz respeito ao papel”, 01/02/1964, p.1.

²³⁷ Para uma discussão sobre a noção de modernidade, cf. SEVCENKO, N.. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, F.; SEVCENKO, N. (orgs.) *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. v.3. São Paulo; Companhia das Letras, 1998. p. 7-48

²³⁸ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Postos de vendagem”, 21/10/1957, p.4.

época.²³⁹ Mas essa pequena circulação era fundamental para diversos grupos e indivíduos que viviam e pensavam a cidade de Itabuna, sede do jornal, imbuídos do projeto de torná-la a “capital brasileira do cacau” ou o “centro administrativo e financeiro da região cacauzeira”.

Como parte de seu projeto político de “luta por Itabuna”, o periódico foi um dos principais promotores das comemorações dos “Dia da cidade” no contexto do cinquentenário. Mas não apenas a imprensa escrita foi utilizada. As ondas sonoras das rádios de Itabuna se sintonizavam com o afã modernizador e serviram como divulgador dos festejos comemorativos.

A solenidade do cinquentenário, em 1960, por exemplo, foi transmitida pela *Rádio Difusora de Itabuna* e pela *Rádio Clube de Itabuna*:



Figura 6 - Discurso do Comandante João de Almeida Freitas. Ao seu lado direito, o prefeito José de Almeida Alcântara. *Diário de Itabuna*, 30/07/1960, p. 5.

É possível ver na fotografia, três sujeitos segurando microfones, provavelmente funcionários das emissoras. A *Rádio Clube de Itabuna* foi inaugurada em 1956, primeira emissora de rádio da cidade, de propriedade de Ottoni Silva, Gerson Souza e Raimundo Cravo. A *Rádio Difusora de Itabuna* foi inaugurada em 21 de abril de 1960, pelo empresário, pecuarista e Deputado Estadual Paulo Nunes.

As emissões pelo rádio eram naquele contexto sinônimo de progresso, e considerado “elemento civilizador”: “o rádio está contribuindo para o progresso de Itabuna, levando nossa voz as mais distantes plagas, difundindo nosso pensamento, explanando nossas ideias, lutando pelas nossas reivindicações”, formatado por uma “equipe de

²³⁹ MOREIRA, B. de O. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a Revolução Cubana como representação jornalística (1959-1964)*. 2010. 133f. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2010.

locutores, ‘cast’ de cantores de ambos os sexos”, que apresentam os mais variados programas e “prendem 90% dos ouvintes da região cacauceira”.²⁴⁰

O sentido da utilização do pronome sempre no plural institui uma fala, por meio de uma estratégia retórica, em nome de uma unidade espacial (cidade de Itabuna ou região cacauceira) e parece exercer a função de distinção, definindo uma identidade local ou regional. O rádio, por si só, já era uma inovação tecnológica advinda da modernidade, mas também foi entendido, e podemos adicionar o *DI*, como instrumento capaz de levar a “civilização”, particularmente a Itabuna, bem como a toda uma *região*, já autorreferendada pela produção do cacau.²⁴¹ Assim, é possível entender o subtítulo escolhido para a identificação do periódico: “jornal independente e noticioso, a serviço da região cacauceira”. Leiamos a ilustração a seguir:



Figura 7 - Ilustração que acompanha a matéria “Primeiro aniversário da Rádio Clube de Itabuna S.A.: em homenagem nosso aparecimento”, Diário de Itabuna, 20/10/1957, p.1.

Ao analisarmos o editorial de inauguração do jornal, onde se encontra a ilustração supracitada, é possível perceber indícios que perpassam pela ideia de uma identidade de cidade-centro para Itabuna. O mapa desenhado representa a “região cacauceira”, inundadas pelas ondas sonoras transmitidas pela antena da *Rádio Clube* – o município de Itabuna aparece ao centro.

A *Rádio Clube* com seus “variados programas” chegaria às cidades de Ilhéus, Una, Canavieiras, Itajuípe, Ibicaraí, até mesmo a Itapetinga, no sudoeste baiano.

²⁴⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Primeiro aniversário da Rádio Clube de Itabuna S.A.: em homenagem nosso aparecimento”, 20/10/1957, p.1.

²⁴¹ Para uma reflexão sobre a utilização do rádio como instrumento precioso na difusão de pensamentos e ideias, principalmente incentivada pela propaganda política intensificada por Getúlio Vargas cf. SEVCENKO. *Op. cit.*, 1998; p. 7-48.

Pretendia-se educar seus ouvintes. O chapéu em dobradura feito das páginas do *Diário de Itabuna* sobre o microfone da *Rádio Clube* unifica os dois mecanismos culturais, e pode ser um indício do controle dos meios de comunicação local exercido pelo grupo de Ottoni Silva no final da década de 1950.

Ottoni Silva expõe sua memória e oferta uma opinião sobre a concorrência entre *Rádio Difusora* e a *Rádio Clube*, nos início dos anos sessenta, algo que pode nos assinalar uma percepção da própria identidade que o grupo tinha de si e dos outros: “a nossa luta foi que a Difusora chegou não para se aliar a nós, porque nós éramos de um time, de um ideal completamente diferente”.²⁴² Ao demonstrar certa mágoa com a instalação de uma nova emissora que concorreria diretamente com a *Rádio Clube*, o que parece condizer principalmente com a quebra do monopólio da radiodifusão em Itabuna, novamente é possível supor a que ideal Ottoni se refere.²⁴³ Para ele, o grupo à frente da *Difusora* tinha outros interesses, seja do ponto de vista da política institucional ou da obtenção de grandes lucros, o que parece distanciar este grupo da construção da *nação grapiúna*, na visão de Ottoni. O que aponta essa discordância é um corte no discurso de harmonia, por conseguinte de unidade.

Na primeira edição do jornal, na primeira página, encontramos uma foto da cidade de Itabuna (vista parcial), mais especificamente do centro urbano – como se do alto pudesse dimensionar melhor o seu controle – e os dizeres “Itabuna é a primeira palavra escrita nessa apresentação”.²⁴⁴ A luta era por Itabuna, e os inimigos já estavam declarados. Todos aqueles que se apresentassem contra a “evolução” da cidade, seriam apontados, criticados, e submetidos a uma exposição no jornal. Era dessa forma que o *DI* desejava podar cada galho que se desviasse dos contornos exatos da árvore harmônica, e se colocava no campo de luta: “criança com experiência de velho, com calos nas mãos, com espírito amadurecido iniciamos nossa vida com um brado de luta. Lutar? Contra quem? Não. Lutar a favor da verdade, a favor de Itabuna”.²⁴⁵

Assim o projeto formulado pelos produtores do jornal era apresentado num tom belicoso. O objeto era a cidade e a imprensa tinha um papel a cumprir, educar e formar os cidadãos. Obviamente que o projeto partia de uma esfera específica, de um campo

²⁴² Entrevista concedida à Maria Conceição da Silva Lopes 01/04/2000 depositada no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC).

²⁴³ Existiam serviços de alto-falantes que também eram utilizados como veículo de informação, mas, ao que parece somente a emissora *Rádio Clube* funcionava durante a década de 1950. SOUSA, *op. cit.*, 2010. O autor identifica, por meio de fontes hemerográficas, pelo menos dois desses alto-falantes: *Serviço Sabú* e o *Voz da Liberdade*.

²⁴⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Primeiras palavras”, 20/10/1957, p.1.

²⁴⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Vamos Lutar”. 21/10/1957, p. 4.

cultural daqueles que produziam (ideais de cidade, de costumes, de normas e de comportamentos). O jornal não pode ser separado do seu lugar social. No campo de luta há lados, inimigos, estratégias e táticas. A imprensa parecia uma arma infalível nessas disputas.

O *DI* se vincula a uma mudança diretamente proporcional ao próprio florescer de uma “cidade moderna” e suas prerrogativas de urbanidade e civilidade, de maneira que se pode concordar com análise de James William Goodwin Júnior sobre alguns jornais mineiros, quando considera as redações dos jornais como “focos organizadores e disseminadores de conceitos, valores e práticas identificados com a modernidade industrial, o comércio liberal, os costumes burgueses, a ética capitalista do trabalho”. Para o autor, “nas páginas dos jornais, os *homens de imprensa* deixaram suas impressões”, ao realizar “uma leitura específica sobre o ambiente urbano – uma tentativa de transformar a realidade concreta de suas cidades numa representação da cidade moderna e civilizada”.²⁴⁶

3.2. Entre as letras da imprensa e as pedras da cidade

A inauguração de uma avenida retilínea, moderna, símbolo de progresso é sintomático dessa contingência modernizadora. A Avenida do Cinquentenário deveria ser o signo de um novo tempo, de um novo lugar: “o espetáculo mais empolgante destes dias pré-cinquentenário é a queda dos monstros da Rua Seabra” que remontavam “aos dias enlameados e gloriosos de Tabocas, e que permaneciam impedindo o livre curso na artéria principal da cidade”.²⁴⁷

A estratégia percebida no editorial do *Diário de Itabuna* era a de afastar as imagens de atraso, como a vida rural ou ausência de pavimentação. Aparecem assim duas percepções da cidade e duas temporalidades: uma alocada num passado remoto, num lugar temporal distante – os “dias enlameados e gloriosos de Tabocas” –; e outra atual, a cidade moderna e progressista. A primeira marcada pela violência da jagunçada e do poderio dos coronéis do cacau, eminentemente rural, na qual Tabocas era um entreposto comercial, por onde passava a estrada de ferro Ilhéus-Conquista, núcleo urbano das trocas, dos tropeiros e viajantes. A outra, cinquentenária, dos

²⁴⁶ GOODWIN JUNIOR, J. W. “Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade *fin-de-siècle* em Diamantina e Juiz de Fora, MG”. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 1- 411, dez. 2007. p. 97.

²⁴⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 14/07/1960, p. 1.

empreendedores e financistas, dos maçons, leoninos e rotarianos, dos bancos e edifícios, do homem cosmopolita, das estradas de rodagem e dos *homens de imprensa*.²⁴⁸

Essa polarização, precedida por uma noção de continuidade temporal, pode ser percebida na capa comemorativa da edição especial do *Jornal Oficial do Município* no “Dia da cidade” de 1958. Sob a chancela da Câmara de Vereadores e do executivo local, o pintor Walter Moreira foi contratado para ilustrar a capa da edição, no sentido de evocar a “Itabuna de ontem e de hoje”.²⁴⁹

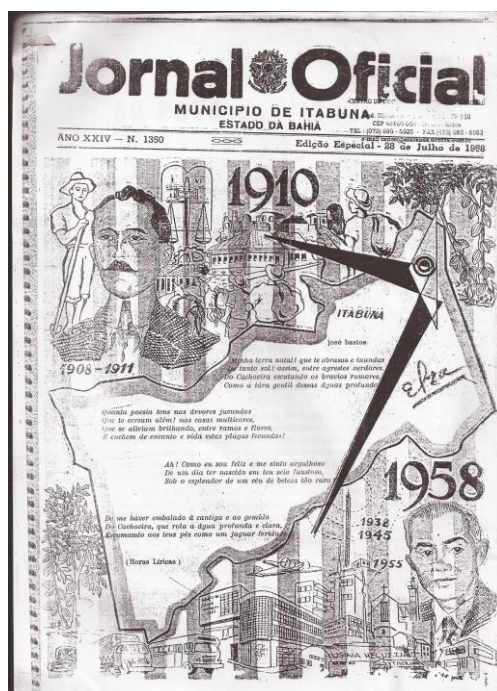


Figura 8 - Capa comemorativa do "Dia da cidade" de 1958. APMIJD. *Jornal Oficial do Município de Itabuna, 1958.*

É possível observar na litogravura de Walter Moreira as duas “Itabunas”, representadas de forma a contrapor duas realidades diferentes, uma dualidade entre o passado e o presente.²⁵⁰ Divididas por um mapa do município, com seu interior preenchido pelo poema “Itabuna”, do poeta itabunense José Bastos, aparece no plano

²⁴⁸ Os termos leoninos e rotarianos referem-se aos membros do Lions Clube e do Rotary Clube.

²⁴⁹ Descrição de Walter Moreira feita por José Dantas de Andrade: “Filho de Itabuna, descendente do desbravador Félix Severino de Oliveira, desde muito jovem revelou-se um excelente pintor. Um verdadeiro mestre na arte de pintar quadros representando paisagens históricas e vultos do passado. Por ocasião do Cinquentenário de Itabuna (1960) construiu com mais de 20 quadros históricos, os quais foram grande atração no desfile cívico”. ANDRADE. *Op. cit.*, p. 115. Para uma análise de algumas pinturas de Walter Moreria, cf: GOMES, A. M. *Rio Cachoeira (Itabuna/Ba): representações, e percepções em diálogo com a história ambiental. Monografia (Especialização em História do Brasil)*, UESC, 2012.

²⁵⁰ Não poucas vezes essa dualidade é observada em produções culturais, tanto do período do cinquentenário como em publicações mais recentes, cf.: AQUINO, R. *De Tabocas a Itabuna: 100 anos de imprensa*. Itabuna, BA: Agora, 1999; ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B.; GASPARETTO, A. *De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico geográfico*. Ilhéus: Editus, 2005.

superior a “Itabuna de ontem” com destaque para a inscrição do ano de emancipação (1910) e do primeiro Intendente Olinto Leone. Além das imagens da estação de trem da linha férrea Ilhéus-Conquista, de casebres, do lavrador de cacau, dos imigrantes chegando à cidade, solitários ou em família, e dos animais carregando sacos de cacau. No plano inferior, é representada a “Itabuna de hoje”, com destaque para a figura de Francisco Ferreira, então prefeito da cidade, e os símbolos de “modernidade” como o avião, os edifícios, a usina Helvética e a fábrica de biscoitos, a imponente Igreja Matriz de São José; uma antena de rádio e suas ondas sonoras.

Mas a realidade urbana nos dias pré-cinquentenário se apresentava de outra forma: “quando a cidade se engalana para realçar suas bodas de prata, um charco imundo vem dá uma nota má. Está prejudicando os moradores próximos à Avenida do Canal, junto à feira livre, produzido por esgoto de açougue”.²⁵¹ Queixa que não surpreende, já que, como demonstrou Erahsto de Sousa, os feirantes e a feira- livre no centro da cidade foram alvos acirrados do discurso modernizador na década de 1950, e continuavam sendo no ano do cinquentenário.

Conforme o autor, “a imagem que feirante e feira-livre passava para aqueles que chegavam à Itabuna não era em nada moderna ou civilizada”, a feira se caracterizava pelas “tropas de muares, produtos esparramados pelo chão, barracas de lona, sujeira, lama”, em meio aos “gritos dos vendedores, misturados ao alto-falante, jogos, brigas. A imagem era antitética à representação que as classes hegemônicas queriam passar da cidade”.²⁵²

Se nas pedras e nas sociabilidades entre os grupos era difícil instaurar a ordem, era preciso inventá-la, torná-la possível no plano discursivo, projetá-la para o futuro, nada mais adequado do que a ideia de progresso e uma data comemorativa.

Os promotores do jornal se autorrepresentavam como dinamizadores da cultura, como agentes que aquém das lides partidárias tinham as prerrogativas necessárias para fazer florescer uma cidade moderna e civilizada. Apesar de sua característica agrária, marcada pela lavoura cacauera, Itabuna deveria sistematizar uma nova identidade, de feição urbana. A reivindicação pela região cacauera se dava, em primeiro plano, pela reivindicação da cidade.

²⁵¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Charco dá má nota”, 16/07/1960, p. 1.

²⁵² SOUSA. *Op. cit.*, p. 119. As agências dos feirantes na cidade de Itabuna foram analisadas pelo autor, como a recusa ao tabelamento de preços imposto pela Prefeitura, inclusive com o aumento dos preços no início dos anos 1950, e a greve realizada em janeiro de 1957. p. 118-184.

Era mais uma das “cidades-progresso” no Brasil: “Itabuna já não pode ser considerada somente como terra do teobroma, e sim, como a cidade-progresso, em todos os setores de sua atividade, ‘talhada para a grandeza, para crescer, criar e subir!’”.²⁵³ As palavras do colunista Freitas Ramos, colaborador do *Diário de Itabuna*, são significativas para se entender as nuances desse desejo, compartilhados dentro do universo cultural do jornal.

Porém, o desejo dos modernizadores denunciava outra realidade da cidade. Em julho de 1960, mês do cinquentenário, o *Diário de Itabuna* expunha em suas páginas o “abuso” de moradores que dentro do perímetro urbano realizavam criatórios de porcos: “guerra aos porcos, acabemos com eles”:

Há dias passados tive a oportunidade de falar, através desta coluna sobre a chamada ‘Operação Limpeza’ que o fiscal geral de Itabuna está levando a efeito, com inteiro apoio do prefeito Alcântara, afim de que Itabuna, mormente neste ano do Cinquentenário, apresente um aspecto *de cidade-líder da região cacaueteira*, e não a aparência de *terra-de-ninguém*, ou seja, de uma comunidade relegada ao mais completo desprezo.²⁵⁴ (grifo nosso)

O responsável pela coluna *Aqui e ali*, Celso Rocha, ao se referir a “operação limpeza” da prefeitura, denunciava novamente a carência de Itabuna em ser moderna, eram os animais transitando pela urbe o incômodo. Os agentes modernizadores, ansiosos em declarar aquilo que era “inevitável” para Itabuna, o progresso, apresentavam, mesmo involuntariamente, muito mais uma “terra-de-ninguém” do que uma “cidade-líder”. Neste trecho podemos perceber uma relação entre temporalidades do discurso, o presente (dos limites) e o futuro (dos desejos).

Neste outro texto, do colunista Nicolau Midlej, é o passado que vem à tona: “vejo no espelho do futuro as tuas virtudes do passado, possuis a soberania e a pujança exuberante de um povo orgulhoso em habitar-te”. A ideia de progresso fundamenta essa relação temporal, entre o tempo “vazio e homogêneo” do passado e o futuro que se

²⁵³ APMIJD. *Diário de Itabuna*, Freitas Ramos. “Uma realidade que se proclama em todo Brasil: somos o município que mais progride na Bahia”, 20/10/1957, p.8; “Itabuna, cidade-progresso”, 20/10/1957, p.16; “Progresso em Itabuna...”, 25/03/1963, p. 4. Para a percepção de outras práticas modernizadoras no Brasil cf. CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; LANNA, A. L. D. “A cidade controlada: Santos 1870-1913”. In: RIBEIRO, L. Q.; PECHMAN, R. *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 311-330; SEVCENKO. *Op. cit.*, 1992. Teobroma refere-se à *Theobroma cacao* ou cacaueteiro.

²⁵⁴ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 01/07/1960, p.1.

projeta como glorioso. O progresso vira símbolo a partir do momento que adjetiva a cidade.²⁵⁵

Ao positivar a ação do poder público afirmava-se, involuntariamente, uma deficiência, uma carência e os limites daquele presente. E supõe-se que seja nesses limites, nas práticas socioculturais, nessa linha tênue entre o “ser” e o “parecer”, que podemos encontrar as articulações dos sujeitos na projeção de ideais de cidade sedimentadas pelas memórias do cinquentenário.²⁵⁶

A ordem hegemônica proposta em Itabuna naqueles anos foi marcada pela busca dos padrões de “civildade” e “modernidade”, associada à crença no progresso e no tema do desenvolvimento, em torno das quais gravitavam os discursos comemorativos.²⁵⁷ Um concurso de caráter nacional promovido no final dos anos cinquenta pode dimensionar melhor essa crença. A *Revista Brasileira dos Municípios*, na publicação do segundo semestre de 1957, anunciou em suas páginas os finalistas e vencedores do concurso que premiou os municípios que demonstraram “maior progresso” naquele ano. O certame foi promovido pelo *Instituto Brasileiro de Administração Municipal* (IBAM), em colaboração com a revista *O Cruzeiro*. As administrações municipais que desejassem concorrer tinham que enviar documentação, que seria analisada por um comitê técnico, somado a uma avaliação de “especialistas” imbuídos de visitar os locais.

O principal critério era a execução de obras públicas. Itabuna aparecia entre as dez selecionadas para a final daquele ano. Entre as cidades, foram selecionadas cinco vencedoras por uma comissão julgadora.²⁵⁸ Itabuna não foi selecionada, mas os editores do *Diário de Itabuna* não deixaram esmorecer o afã modernizador, considerando a cidade “um dos mais importantes núcleos de trabalho e prosperidade do Estado da

²⁵⁵ Como afirmou Walter Benjamin: “a representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo vazio e homogêneo”. LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005. pp. 116.

²⁵⁶ PESAVENTO, S. J. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16. Rio de Janeiro, 1995. p. 279-290. pp. 286.

²⁵⁷ Para Robert Pechman, civildade, modernidade e progresso formam os pressupostos dos discursos de ordem na cidade. Cf. PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 54.

²⁵⁸ *Revista Brasileira dos Municípios*, nº 39-40, Ano X, julho-dezembro de 1957, p. 233. A Revista era um órgão do *Conselho Nacional de Estatística* e da *Associação Brasileira dos Municípios*, editado pelo IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acessado em 25/05/2012. A Comissão era Formada por: Luiz Simões Lopes, Rafael da Silva Xavier, Saturnino de Brito, Rômulo de Almeida, Barbosa Lima Sobrinho, Araújo Cavalcanti, Adroaldo Junqueira Aires, Cleanto de Paiva Leite, Benetido Silva, Wagner Estelita Campos, Osvaldo Trigueiro e Orlando de Carvalho. Foram eleitos como os cinco municípios: Belo Horizonte (Minas Gerais), Garça e São José do Rio Preto (São Paulo), Montenegro (Rio Grande do Sul) e Garanhuns (Pernambuco).

Bahia, dado a evolução a passos largos que se constata dia-a-dia no seu panorama social e econômico. Verifica-se assim o desenvolvimento natural de uma comunidade”.²⁵⁹

A matéria foi motivada pelo concurso nacional. O objetivo era demonstrar através de fotos e dados, fornecidos pelo então diretor do Departamento de Obras Públicas, Aderson Rayol, as realizações executadas pelo prefeito, o engenheiro Francisco Ferreira da Silva (1955-1959).²⁶⁰ O prefeito-engenheiro era conhecido como “Dr. Tatu”, devido às obras de abertura das ruas para a instalação de canos de esgoto e foi no seu governo que a prefeitura adquiriu a primeira frota mecânica para serviços de urbanização da cidade.²⁶¹

A noção de “comunidade”, que pressupõe a ideia de unidade, de “corpo social”, que precisa ser gerida dentro de uma harmonia das partes, projeta uma necessidade de controle e de permanência das hierarquias sociais. Determinando as funções de cada parte, retira da organização social seu aspecto de conflito, obscurecendo os dissensos em nome da “comuna”. Essa estratégia parece ser possível devido a um quadro de referências culturais, que tem um de seus liames a ideia de progresso, que a despeito de assegurar o futuro promissor (naturalizado), prolongou, naquele presente, uma série de ações e narrativas que possibilitaram um espaço de legitimidade e de poder para determinados grupos socioculturais.

A naturalização do progresso, como uma vocação essencial da cidade deve ser entendida tanto como um discurso para as deliberações políticas como elemento de uma crença: “quem crê no progresso (...) considera em todo caso que tem sentido operar no mundo com base em projetos regidos pela esperança num futuro desejável, melhor que um presente cujos limites e insuficiências são visíveis”.²⁶² Essa assertiva do historiador italiano Paolo Rossi nos oferece uma interpretação para entender como se efetivou o consumo da ideologia do progresso por aqueles responsáveis em formular discursos e consensos, e assim, inventar uma cidade que estava no plano do desejo.

Esses desejos se entrelaçavam nas palavras dos políticos, empresários e jornalistas: “Itabuna não pode crescer sozinha, sem amparo, porque não queremos a

²⁵⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Uma realidade que se proclama em todo o Brasil: somos o município que mais progride na Bahia”, 20/10/1957, p. 6.

²⁶⁰ Aderson Rayol dos Santos era engenheiro civil, morador da rua Miguel Calmon foi um dos fundadores do Rotary Clube de Itabuna no ano de 1941 e secretário geral da UDN local no ano de 1957.

²⁶¹ Francisco Ferreira da Silva: prefeito de Itabuna para o mandato (1955-1959). Constituiu em 1960 a Sociedade Construtora “Alvorada”, em associação com o engenheiro Jorge Ribeiro Carrilho, D. Marlene Passos da Silva e a engenheira D. Maria Ribeiro Carrilho cf.: ANDRADE. *Op. cit.*, p. 249; ROCHA, L.; GASPARETO, A.; ANDRADE, M. *Op. cit.*, p. 152-153.

²⁶² ROSSI, P. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 52.

evolução de um mostrengo, mas havemos de moldar sua grandeza (...) em harmonia de formas em perfeita simetria”.²⁶³ Para os editores do *Diário de Itabuna* era preciso construir uma sociedade harmônica, pensada enquanto um corpo social coeso, formado a partir de uma unidade imaginada.

Nas palavras do jornalista e memorialista Carlos Pereira Filho: “ai daquele que tentar destruir, sequer impedir a marcha favorável dos acontecimentos que vêm sendo impulsionado pela seiva fecunda de uma terra abençoada e impelida, do sangue fervente dos seus obreiros”.²⁶⁴ A saga do cacau e seu inexorável destino, referendada nas memórias do cinquentenário, legitimavam os exercícios de dominação naquela sociedade que se transformava rapidamente.

Desde o final da década de 1920 se intensifica o processo de urbanização da cidade, demarcando as hierarquias sociais e culturais, fincadas na organização do urbano. As políticas urbanas em Itabuna tiveram indícios mais efetivos a partir dos planos elaborados pelos engenheiros Arquimedes Siqueira Gonçalves e Manoel da Rin, em 1927, e Saturnino de Brito Filho, em 1935. Até então um núcleo urbano e entreposto comercial, no qual se efetuavam as trocas provenientes da lavoura cacauieira, Itabuna passava, gradualmente, a ser percebida também através de sua urbanidade e a ser gerida pelo pensamento reformador.²⁶⁵

Essa nova configuração urbana foi possível também devido às obras promovidas pelo ICB, principalmente no que diz respeito à modernização das vias de comunicação rodoviária durante os anos 1930 e 1940, que reforçou o papel de Itabuna como redistribuidor de mercadorias aos municípios vizinhos e à cidade de Ilhéus – cidade-porto intermediária na exportação das amêndoas de cacau, executada, predominantemente no porto de Salvador. Reflexo dessa situação foi o aumento do comércio varejista e a participação efetiva de caixeiros-viajantes no mercado comercial da cidade.²⁶⁶

²⁶³ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Primeiras palavras”, 20/10/1957, p.1.

²⁶⁴ PEREIRA FILHO. *Op. cit.*, p. 41.

²⁶⁵ CEDOC/UESC. Relatório do Projeto de Remodelação e Saneamento da Cidade de Itabuna apresentado pelos engenheiros Manoel da Rin e Arquimedes de Siqueira Gonçalves, 1927. Sobre os projetos urbanísticos na década de 1930 cf.: CARVALHO. *Op. cit.*. “Além da criação de planos de urbanização e do surgimento de departamentos das municipalidades de controle social, esse período registrou também a abertura das vias urbanas que deram um formato inicial ao perímetro central da cidade”. p. 17.

²⁶⁶ Cf. DINIZ; DUARTE. *Op. cit.*, p. 56; Não é de se estranhar que as comemorações do cinquentenário em 1960 tenham tido uma efetiva participação da *Agremiação Volante dos Cometas do Brasil*. Após convite da ACI, os Cometas do Brasil, seção Bahia, organizou sua “Parada dos Cometas”, evento que reunia os caixeiros uma vez por ano numa cidade do Estado. O evento fez parte das práticas comemorativas dos cinquenta anos do município. Cf. MACEDO. *Op. cit.*

Se nas décadas anteriores o perímetro urbano vinha sendo formatado, com o início da década de 1960, já se apresentava bem definido, pelo menos em sua cartografia. O centro da cidade de Itabuna era delimitado pelo canal do Lava Pés, na Av. Amélia Amado, e pela margem esquerda do Rio Cachoeira. Entre esses dois limites, estendiam-se ruas, travessas e avenidas paralelas e retílineas, como Av. Cinquentenário, a Rua Rui Barbosa e a Travessa Paulino Vieira. Bem como outros logradouros adjacentes. Além da área central, a cidade era constituída de mais 20 bairros, divididos em zona sul e zona norte. A zona sul era composta por bairros como o São Caetano, Mangabinha, Banco Raso, Santo Antônio e Góes Calmon. A zona norte, por sua vez, abarcava bairros como o Cajueiro (atual Fátima), Castália, Conceição e Pontalzinho (adjacência do centro).²⁶⁷

Reformas urbanas mais significativas ganharam fôlego durante as décadas de 1950 e 1960. No ano do cinquentenário foram inauguradas a Av. Cinquentenário e a Igreja Matriz. Durante a década de 1960, foram construídos também o Fórum Rui Barbosa e a rodoviária, além do embelezamento de praças como a Praça João Pessoa. Esse momento de modificações urbanas foi marcado pela atuação de técnicos e burocratas, alguns dos quais se tornaram prefeitos no período, tais como: o engenheiro civil Francisco Ferreira, o “Dr. Tatu” (1955-59); o funcionário público José de Almeida Alcântara (1959-63; 1966/1968); e o engenheiro civil Félix de Almeida Mendonça (1963-66).²⁶⁸

Ao longo dos trinta anos que decorreram após o seu traçado no papel, a via central, ruas e travessas adjacentes, margeadas pelo Rio Cachoeira, foram sendo costuradas por relações socioculturais, constituindo-se enquanto espaço de constantes disputas. Consolidava-se um espaço permeado por sociabilidades diversas (consultórios médicos, escritórios, repartições do poder público, entidades sociais, clubes recreativos e residências), como também por vivências e lugares estabelecidos por grupos subalternizados dentro da cidade, como os trabalhadores ambulantes. A zona do “meretrício”, mendigos, lavadeiras, “capoeiras”, feirantes, comerciários, membros de

²⁶⁷ Divisão espacial retirada de: COSTA. *Op. cit.* Cf. Ilustração 12, representação cartográfica da cidade, nos anexos desta dissertação. p.

²⁶⁸ José de Almeida Alcântara (-/1968) era prefeito no cinquentenário em 1960. Félix Mendonça (1928/-) é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal da Bahia (1955). Foi secretário de obras públicas (1961-62) e Prefeito de Itabuna (1963-66). Ainda segue carreira política atualmente, sendo Deputado Federal pelo DEM. Passou pelos seguintes partidos: PTN, UDN, ARENA, PTB, PFL, DEM. Sobre sua carreira política ver: <http://www.camara.gov.br>, acessado em 23/09/2012. Cf. Ilustrações 19, 20, 21, 22 e 23, nos anexos desta dissertação.

terreiros de candomblé e migrantes da zona rural.²⁶⁹ Vivências e sobrevivências silenciadas nas memórias do cinquentenário e no discurso regionalizador.

Segundo dados censitários de 1960, o município de Itabuna tinha a quarta maior população do Estado da Bahia, e o distrito-sede ficava atrás apenas da capital Salvador e da cidade de Feira de Santana em termos populacionais. Entre os anos de 1950 e 1960 a população citadina duplicou passando de 25.351 para 59.896 habitantes.²⁷⁰ No censo de 1970 a população urbana já chegava a 75.931 habitantes. Outro dado importante refere-se ao número de habitantes que residiam em Itabuna, mas não eram naturais do município. Segundo o recenseamento, do número total de habitantes que conformava a população urbana (75.931), 34.938 pessoas não nasceram na cidade (aproximadamente 45%). Do total de pessoas não nascidas no município, 83% eram procedentes de zonas urbanas.²⁷¹

Mesmo considerando possíveis alterações metodológicas na obtenção dos dados entre um recenseamento e outro, a discrepância dos números aponta para um aumento significativo da população que vivia no distrito-sede e evidencia a presença de muitos habitantes não nascidos em Itabuna. É provável que parte dessa população migrante fosse oriunda das zonas rurais próximas à cidade, que migraram devido ao aumento do desemprego na lavoura cacaueteira ocasionado pela crise de produtividade nos anos iniciais da década de 1950.²⁷²

Segundo IEFB, a preponderância do município de Itabuna em relação aos demais municípios produtores de cacau em termos populacionais, a partir do decênio 1940/1950, está relacionada ao desenvolvimento das estradas de rodagem, que teria

²⁶⁹ Sobre a constituição do perímetro central e as agências de grupos sociais que com suas vivências confrontavam o modelo modernizador na cidade cf. CARVALHO. *Op. cit.*, 2012; SOUSA. *Op. cit.*; MOURA. *Op. cit.*; OLIVEIRA. *Op. cit.* Para uma análise de lugares sociais das classes dominantes, cf.: SILVA. *Op. cit.*

²⁷⁰ APMIJD. *Coleção de monografias do IBGE*, 2ª ed. (1956) e 3ª ed. (1969). Dados relacionados ao distrito-sede, censos de 1950 e 1960.

²⁷¹ IBGE. Censo demográfico – Bahia. VIII Recenseamento – 1970. Série Regional. Vol. 1, Tomo XIII. A população total de Itabuna no censo de 1970 era de 80.340, portanto, 4.409 viviam na zona rural. Ressalte-se também o desmembramento e criação de três novos municípios na década de 1950, anteriormente distritos de Itabuna: Ibicaraí, Itororó e Buerarema.

²⁷² DINIZ; DUARTE, *Op. cit.*, p. 58. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Cf. *A Noite*, 05/03/1952, “A maior seca ocorrida nos últimos duzentos anos”. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_05&PagFis=11447, acessado em 09/12/2013. A matéria noticia apelo dos produtores ao governo federal, e medo da ameaça de trabalhadores rurais que se queixavam da falta de alimentos. É difícil definir as causas desse crescimento e necessárias novas pesquisas que auxiliem na compreensão do processo migratório.

transformado o distrito-sede em centro rodoviário, como pode ser visto nesta ilustração, publicada pelo IBGE:²⁷³

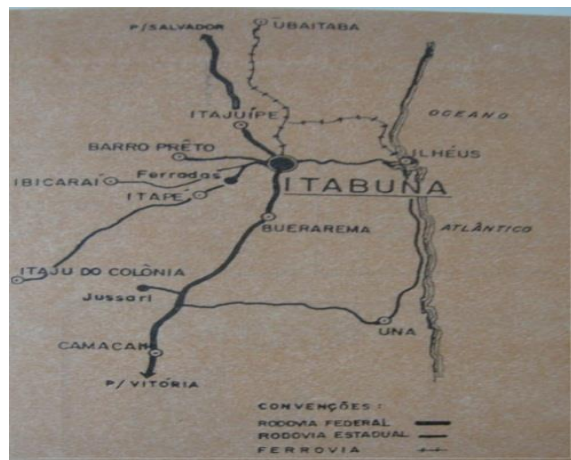


Figura 9 - Rede rodoviária. IBGE. Coleção de Monografias 1956, p. 13.

Ou como afirma o geógrafo Milton Santos, ao analisar a situação do sistema de transporte da “zona cacauêira”: “como a estrada de ferro não avançasse, os núcleos melhor colocados começaram por exercer o papel de entreposto. É, sobretudo, o caso de Itabuna situada bem no meio da zona de produção”. Para o autor, Itabuna se transformou num “verdadeiro ‘doublet’ de Ilhéus, estendendo a uma área mais vasta as influências do porto”, reorganizando o espaço, “quando à antiga a rede de caminhos se superpôs uma rede rodoviária, aquela espécie de funil permaneceu (...) Itabuna se reforçou em seu papel de centro, realizando a maior parte do comércio de varejo”.²⁷⁴

Por meio das propagandas comemorativas, como da empresa de transportes Sul Bahiano, apresentada a seguir, pode-se dimensionar como o papel de centro rodoviário foi sendo utilizado para demarcar uma representação da cidade na configuração regional no início dos anos sessenta:

²⁷³ APMIJD. *Coleção de monografias do IBGE*, 2ª ed. (1956) e 3ª ed. (1969). Dados relacionados ao distrito-sede, censos de 1950 e 1960. IEFB. *A Zona Cacauêira*, 1960. p. 32. Ressalte-se a necessidade de novas pesquisas para conjecturar outras hipóteses para o crescimento populacional.

²⁷⁴ SANTOS, M. Aspectos geográficos da concorrência entre os diversos meios de transporte na zona cacauêira da Bahia. Separata do Boletim Baiano de Geografia. N.º. 1, Salvador-BA, junho de 1960. p. 56.

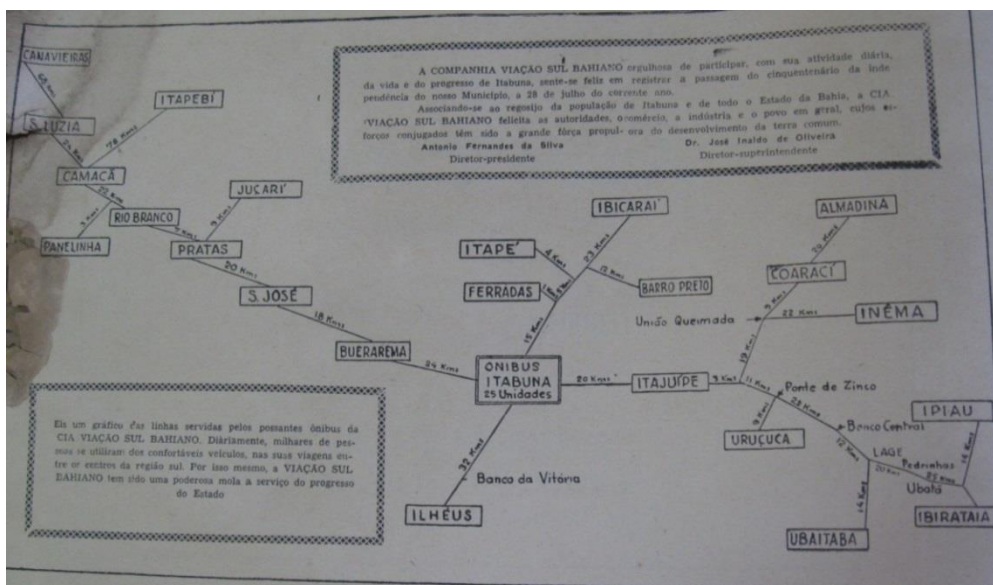


Figura 10 - Itabuna como centro rodoviário. Anúncio da empresa de transportes Viação Sul Bahiano. APMIJD. *Diário de Itabuna*, edição comemorativa, 28/07/1960, p. 10.

Se a lavoura dava sinais de decadência, se as identidades fincadas na tradição da “civilização do cacau” parecia ameaçada pelas vivências múltiplas de sujeitos desvinculados deste universo cultural, marcados, sobretudo pelas desigualdades sociais decorrentes de uma economia extremamente pautada na concentração de renda, foi necessário inventar um novo objeto, que perpetuasse – agora nas roupas da modernidade e da industrialização –, a “saga”. Esse objeto foi a cidade de Itabuna.

Indício dessa objetivação é a publicação de um guia turístico. O *Guia da Cidade de Itabuna* foi publicado no ano de 1961 sob os auspícios da ACI, e tinha entre seus objetivos dotar a cidade de um inventário: “sempre achamos uma grande falha de nossa Itabuna cinquentenária, não ter ainda nenhuma obra com indicações especializadas sobre o que somos e o que possuímos”.²⁷⁵

Composto e impresso numa gráfica da cidade, a ITAGRAF, o *Guia* foi um projeto dirigido por José Antônio da Costa, vinculado à empresa “Turismo e Informações”, responsável pela organização do material. Ao ler os agradecimentos, é possível traçar a rede de sujeitos e instituições que tornou viável a elaboração deste produto.²⁷⁶

²⁷⁵ Ofício da ACI, então presidida pelo empresário José Oduque Teixeira e secretariada por Adelino Silveira, endereçado ao diretor do “Guia da cidade” José Antonio da Costa, 20/10/1961. Cf. COSTA, *Op. cit.*, p. 5.

²⁷⁶ *Idem*, p. 3.

Além da ACI, que na época tinha como presidente o empresário José Oduque Teixeira (1923-)²⁷⁷, colaboraram com o empreendimento o nosso conhecido professor Plínio de Almeida, então secretário da prefeitura; Lafayette Veloso, juiz da 1ª vara Cível; Francisco Souza Fontes, juiz da Vara de Família; Demóstenes Carvalho, dentista e secretário do Núcleo Odontológico de Itabuna²⁷⁸; Joel Brandão de Oliveira, advogado e secretário da Ordem dos Advogados; Frederico Monteiro Alvares Afonso, agrônomo da CEPLAC; além da contribuição do IBGE local.²⁷⁹

O inventário foi constituído de dados históricos, características fisiográficas, propagandas do comércio local e pelas “informações úteis”. Nas “informações úteis” estão contidas várias seções que descrevem desde a constituição dos poderes públicos do período (Prefeitura, Câmara de Vereadores e Justiça da Comarca de Itabuna), passando pela localização, no espaço citadino, de instituições sociais das classes dominantes como a Ordem dos Advogados, Associação Bahiana de Medicina Regional, Lions Clube, Rotary Clube, Associação Comercial, Loja Maçônica de Itabuna, Associações de Caridade, etc.²⁸⁰

A produção do *Guia da Cidade de Itabuna* está inserida no contexto de intensas movimentações urbanísticas e produção cultural, que auxiliaram na sistematização desse novo objeto; atribuindo-lhe uma identidade unificadora, como aparece no subtítulo do guia: “capital brasileira do cacau”.

Novo objeto, a cidade deveria substituir a lavoura e representar o novo polo do dinamismo regional, como fica expresso nas palavras de outro colaborador do *DI*: “a nova avenida, com o seu comércio, movimento de transeuntes e trânsito de veículos, incessantes, será em futuro próximo a Wall Street da região sul da Bahia”.²⁸¹ Ou ainda,

²⁷⁷ Empresário com negócios no setor automobilístico (revendedor FORD) comprou o jornal *Diário de Itabuna* em 1964. Foi eleito prefeito de Itabuna em 1973.

²⁷⁸ Demóstenes Carvalho também era, em 1961, presidente da Liga Itabunense de Desportos Atlético – LIDA, que reunia os clubes de futebol da cidade. COSTA. *Op. cit.*, p. 86.

²⁷⁹ E outros sete sujeitos que ainda não encontramos referências, são eles: Manoel Coelho Brandão, Valdomiro Neves Filho, Afonso Abdon, Eliezer Melgaço, Sebastião Gomes de Amorim, Ruy Borges da Silva, Roberto Abijaude, Pedro Cezar Dantas. Também aparece nos agradecimento o *Jornal de Notícias*. Não foi possível localizar exemplares deste jornal nos arquivos consultados.

²⁸⁰ O *Guia da Cidade* foi composto também de uma série intitulada “Itabuna tem” que traz uma listagem, a partir de: endereços de sindicatos, partidos políticos, bairros da cidade, repartições e autarquias municipais, estaduais e federais, jardins, casa de diversões, bibliotecas, clubes recreativos, feiras livres, imprensa falada e escrita, hospitais e casas de saúde, casas religiosas, instituições escolares, serviços de transporte, clubes de futebol, estabelecimentos comerciais e edifícios centrais. Contém ainda a seção “indicador profissional” que lista endereços residenciais e de trabalho, de médicos, advogados, dentistas, engenheiros civis e agrônomos.

²⁸¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, “Aqui e ali: avenida dois de julho”, 15/07/1960, p.2. Por Celso Rocha. Quando Celso Rocha escreve a matéria ainda não se tinha decidido que a avenida seria chamada de

nas palavras do memorialista José Alves de Souza Freire: “a iluminação é muito boa e, à noite, a Avenida Cinquentenário, feericamente iluminada a lâmpadas de mercúrio”, símbolo da modernidade, “com seus inúmeros letreiros luminosos de variegadas cores, desenhos caprichosos e pisca-pisca, tornar-se um espetáculo lindíssimo, assemelhando-se à Broadway e, Nova York, guardadas as devidas proporções”.²⁸² Seguindo as palavras de outra produtora cultural da cidade, a jornalista Helena Mendes: “Avenida Cinquentenário – é a principal de Itabuna. Está para nós assim como a Avenida Rio Branco está para o Rio”.²⁸³

As aproximações com Nova Iorque (Wall Street e Broadway) ou com a Av. Rio Branco no Rio de Janeiro, parece ter o objetivo de fincar a ideia de centro cosmopolita, financeiro, de circulação cultural, de aglomeração de bancos e comércio: “o desfile de pessoas estranhas na Avenida é tão grande, intenso e constante, que nos convence ser uma cidade cosmopolita”.²⁸⁴

Se a impressão do cosmopolitismo de Souza Freire expressa indícios da estratégia de enaltecimento da cidade, e pode estar carregada de exagero, pode refletir também o aumento populacional significativo registrado naqueles anos. E, possivelmente, a ameaça cotidiana que este contingente populacional, “pessoas estranhas”, acarretava para determinados grupos pré-estabelecidos, como o de Ottoni Silva.

O periódico *Diário de Itabuna* foi um veículo importante na arregimentação das forças sociais e se tornou um lugar de encontro dessas várias falas e ações modernizadoras e civilizatórias na cidade de Itabuna entre as décadas de 1950 e 1960.

Porém, o jornal não era o único local de encontro e sociabilidade desses sujeitos. Tomo como referenciais alguns espaços específicos, escolhidos pela presença constante nos órgãos de imprensa e textos memorialísticos enquanto espaços que se atribuíam o papel de porta-vozes dos “interesses” da cidade.²⁸⁵ São eles: Associação Comercial de

Cinquentenário, como ficou oficialmente denominada após as comemorações de 1960. Antes de ser oficializada de av. Cinquentenário, também foi chamada de av. 28 de julho.

²⁸² FREIRE, *Op. cit.* p. 35. José Freire era comerciante, gerente do banco Lavoura de Minas Gerais e membro da Associação Comercial de Itabuna, intitula o último capítulo de seu pequeno livro biográfico como “Itabuna Moderna”, o que já tinha sido feito pelo jornalista Carlos Pereira Filho, no seu texto *Terras de Itabuna* de 1960.

²⁸³ MENDES. *Op. cit.*, p. 14.

²⁸⁴ FREIRE. *Op. cit.*, p. 35.

²⁸⁵ Cf: SILVEIRA, *Op. cit.*; ANDRADE, *Op. cit.*; MENDES, *Op. cit.*, e GONÇALVES; FOGUEIRA. *Op. cit.*, 1960.

Itabuna, Lions Clube, Loja Maçônica Areópago Itabunense e Rotary Clube.²⁸⁶ Além do espaço da municipalidade representada pela Câmara de Vereadores e pela Prefeitura. Em várias edições do periódico foi possível encontrar a publicação de atas de reuniões ou comunicações aos associados do Lions, do Rotary, da Câmara de Vereadores e da Associação Comercial.²⁸⁷

Entendo que há diferenças entre tais instituições relacionadas às suas formas organizativas, recrutamento e funções sociais. Porém, para a formação analítica que se pretende são entendidos enquanto *lugares sociais de circulação* (de pessoas, de ideias e de projetos). Enquanto entidades que legitimavam os indivíduos frente a seus pares em suas práticas e sociabilidades.

Não se exclui a existência de outros *lugares*, como outras associações de classe ou os espaços informais de circulação como os clubes recreativos. Aliás, é preciso deixar explícito a relevância desses espaços informais para melhor visualização das sociabilidades diversas. Um exemplo característico pode ser o encontro dos gerentes de bancos Joaquim Pereira Costa Lino (Banco Córrea Ribeiro), Clodoaldo Reis (Banco Econômico), José Alves de Souza Freire (Banco da Lavoura de Minas) e o prefeito Félix Mendonça, num baile realizado no espaço recreativo Itabuna Clube, todos eram membros da empresa imobiliária analisada mais adiante.²⁸⁸

Apesar de parecer uma situação banal, exposto na página de fofoca do *DI*, esse encontro é um microcosmo de como as redes de sociabilidades engendradas pelos grupos, no caso específico, a agência representada pelos grupos à frente da montagem de uma empresa de urbanização, podem se desdobrar a partir interdependências promovidas por interesses comuns.

A sugestão é que esses *lugares sociais de circulação*, como o periódico, congregavam os sujeitos, promoviam o encontro de indivíduos, além de legitimarem práticas e sociabilidades diversas, como a formulação de projetos como as comemorações do cinquentenário.

Observemos as palavras do colaborador Ademar Brandão: “sabemos que o ‘DIÁRIO DE ITABUNA’, concorrerá galhardamente com ‘O Intransigente’, ‘Voz de

²⁸⁶ À guisa de exemplo cf. “Classes reunidas defendem segurança policial: Itabuna”. *Jornal Diário de Itabuna*, 11 de setembro de 1963, p.1. Sobre uma reunião no salão nobre da ACI para montar uma comissão representativa das entidades para reivindicar, ao governo do Estado, aparato policial para a cidade. As entidades referidas são, além da ACI, o Lions, o Rotary e a Maçonaria.

²⁸⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*. Para exemplo cf. “Reunião jantar do Lions Clube”, 28/04/1958, p.2; “Notas do Rotary”, 30/04/1958, p.2; “Associação Comercial de Itabuna”, 08/01/1960, p.6; “Noticiário da Câmara de Vereadores”, 10.04.1963, p.1.

²⁸⁸ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 05/09/1963, p.2.

Itabuna’, ‘Diário da Tarde’, ‘A Terra’, e outros jornais”, pelo engrandecimento “dos municípios do sul da Bahia, e juntamente com a Rádio Clube de Itabuna *progredirá harmoniosamente* pelo avanço da *civilização* cacauicultora”(grifo nosso). Para Brandão o Sul da Bahia “tem a glória e a ufania de se julgar detentora de uma das melhores cadeias de rádio e imprensa que o interior do país possui”. Por fim, vangloria estes espaços de informação “tenho a satisfação de ver a brilhante e necessária jornada dos nossos veículos de divulgação, instruindo, educando, fortalecendo a juventude e os homens de amanhã da terra do cacau, por um Brasil redivivo”.²⁸⁹

Parece um pouco superlativo por parte do autor afirmar que o sul-baiano tinha “uma das melhores cadeias de rádio e imprensa” do interior do país. Quiçá tivesse do interior baiano, mas a retórica é mais importante aqui. Percebe-se a postulação de um espaço regional, que tem como elemento central o cacau. E a imprensa, assim como as emissoras de rádio aparecem como elemento de integração desse espaço, que tinha, por conseguinte, a função de propagar uma interação regionalista, instituindo uma identidade regional.

Os veículos de comunicação eram entendidos como instrumentos de educação, de instrução para o fortalecimento de uma “região”, que já se pressupunha possuir a base do progresso econômico, mas precisava alcançar o desenvolvimento social e cultural.²⁹⁰ Para homens como Ottoni Silva, Gerson Souza, José Oduque Teixeira, Zildo Pedro Guimarães, Carlos Pereira Filho, Manoel Fogueira, José Alves de Souza Freire – estes três últimos escritores memorialistas – a cidade era o objeto/fator que precisava ser condicionado para se atingir o grau civilizacional desejado. A imprensa, no caso particular deste trabalho, o *DI*, foi utilizada, sobremaneira, com o objetivo de formar consensos, introduzir os preceitos da cidade moderna, denunciar a *desordem*, sobretudo produzindo um discurso criminalizador, de segregação social, que instruíra o poder público para a repressão e controle de grupos subalternizados.²⁹¹

²⁸⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “A Imprensa e o Rádio Sul-Bahiano”. 20/10/1957, Caderno Dois, p.3.

²⁹⁰ Segundo Rafael Hagemeyer “desde o advento dos jornais que os meios de comunicação são vistos como competidores das escolas na formação das consciências”. Texto publicado nos Anais do IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006. Nos termos gramscianos, a imprensa pode se apresentar como instrumento das classes dominantes em seu exercício de hegemonia, com objetivos de difundir ideologias, e produzir a permanência ou a mudança do *status quo*, por meio da formulação de consensos. Cf. GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

²⁹¹ Sobre as práticas de criminalização e segregação cf. o subcapítulo “A cultura subalterna, o negro criminosos e a cultura afro-brasileira”, SOUSA. *Op. cit.* p. 56-70.

Formava-se uma “opinião pública” a partir de grupos privados com objetivos de pressionar o poder público ou agir em conjunto com ele. Na conjuntura do pré-golpe, isso parece ser traduzido para as classes dominantes locais, nos termos do urbanismo, do desenvolvimentismo, do americanismo, e, por conseguinte, do anticomunismo.

3.3. O americanismo/anticomunismo e a Companhia/campanha contra as barracas

O discurso embasado na tríade “progresso”, “modernidade” e “civilização”, pressupostos da ordem na cidade, já estava presente nas páginas jornalísticas de Itabuna pelo menos desde a década de 1930, e intrinsecamente relacionado aos parâmetros urbanísticos. Da década de 1950 a 1960, isso parece ser mais notório ou pelo menos mais condizente com o próprio crescimento apresentado pela cidade. Aqui analisaremos um caso particular das práticas de intervenção urbana que envolve a constituição de uma empresa urbanística e sua relação com o fazer jornalístico na Itabuna cinquentenária.

Dois momentos são bastantes característicos do anticomunismo no Brasil, meados da década de 1930, principalmente em torno da revolta comunista de 1935 e, justamente, os anos que antecedem o golpe civil-militar de 1964.²⁹² A intensa campanha anticomunista neste período foi altamente consumida pelo *DI* por meio, principalmente, da empresa de publicidade A.S. Lara Representações, localizada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que repassava as notícias produzidas pelas agências estrangeiras e nacionais.

Não podemos desconsiderar que o anticomunismo e, paralelamente, o consumo de um padrão estadunidense de progresso e desenvolvimento, foi uma escolha dos produtores do periódico, não só pela reprodução de notícias das agências, como também pelas opiniões ofertadas em editoriais.²⁹³ A compra de um modelo de vida norte-americano foi fortemente aceita pelo periódico. Nos anos pré-golpe é possível encontrar uma série de matérias que, por exemplo, reproduziam ataques a Cuba por meio de charges, ou os avanços no campo da ciência realizados pelos Estados Unidos, ou ainda o entusiasmo com a política externa norte-americana no que diz respeito ao programa Aliança para o Progresso.²⁹⁴

²⁹² MOTTA, R. P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1ªed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002. p. XXVI.

²⁹³ Para uma dimensão das relações entre a imprensa da Bahia e as agências de notícias. Cf. MOREIRA. *Op. cit.*

²⁹⁴ CEDOC/UDESC. “Quem determina a autoderminação de Cuba”. Charge retirada do *O Globo*, na qual aparece Fidel Castro minimizado perante a imagem do líder soviético Krushev em relação à “Crise dos

A Aliança foi implantada no ano de 1961, por meio do documento “Carta de Punta Del Este” e representava o principal ponto da política externa no governo J. Kennedy para a América Latina. De acordo com Ricardo Allagio Ribeiro, a novidade do programa foi “em parte, o fato de esperar que o desenvolvimento econômico e as reformas sociais, nunca antes propostas pelo governo americano na América Latina, criassem uma estabilidade política”, detendo assim, “o presumido avanço comunista”.²⁹⁵

Em editorial intitulado “Foi assim”, quase sempre disposto no canto inferior direito da primeira página, destinada a comentários rápidos sobre determinados assuntos do dia, o *DI*, avaliou a situação da Aliança no Brasil: “precisando toda a América Latina da ajuda financeira e técnica dos Estados Unidos, por intermédio do plano Aliança para o Progresso, os comunistas continuam afastando essa ajuda do nosso país”.²⁹⁶ E essa “ajuda” não estava tão distante da realidade de Itabuna:

Esteve em nossa redação o dr. Gerson Lopes, novo chefe da Segunda Região de Saúde, com sede nessa cidade, para comunicar-nos, que pelo convênio do USAID (sub-acordos do governo do Estado e o SESP com a Aliança para o Progresso) os serviços de saúde dessa cidade e toda a região vão melhorar sensivelmente.²⁹⁷

Havia uma expectativa em relação à Aliança e os sujeitos modernizadores itabunenses pareciam ter encontrado nela um atalho para completar a sua trajetória no alvorecer do progresso e do desenvolvimento, justificando assim também sua postura americanista e anticomunista.²⁹⁸ Em editorial intitulado “Americanos”²⁹⁹, o *DI* novamente se postava como defensor da política externa norte-americana. Ao constatar uma queixa feita pelo ex-prefeito e então Deputado Estadual, José de Almeida Alcântara, que dizia respeito a uma negativa da Aliança em financiar um plano para

Misseis” *DI*, 03/11/1962, p.1. Sobre a propaganda em torno da Aliança para o Progresso ver: “A Aliança é a chave-mestra”, *DI*, 29/10/1962, p.1. APMIJD. Ainda sobre o americanismo ver “O mais moderno avião militar dos Estados Unidos”, 29/03/1963, p.1; “O átomo fotografado através de novo microscópio”, 24/04/1963, p.1.

²⁹⁵ RIBEIRO, R. A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese de Doutorado- UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2006. p. 18.

²⁹⁶ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Foi assim”, 24/01/1963, p.1.

²⁹⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Aliança para o Progresso faz-se sentir nessa região”, 15/03/1963.

²⁹⁸ Como relatado no capítulo anterior, é possível perceber uma crescente insatisfação por parte de trabalhadores rurais e urbanos, muito desses já organizados em sindicatos ou associações de classe. Ainda são necessárias pesquisas históricas que se detenham com mais afinco a essa realidade do sul baiano. Mas é válido valorizar as pesquisas de Philippe Murillo Santana de Carvalho, que está prestes a concluir tese de doutorado pelo PPGH-UFBA sobre as agências dos trabalhadores no sul da Bahia entre as décadas de 1920 e 1930. Também cf. SANTOS, *Op. cit.*; GLÓRIA. *Op. cit.* SOUSA, *Op. cit.*, 2010; CARVALHO, *Op. cit.*, 2009.

²⁹⁹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 2/04/1963, p.1.

ampliação do serviço de água da cidade, o *DI* justificava: “os americanos emprestam dinheiro, sim, porém desejam que as cousas sejam bem feitas no planejamento e na execução”. O plano não condizia com o “crescimento assustador” de Itabuna.

Os acordos gerenciados pela *U.S. Agency for International Development* (USAID), aparelho burocrático dos Estados Unidos para os assuntos da Aliança, com escritório em Recife, passaram a ser tratados mais detidamente com os governos estaduais criando “ilhas de sanidade”, diretamente relacionados à desconfiança do governo norte-americano em relação ao presidente João Goulart. Ainda segundo Ricardo Ribeiro, a USAID negociava diretamente a ajuda externa com os governos estaduais do Nordeste que demonstrassem mais alinhamento com o posicionamento político da embaixada americana e “possuíssem capacidade administrativa de implementar os programas que porventura viessem a ser planejados”.³⁰⁰

Um exemplo característico dessa política da Aliança o próprio *DI* expôs em sua primeira página do dia quatro de abril de 1963: “Guanabara recebe US\$ 4 milhões da USAID para aplicar em indústria”.³⁰¹ A matéria era sobre um convênio entre o órgão norte-americano e o governo do Estado Guanabara, do então governador udenista Carlos Lacerda. Os dólares deveriam ser empregados no desenvolvimento de pequenas e médias indústrias por meio da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG).

Em Itabuna, a Prefeitura Municipal, comandada pelo então prefeito Félix Mendonça também criou uma companhia, com caráter desenvolvimentista, mas neste caso mais relacionada a questões urbanísticas, principalmente no que dizia respeito à habitação.³⁰² A companhia criada foi a Companhia Urbanizadora de Itabuna – CURSITA, que ganhou forma em meados do ano de 1963 – muito incentivada pelas possibilidades financeiras advindas da Aliança – e prolongou sua existência até o ano de 1968, quando foi à falência.³⁰³

Uma empresa de capital misto, que envolveu grupos de comerciantes, gerentes de bancos, médicos, advogados e engenheiros, mais a participação e iniciativa do poder público, todos interligados por redes de sociabilidades urbanas, interessados em problemas da cidade e com o objetivo geral de tornar Itabuna a *capital do cacau*. Nada

³⁰⁰ RIBEIRO. *Op. cit.*, p. 184-5.

³⁰¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 04/04/1963, p.1.

³⁰² APMIJD. *Jornal Oficial do Município*. 10/08/1963, p.1. Lei nº 604 que autoriza a constituição da CURSITA.

³⁰³ APMIJD. *Jornal Oficial do Município*. 21/12/1968.

mais oportuno do que começar pelo *embelezamento*, pela expulsão das classes populares do centro da cidade.³⁰⁴

A contingência na qual a oferta de investimentos externos de recursos estava em alta, tanto por meio o projeto da política externa do governo norte-americano, como do Plano Diretor da SUDENE, conformava uma das justificativas do prefeito em montar a companhia: “cumpre destacar que a sua maior fonte de receita consistirá das dotações do ‘Plano Diretor da SUDENE’ e dos recursos da ‘Aliança para o Progresso’”.³⁰⁵

E o modelo postulado, empresa de capital misto, era justificado: “por seu turno somente através de entidades do tipo ora proposto a SUDENE e a Aliança se dispõem a fazer investimentos e financiamentos a longo prazo”.³⁰⁶ Como vimos, o Nordeste foi um dos principais alvos da política externa norte-americana, “a imprensa americana dava grande destaque aos problemas sociais e econômicos do Nordeste brasileiro e alertava quanto a agitação social que ali se verificava”, e era necessária uma relação com a já criada Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, montada em 1959, e que apresentou seu primeiro Plano Diretor no ano de 1961.³⁰⁷

Vicente Gil da Silva afirma que a Aliança para o Progresso, programa estratégico para barrar a influência da Revolução Cubana na América Latina, destinava recursos “mediante análise de ‘projetos de desenvolvimento’ elaborados pelos países latino-americanos”.³⁰⁸

Em dois de março de 1963, reuniram-se no salão do *Lorde Hotel*, para uma conversa com o Deputado Federal Vieira de Melo, diversos prefeitos da região Sul e Sudoeste da Bahia, recentemente eleitos como o prefeito Félix Mendonça.³⁰⁹ Vieira de Mello fez “ampla exposição sobre a necessidade que têm os pequenos municípios de se unirem do plano de ajuda financeira do governo norte americano”.³¹⁰ A reunião tinha o intuito de debater problemas comuns da região para posterior encaminhamento de

³⁰⁴ PESAVENTO, *Op. cit.*, p.285.

³⁰⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

³⁰⁶ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “Companhia Urbanizadora de Itabuna (em organização)”, 13/09/1963, p.3. Esta matéria contém o texto de apresentação do projeto 17/63 de instalação da CURSITA, encaminhada pela Prefeitura a Câmara Municipal de Vereadores lida no expediente do dia 14/06/1963. *Livro de Ata*, nº 37, Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, p.153-156.

³⁰⁷ Sobre as relações entre a SUDENE e a Aliança para ao Progresso cf. RIBEIRO, *Op. cit.*, p. 135-45.

³⁰⁸ SILVA, V. G. da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFRGS, 2008.

³⁰⁹ Tarcílio Vieira de Melo, advogado, Deputado Federal pelo PSD, Bahia, para o mandato 1963-1967. Cf: <http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron3.htm>. Acessado em 24/09/2013.

³¹⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*. 05/03/1963, p.4.

projetos a serem avaliados pelos “setores técnicos e financeiros do Programa Aliança para o Progresso”.³¹¹

Parece que o prefeito de Itabuna foi bastante hábil e, em menos de quatro meses, enviou o projeto de constituição da CURSITA à Câmara de Vereadores do Município.³¹² Não disponho de fontes conclusivas que comprovem a efetiva implementação desses recursos no orçamento da empresa. Se isso aconteceu ou não, ainda é motivo de investigação. Porém, a possibilidade de obter tais recursos parece ter atraído a iniciativa privada a compor junto com o poder público as ações da empresa, nessa empreitada contingencial, modernizadora e desenvolvimentista.

Em 13 de setembro de 1963, o *Diário de Itabuna* publicou a Mensagem oficial nº 4/63 da Prefeitura endereçada à Câmara Municipal de Vereadores.³¹³ Lida no expediente da reunião ordinária do dia 14 de junho de 1963³¹⁴, o então prefeito Félix Mendonça, expunha os objetivos e as justificativas que qualificavam o projeto de lei nº 17/63, o qual dispunha sobre a constituição de uma companhia de urbanização para a cidade. Projeto que deveria ser apreciado e posteriormente aprovado pela legislatura. Na Mensagem nº 4/63, o prefeito engenheiro, num primeiro momento, elucidou os objetivos da companhia:

a) formular planos gerais para a construção e higienização de habitações ou unidades vicinais; b) construir habitações individuais e coletivas; c) *eliminar gradativamente das áreas urbanas as construções insalubres e habitações perigosas*; d) fomentar a construção, higienização, reparação ou ampliação de habitações, bem como estimular a execução de obras de urbanização, saneamento urbano e serviços comunitários necessários e promover a construção de obras complementares em conjuntos urbanísticos que visem à saúde pública, ao abastecimento, à educação e à recreação.³¹⁵ (grifo nosso)

Percebe-se na leitura inicial dos objetivos da Companhia que a preocupação principal era com a questão das habitações. A palavra habitação aparece em todos os objetivos listados, seja enquanto planos de construção ou de eliminação.

Para além dos números, o problema habitacional forjado pelo grupo a frente da Companhia envolvia diversos fatores para a sua efetividade como, por exemplo, a

³¹¹ *Idem*. Cf. Ilustração 30 constante nos anexos desta dissertação.

³¹² APMIJD. Livro de Ata, nº 37, Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, 14/06/1963. p.153-156.

³¹³ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13 de setembro de 1963, p.3.

³¹⁴ APMIJD. Livro de Ata, nº 37, Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, 14/06/1963, p.153-156.

³¹⁵ Há uma pequena alteração sintática na redação final do projeto, conjugando o primeiro e segundo objetivos, atenuando um pouco as palavras contidas na Mensagem sem alterar a semântica do texto. Cf. APMIJD. *Jornal Oficial*. Ano XXX nº 1611, sábado, 10/08/1963, p.1. Lei nº 604.

estratégica utilização do discurso da higiene pública. O que não era nenhuma novidade para a cidade. Para legitimar os projetos urbanísticos propostos para Itabuna nas décadas de 1930, os setores modernizadores já utilizavam do discurso higienista.³¹⁶ Assim como, se tomarmos o Brasil como referência, constata-se que, desde o final do século XIX e início do XX, os discursos científicos engendraram práticas de intervenção urbana.³¹⁷

Ainda são pertinentes, neste estudo, os termos da historiadora Sandra Pesavento ao analisar a cidade de Porto Alegre, quando propõe que as “vivências eram testadas frente ao consumo de padrões de referência já estabelecida”, a autora se refere “as largas avenidas, os viadutos ou o saneamento urbano, com a ‘varrida dos pobres’ do centro da cidade, eram práticas sociais ligadas ao conceito de cidade moderna e da civilização”, desse modo, “exigências morais, higiênicas e estéticas imperiosas se impunham diante da necessidade de ‘ser’ e ‘parecer’ moderno”.³¹⁸

Embelezar, limpar, modernizar, ou seja, civilizar a cidade de Itabuna era um projeto que perpassava pelos debates políticos, pelas crônicas jornalísticas e pelos discursos memorialísticos. Era preciso dotar Itabuna de uma legitimidade, elevar os parâmetros de sua civilidade a partir da imposição de uma modernidade. Em editorial reservado no espaço *Meu Cantinho*, no *DI* – crônicas anteriormente narradas na *Rádio Clube*, o que talvez aumentasse sua efetividade – escrito quase que diariamente pelo diretor Ottoni Silva, pode ilustrar, nos termos do urbanismo, a “cidade do desejo”³¹⁹, ao menos o desejo do cronista.

Ottoni Silva se dirigia ao prefeito Félix Mendonça, ao sugerir que o mesmo desse um “bordejo para ver com os olhos o que seu pensamento urbanista sonha”. Como exemplo cita os “jardins modernos” projetados pelo prefeito Félix, porém sem assistência competente, era preciso “um bom jardineiro para executar o serviço, encher os claros, não plantar a mais nem a menos um roseira, que tudo está medido, calculado e até uma perfumada Angélica pode destoar do conjunto traçado”.

O cronista prosseguia no seu devaneio por uma cidade ideal: “para o canal, nada melhor do que a cobertura de Platmus, como em Caxambu. As árvores de ambos os lados ao se tocarem cruzam perfeitamente, sem se saber, onde foi a enxertia, formando

³¹⁶ CARVALHO, *Op. cit.* p. 61.

³¹⁷ CHALHOUB. *Op. cit.*, 1996: p. 29.

³¹⁸ PESAVENTO. *Op. cit.*, 1995, p. 285.

³¹⁹ *Idem.* p. 286. Ao propor uma história cultural urbana, a autora coloca que aqueles que projetam a cidade em práticas pré-definidas também “constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la e sonhá-la”, a “cidade do desejo”.

uma só árvore”. O bairro da Glória, no Rio de Janeiro, se torna o parâmetro em jardinagem, traçado por Burle Marx “guardando-se as proporções, poderemos imitar porque são pequeninos trechos, ângulos variados, que formam o conjunto belíssimo que circundam o Monumento aos Heróis da 2ª Guerra Mundial”. E por fim, recomendava viagens exploratórias “não apenas do prefeito, mas ainda de funcionários diretamente ligados ao urbanismo”.³²⁰

Ao propor que o prefeito e sua comitiva para assuntos urbanísticos viajassem, mesmo pelo Brasil, onde pudessem apreciar exemplos de embelezamento de jardins e de canais, como o canal de Caxambu e os jardins da Glória no Rio de Janeiro, o autor do editorial convida o urbanista a acordar e ser “prático”. É preciso abrir os olhos, ver e “imitar” outras cidades tendo como perspectiva o belo, o moderno, o racional, pois “tudo está medido, calculado”. Nada deve fugir ao “conjunto traçado”. A cidade é, portanto, imaginada, planejada, sugerida e desejada por Ottoni Silva enquanto um lugar do belo, onde o feio não tem espaço. É preciso esconder o esgoto que corre pelo vão do canal (Lava-pés), com as enxertias. O que dizer então das barracas que “infestem as principais artérias da cidade”, associadas ao feio, ao mórbido, à violência, à desordem, ao anti-higiênico, em pleno seio dessa *cidade do cinquentenário*?³²¹

Entende-se aqui que o discurso de higienização contido como um dos elementos centrais do projeto urbanístico não é somente uma racionalidade de higienização da cidade, mas também dos corpos, o que nos possibilita pensar que eliminar construções insalubres e habitações perigosas significava também “eliminar” indivíduos insalubres e perigosos, como os “malandros exploradores da miséria alheia” mencionados na matéria do *DI*.

O que evidencia os objetivos da CURSITA é o aparecimento de um “problema” que precisava ser resolvido. De certo modo, um problema político. Mais uma vez, entender a contingência que fomenta a instalação de um projeto urbanístico baseado num discurso em torno da higienização da cidade, com objetivos de construir unidades habitacionais, só pode ser efetivada, pelo menos em sua iniciativa, com a existência de um grupo, ou melhor, grupos que se estabelecem a partir de interesses comuns. Leiamos a justificativa do prefeito:

Todos nós participamos da convicção geral de que é necessário dar condições de habitação e de trabalho às centenas de *favelados* e

³²⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 8/03/1983, p.4.

³²¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

barraqueiros que infestam o centro urbano da cidade; os apelos se repetem para que o Executivo afaste da “urbs” o que se costumou chamar de “*kisto*” *social*, constituídos de pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiquineiros, vendedores de missangas, de uma série interminável de quinquilharias que na realidade infestam - *enfeitando-as* – as principais artérias da cidade. (grifo nosso)³²²

Temos, então, duas problemáticas a serem interpretadas. A primeira diz respeito à formação de um grupo cidadão em torno de um projeto urbanístico. E a segunda refere-se a reflexão de qual é o território da cidade que requer a preocupação desse determinado setor. Ou seja, de um lado o espaço geográfico de atuação e, de outro, os cidadãos que intervêm nesse espaço, uma sobreposição “de duas configurações, a da sociedade cidadina e a da cidade de pedras.”³²³

A expressão “*todos nós*”, um termo certamente ambíguo, ao evidenciar um sentido de universalidade, de consenso geral, na realidade encerra em si um grupo. A despeito de impor uma verdade ao outro, baseada numa legitimidade “natural”, representada pela instituição poder público, o prefeito municipal invoca sua autoridade técnica de gestor e engenheiro para justificar a necessidade de constituição de uma empresa de urbanização para a cidade.

Por outro lado, há uma evidente subjugação em relação às formas de morar e de trabalhar dos grupos cidadãos compostos pelos barraqueiros. Considerados fora dos padrões da modernidade a ser alcançada, os modos de viver dos barraqueiros, incomodavam, questionavam e evidenciavam tensões.

Estes, “*favelados e barraqueiros*”, representam um impasse ao ideal de progresso e modernidade. Agindo como elementos anti-modernos – na falta de um termo melhor -, os “pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiquineiros, vendedores de missangas...” formaram o foco de eliminação da CURSITA. É bom ressaltar que Félix de Almeida Mendonça já havia participado da vida pública, quando diretor do Departamento de Obras Públicas no governo de José de Almeida Alcântara (1959-1962). E, enquanto engenheiro civil, com seu onírico “pensamento de urbanista”, seguindo a indagação de Ottoni Silva, já tinha certa familiaridade com os problemas urbanos da cidade.

E a imprensa era entendida como um caminho seguro e um instrumento eficaz na instauração dos preceitos da civilidade e da modernização. Em 1960, a colaboradora do *DI* Dina Paim chamou a imprensa a se juntar numa campanha contra os ruídos, os

³²² APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

³²³ LEPETIT. *Op. cit.*, p.76.

quais estavam relacionados principalmente com os alto-falantes, e promover a educação dos usuários do rádio “que hoje podem ser encontrados até nas favelas”, sugerindo como imprescindível a atuação dos guardas noturnos no controle dos volumes altos, para que o “desalmado ouvinte de futebol” diminuísse o volume do seu rádio para não incomodar o vizinho.³²⁴

Assim explicava como educar os cidadãos por meio da imprensa no sentido de criar uma civilidade calcada no silêncio: “teríamos que dar as mãos, primeiro à imprensa para preparar aos poucos o ambiente até chegar a colocar pela cidade grandes cartazes sobre os diversos meios e fins da nossa campanha”.³²⁵ E ainda “convocaríamos o professorado também e com um artigozinho de vez em quando conversaríamos com as pessoas grandes sobre o grande mal que nos atinge atualmente”.

Um modo de fazer característico dessa *cidade cinquentenária* era justamente a promoção de campanhas. Não é possível saber se a “campanha do silêncio” foi adiante, mas não deixa de ser um elemento importante para a análise proposta aqui. Além disso, há uma clara definição de quem pode resolver os problemas, principalmente aqueles gerados pelas classes populares.

A “campanha do cruzeiro”, a “campanha para a construção da Casa dos Mendigos”, a “campanha contra o jogo do bicho”, a “campanha para a retirada da feira do centro da cidade”, a “campanha contra a *barracolândia*”, mostra como a *campanha* – “conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim determinado”³²⁶ – era prática recorrente na cidade, executadas por meios de conversas com as “pessoas grandes”.

A *campanha* se tornava uma das estratégias mais acessadas contra os grupos subalternizados na luta cotidiana pela cidade e os seus territórios. Esse modelo de ação parecia arregimentar os grupos de interesses, reduzindo por um instante as diferenças entre eles, e possibilitando a postulação de um espaço homogêneo que precisava ser protegido das ameaças de baixo. Por meio das *campanhas*, tentavam tornar coesa e mais efetiva as agências modernizadoras, mas era nas ações contrárias advindas das táticas subterrâneas que encontrava as barreiras que impediam uma maior eficiência.

Novamente é a imprensa que deve produzir, por meio de um “artigozinho de vez em quando”, a promoção do consenso, a formação de uma “opinião pública”, a fim de

³²⁴ CARVALHO. *Op. cit.*, p.66, chama a atenção para a atuação da Guarda Municipal de Itabuna, entre as décadas de 1930 e 1940, como “instrumento de coerção dos costumes e dos comportamentos das municipalidades na busca por uma cidade ‘harmônica’ desejada pela administração”.

³²⁵ APMIJD. “Itabuna e os ruídos”. *Diário de Itabuna*, 02/12/1960, p.2.

³²⁶ Minidicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda ferreira. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

legitimar ações favoráveis aos interesses de determinados grupos, traduzidas, em última instância, na dominação. Tomo como pressuposto a noção de dominação proposta por Ana Esther Ceceña: “a dominação não se impõe apenas através dos sistemas produtivos, dos movimentos da moeda ou das invasões militares”, as relações de dominação se reproduzem também “no cotidiano e na criação de sentidos comuns que percebem e reproduzem as relações sociais como relações de poder”.³²⁷ Nessa disputa cotidiana pela cidade envolta em determinadas relações de dominação, a imprensa é um de seus mecanismos mais importantes, pois atrai a política para uma dimensão mais complexa, o cotidiano.

A CURSITA nasce como um plano para “exterminar as barracas”, de uma disputa por um espaço, o centro da cidade, e tendo como um de seus objetivos, expandir o perímetro urbano. A Prefeitura apostava na empresa “incumbindo-a de facilitar e orientar os trabalhos de urbanização de áreas ainda não integradas no plano urbanístico da cidade”.³²⁸ Mas esse plano de expansão, escondia as verdadeiras demandas para a instalação de uma empresa urbanizadora. A presença de uma feira-livre e de trabalhadores informais nas principais vias da *urbs* se tornou o pretexto da Companhia e o alvo do *DI*. Não era nenhuma novidade que a feira-livre e os trabalhadores ambulantes, barraqueiros/pequenos comerciantes, fossem atacados pela imprensa e pelo poder público. Eram considerados obstáculos anti-modernos, que nadavam a contracorrente do progresso da cidade. Representados como “os tubarões da miséria”³²⁹, eram quase sempre os responsáveis pela carestia na cidade, além de elementos anti-higiênicos que precisavam, no pensamento reformador do prefeito, ser salvos:

Isto quer dizer que dessa atividade e em função dela vivem centenas de homens, mulheres e crianças que não podem e, sobretudo não devem, ser jogados a uma situação de desequilíbrio – na sua já desequilibrada vida econômica – de um dia para outro. Impõe-se uma providência de ordem social que possibilite a solução do problema sem o agravamento da crise que persegue e que estigmatiza essa gente posta à margem dos padrões da vida mais primária e que é preciso socorrer para que não resvale nos planos inclinados da degradação e da miséria.³³⁰

³²⁷ CECEÑA, A. E. (org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005. p. 37.

³²⁸ CEDOC/UESC. “Félix Mendonça impulsiona a máquina progressista”. *Revista Bahia Magazine*. Edição Especial: Itabuna, 1965.

³²⁹ CEDOC/UESC. *Diário da Tarde*. “Os Tubarões da Miséria”, 7/01/1961, p.1. Apesar de ser um jornal ilheense, a matéria referia-se a situação de Itabuna.

³³⁰ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

A intenção paternalista do jovem prefeito parece uma justificativa retórica para sensibilização de algum vereador mais resistente em aprovar o projeto – as imagens de fragilidade relacionadas às crianças e as mulheres podem ser um dos componentes dessa manobra. O vereador Raimundo Lima do Partido Libertador (PL), ex-integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, em reunião da Câmara Municipal de Vereadores apresentou sua opinião a respeito da aprovação do projeto que criava a CURSITA, achando-o inclusive oneroso para os cofres públicos, nos termos do escrivão da Câmara: “infelizmente ou felizmente não estive presente quando da votação deste projeto, dizendo que não crê que o mesmo vá resolver os problemas urbanísticos de Itabuna desde quando talvez se constitua num entrave ao município”.³³¹

O vereador Raimundo Lima já tinha sido voto vencido na comissão de Finanças e Justiça que avaliou o projeto, comissão que apresentou parecer favorável na reunião do dia 16 de julho de 1963.³³² Em editorial, aparentemente produzido pelo vereador da UDN e redator Gerson Souza, o *DI* respondeu as opiniões de “certo vereador”, era preciso defender o projeto, nem todos estavam de acordo:

O programa que a referida Companhia (CURSITA) pretende encetar é vasto como serão vastos os recursos que serão canalizados para a nova entidade. Veremos, então, se as barracas serão removidas, ou se elas continuarão, como motivos eleitoreiros, pois que quando se fala em extinguir, há sempre quem as defenda, como é o caso de um certo vereador, que se alimenta da mais pura demagogia, em detrimento dos interesses da Comuna.³³³

A CURSITA complementava uma série diacrônica de estratégias empreendidas no sentido de controlar os pequenos comerciantes, feirantes e barraqueiros desde décadas anteriores. Em 1951, como aponta Erahsto de Sousa, houve desapropriações, por parte do poder público, de terrenos e casas, destinadas à construção do Mercado Municipal, não efetivado, “no mais, este foi um caso onde começamos a observar um desejo (...) de urbanizar a região da feira-livre, retirando-a do lugar, e modificando seu status para Mercado Municipal, uma instituição sob o controle do poder público”.³³⁴

Ainda em 1951, o prefeito Miguel Moreira retomou a ideia do Mercado Municipal, pois o considerava o melhor projeto para o controle da feira, além de representar um avanço da modernidade itabunenense. Juntamente aos discursos e ações

³³¹ APMIJD. Livro de Ata da Câmara Municipal de Vereadores de Itabuna, 09/08/1963.

³³² APMIJD. Ata da Reunião Extraordinária da Câmara de Vereadores de Itabuna, no dia 16/07/1963. Publicada no *Jornal Oficial do Município*, 31/08/1963, p. 5.

³³³ APMIJD. *Diário de Itabuna*. “O problema das barracas”, 26/09/1963, p.1.

³³⁴ SOUSA. *Op. cit.*, p. 121.

do poder público, parte da imprensa itabunense se aglutinava em torno da campanha contra os feirantes.

Numa outra tentativa de solucionar esse “problema social e urbanístico” foi montada uma cooperativa de gêneros alimentícios, denominada Cooperativa de Consumo de Itabuna, ainda segundo Sousa: “a cooperativa deveria ‘adquirir os gêneros, por atacado, nas grandes praças e, mais diretamente possível nas fontes, para serem vendidos, ou melhor, entregues aos associados, pelo preço de custo’”.³³⁵ Entre os nomes que aparecem na comissão de convocação à sociedade, estão, os nossos já conhecidos, Ottoni Silva, então diretor do *O Intransigente*, Gerson Souza e Raimundo Cravo. O trio do *DI* e da *Rádio Clube*, já estavam envolvidos na campanha contra a feira-livre pelo menos desde 1951, o que facilita entender o forte envolvimento do *DI* com a proposta da CURSITA.

Não é por acaso, que o jornal acompanhou todo o processo de formulação, discussão e instalação da empresa. Os editoriais buscavam denunciar o caráter anti-moderno/civilizatório/progressista das barracas e dos barraqueiros, “o vergonhoso problema das imundas barracas que infestam a cidade, tem sido um dos motivos principais das nossas preocupações”.³³⁶ Ou associar a feira como o lugar da criminalidade, “crime na praça da feira: Luiz Moreira foi abatido à faca”.³³⁷

Além disso, mostravam entusiasmo com qualquer proposta que viesse retirar as barracas do centro, mesmo que essas se mostrassem contraditórias. Assim foi em editorial de março de 1963, período de transição entre o governo de José de Almeida Alcântara e de seu sucessor o engenheiro Félix Mendonça.³³⁸ O editorial apontava as expectativas em relação ao novo governo e as medidas anunciadas pelo prefeito Alcântara em mudar a feira-livre dos arredores da Praça da Estação (atual Faculdade de Tecnologia e Ciência-FTC) para a Praça do Teatrinho (atual Praça Camacã) – também no centro “não deverá ali ficar eternamente, porque também não está bem localizada”. Então “livre, a atual praça da feira, que nem nome tem ainda, será construído ali um mercadinho, no centro, para a venda de frutas, flores e peixes”.

O peixe não agradava muito o editor, porque “vai dar mau cheiro, por melhor preparado que seja o local”. Mais o sacrifício fedorento valia à pena. O importante era o extermínio das barracas, por isso depreciava-se o território ocupado pelos barraqueiros,

³³⁵ *Ibidem. Idem.* p. 130.

³³⁶ APMIJD. “O problema das barracas”, *DI*, 26/09/1963, p.1.

³³⁷ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 05/04/1963, p.4.

³³⁸ *Idem.* Félix Mendonça tomou posse em abril do ano de 1963.

“será saneada a área da cidade dessas barracas imundas que infestam justamente o centro, dando uma amostra miserável de Itabuna”. Para se atingir os indivíduos atacam-se suas formas de sustento, neste caso pela discriminação do território.³³⁹

A ideia do Mercado novamente aparece como solução para o “problema”. Só que agora a ideia se atualiza, o mercado se transformaria em mercadinhos, no desejo do editor, empolgado com a promessa do político. Sugeriu, assim, à prefeitura que construísse logo um mercado com boxes para todas as mercadorias, “bem moderno”, e depois fossem construindo os mercadinhos, “confiamos o assunto ao dr. Félix Mendonça que deverá com bom senso solucionar o problema”, e quando for possível “se fará feiras-livres em cada rua da cidade e em cada dia certo da semana, como acontece nas grandes cidades”.

O desejo racionalizador do editor em relação à feira traduzia-se em vontade de controle que deveria ser efetuado pelo poder público por meio das paredes dos pequenos mercadinhos. Nada melhor do que confiar nas mãos de um *especialista* a construção desse ideal, e para legitimá-lo, utilizou-se a sua credencial discursiva *dr.* Félix Mendonça, o Dr., representava a pessoa correta para resolver ou curar os “problemas urbanos”. Além de engenheiro civil, tinha uma característica que agradava os sujeitos modernizadores, era jovem. O qualificativo jovem se associava com a própria ideia de uma cidade vigorosa, que acabara de completar seus cinquenta anos.³⁴⁰

O novo prefeito por ser um *técnico*, com um pensamento reformador, e por ser um jovem, o que o sintonizava diretamente com o “ser moderno”, parecia completar a conjuntura propícia para os ideais de desenvolvimento e progresso daquela *cidade*

³³⁹ Cf. CECEÑA. *Op. cit.*, p. 42. “A destruição do contrário-competidor transita tanto pelo enfrentamento direto como pela eliminação ou controle de suas condições de existência e de reprodução, com a virtude de que este segundo mecanismo tende a naturalizar a hegemonia”.

³⁴⁰ Essa prerrogativa de juventude é perceptível na elaboração do filme comemorativo “A Jovem cidade”. Cf. *A Jovem Cidade*. Produção: Sani Filmes; Imagens: Osantin; Benedito José; som: Hélio Barrozo Neto; narração: Amaury Valério, 1967. 10 min., 40 seg. Nada melhor do que o cinema para difundir uma propaganda sobre a cidade. Essa estratégia cultural foi utilizada duas vezes no período deste estudo. O primeiro em 1960, com um filme pequeno de três minutos, chamado *Progresso de Itabuna*. O filme foi produzido pela Bahia Filmes, com direção de Waldemar Angelin e Jorge Santos. O segundo, *A Jovem Cidade*, de aproximadamente dez minutos, foi produzido em 1967 pela agência Sani Filmes. Os dois filmes foram encomendados pelo prefeito José de Almeida Alcântara em seus mandatos na Prefeitura da cidade (1959-1963 e 1966-1969)³⁴⁰. Ambos tinham um caráter de propaganda política e elaboraram imagens do “progresso” da cidade e dos feitos realizados pela Prefeitura. Enquanto ouve-se a voz grave do narrador de *A Jovem Cidade*, Amaury Valério dizendo: “sua fisionomia atraente e moderna, suas ruas largas e movimentadas escondem como uma menina moça sua pouca idade”, imagens de obras públicas, praças e jardins arborizados são visualizados. Segundo o cineasta Oscar Santana, dono da empresa Sani Filmes, – em conversa informal em seu estúdio em Salvador –, sua equipe foi contratada algumas vezes pela CEPLAC para fazer filmes vinculados à instituição. É provável que numa dessas passagens o prefeito de Itabuna tenha contratado a empresa para documentar a “modernização de Itabuna”.

cinquentenária. E o *DI*, como um porta-voz desses anseios, imbuíu-se de diagnosticar o “problema” e arremeter os seus leitores numa campanha que removesse de uma vez por todas as “malditas barracas”.

Problema, que de forma entusiasmada parecia angariar uma solução com a iniciativa do jovem prefeito engenheiro em montar a empresa imobiliária: “também temos nossa favela. A barracolândia de Itabuna é o que temos a expor agressivamente a todos que nos visitam, imunda, feia, vergonhosa”. De modo irônico o editor ofertava sua opinião: “não queremos jamais, que elas sejam desalojadas pela força. Porque nelas habitam, em algumas, malandros, que não querem trabalhar seriamente e preferem explorar na miséria, a miséria alheia”. E continuava “há outras de gente pobre, que não tem do que viver, que faz cozinha nas barracas e serve ou merece a muita gente. É seu modo de viver, seu ganha pão, difícil, cansado, suorento, anti-higiênico”. Mas tinha uma solução, “o prefeito tem um plano para exterminar as barracas. Criará a Empresa Imobiliária de Itabuna. Temos esperança de que Itabuna se livrará dessa favela sem morros”³⁴¹

Estabelecer aqui uma confluência entre barraqueiros e feirantes é proposital, pois entendo que grande parte das queixas em relação aos barraqueiros corresponde a uma crítica em se ter uma feira-livre no “seio” da cidade, totalmente adversa as noções de modernidade e civilidade desejadas. Mesmo que muitos dos “pequenos comerciantes, mascates, taberneiros, botiqueiros, vendedores de missangas, de uma série interminável de quinquilharias”³⁴², agissem enquanto ambulantes, as “queixas” dos jornais sugerem que estes também eram frequentadores da feira.³⁴³

A campanha feita pelo *DI* contra as barracas e a conseqüente instalação da Companhia Urbanizadora nos serve de parâmetro, ou melhor, de eixo explicativo para se entender o funcionamento de relações sociais numa sociedade que passava por fortes transformações urbanísticas, trazendo à tona conflitos e formas de dominação e controle social de grupos que não se enquadravam. Transformações que dialeticamente se confrontavam com as permanências de uma sociedade marcada pelo elemento rural, o

³⁴¹ APMIJD. *Diário de Itabuna*, 05/09/1963, p.3.

³⁴² APMIJD. *Diário de Itabuna*, 13/09/1963, p.3.

³⁴³ Erahsto de Sousa aponta que após uma greve e a posterior sindicalização dos feirantes, em 1957, houve uma mudança de status desses sujeitos, se antes eram tratados como criminosos e marginais, passam a ser considerados como “cidadãos”. Daí pensar que a classificação “barraqueiro”, se tornou um nova modalidade para se atingir aqueles grupos que tanto utilizavam dos espaços da feira como de outras localidades na cidade.

que, de certo modo, desestabilizava as vivências entre a *cidade das letras* e a *cidade das pedras*.

3.4. Da carência à impossibilidade

A *cidade moderna* não é somente um objeto apresentado, exposto, criticado, submetido a reflexões filosóficas, a desejos oníricos nas páginas jornalísticas. Como não é somente musa para a representação do cronista, nem apenas lugar da discriminação dos territórios forjados pelas “classes perigosas”, racionalizados e organizados pelos jornais, revistas e boletins informativos. Ela, a cidade, também é o próprio elemento gerador e mantenedor da imprensa, é o espaço que possibilita a atuação de grupos de interesses, que oferta as notícias, que abriga as máquinas de impressão e os *homens de expressão*. Nesse presente capítulo tentei esboçar uma reflexão que envolveu imprensa, cidade e sujeitos que a vivenciaram; um periódico e uma companhia urbanizadora, os discursos que legitimaram ações.

A imprensa, por seu turno, não é somente o espaço da informação, da formação de uma “opinião pública”. É um espaço de atuação e circulação dos indivíduos, da publicação de ideias, preconceitos, identidades, da demarcação de território. O *Diário de Itabuna* tentou inventar uma cidade a partir da modernização, colocou-se nas trincheiras de uma guerra. Seu papel: educar, ou melhor, civilizar. Os produtores do *DI* (Ottoni Silva, Gerson Souza, Raimundo Cravo, Zildo Pedro Guimarães e demais colaboradores) se não conseguiram inventar a cidade moderna desejada, do embelezamento à ordem, auxiliaram na constituição de uma identidade para Itabuna, a de cidade polo de uma região.

Foi possível sugerir dinâmicas que envolveram a instalação de um jornal, parte de sua trajetória, o desejo por uma cidade embelezada e higiênica, o consumo de uma ideologia do progresso e de um desenvolvimentismo enaltecido às bases do anticomunismo e americanismo, tudo isso tecido num cotidiano de encontros entre indivíduos que compartilhavam interesses, ideais e sonhos. Fazendo e desfazendo grupos, uns relativamente mais duradouros como o próprio *DI*, outros mais instantâneos como as campanhas ou a companhia urbanizadora. Identificando os inimigos, forjando uma identidade para si própria, o fazer jornalístico e fazer urbanístico se confundiam na discriminação, imposição, controle, na tentativa de manter a ordem. Ordem que parecia

ameaçada por um contingente difuso dentro de uma população que duplicava. Alguns deles, como os barraqueiros, foram classificados como os “elementos anti-modernos”.

Anti-modernos por ocupar o centro da cidade com seus modos de vida e de sobrevivência, lugar que deveria ser exclusivo para grupos restritos – como o que circulava em torno do *DI* –, desde quando começaram a ocupá-lo com suas residências, casas comerciais, cinemas, entidades, clubes recreativos, restaurantes – lugar onde os aparelhos urbanos estavam mais bem implementados. A necessidade imposta de substituir a feira-livre por mercadinhos (não mais livre, mas condicionado ao controle do poder público), por exemplo, era a solução para desmontar a força daqueles feirantes que mantinham o abastecimento da cidade, carente de produtos de primeira necessidade devido à monocultura do cacau. Não deu certo, os barraqueiros se espalhavam pela cidade procurando o melhor lugar para vender os seus produtos.³⁴⁴ Criou-se então uma empresa para ampliar o perímetro urbano, aquele espaço estava saturado, os sujeitos modernizadores não se conformavam em ter que dividir o seu cotidiano.

Em fevereiro de 1964, Ottoni Silva, numa matéria intitulada “Ao público”, na primeira página, despedia-se, em nome daqueles que construíram o *Diário de Itabuna*, justificando a passagem do periódico para às mãos de José Oduque Teixeira: “nenhum jornal se sustentará sem apoio forte, um grupo que o financia, político ou econômico, ou mesmo um indivíduo que possa sustentá-lo”.

Um jornal feito para determinados grupos, mas que se dizia do “povo”, não conseguiu se sustentar só com as propagandas pagas e com as vendas (assinatura e nos postos de venda). Sintoma de pouca aceitabilidade? Difícil dizer. Mas talvez a legitimidade, forjada no benzer do padre ou na tesoura do prefeito não lhe conferisse a credibilidade necessária e a possibilidade de se manter.³⁴⁵

Dentro daquela configuração, Ottoni Silva e seu grupo talvez não tivessem as mesmas condições financeiras de manter o periódico como poderia ter feito Paulo

³⁴⁴ Em 1967 é possível encontrar nas páginas do *DI* queixas em relação aos barraqueiros. “Antro de perdição”, 06/01/1967, p.4; “Barracas”, 06/01/1967, p.2. E outra que destacava um abaixo-assinado de barraqueiros do bairro São Caetano ao Executivo e Legislativo de Itabuna frente a uma intervenção futura de retirada das barracas. “Barraqueiros no executivo e legislativo de Itabuna”, 05/01/1967, p.3.

³⁴⁵ APMIJD. *Diário de Itabuna*. 21/10/1957, p.1. Refiro-me à inauguração do periódico. A festa de inauguração realizada na sede do jornal, na Rua Paulino Vieira, foi estampada na primeira página da 2ª edição, no dia 21: “nossa humilde tenda de trabalho não pode abrigar tantos amigos”; e “eram pessoas de todas as classes, desde magistrados, prefeito, autoridades policiais, representações de associações, ao povo em sua essência, ao leitor anônimo”.

Nunes ou como fez José Oduque Teixeira.³⁴⁶ A culpa era destinada as políticas cambiais do governo João Goulart, mas a carência parecia ser também interna.

O *DI* lutou para que fosse construída uma determinada cidade, desse modo lutou também pela sua própria sobrevivência. Ao mesmo tempo em que desejou uma modernização nos termos do urbanismo foi engolida pela própria modernização dos aparatos da grande imprensa e da dinâmica do capitalismo mundial. A militância pela “modernidade” se esbarrava na própria modernidade. O que demonstra, todavia, que a “modernidade” tão presente no pensamento onírico, carecia ainda de alguns elementos. A cidade se forjava na diversidade de dinâmicas próprias dos grupos que a constituía. Nessa disputa, as *estratégias* necessitavam ser elaboradas ou reelaboradas pelos *produtores*. O *DI* percebeu isso e mudou o tom. Transformou-se em porta-voz da *democracia*, da *liberdade*, do *progresso*, do *desenvolvimento* e do *povo*. A máscara era o *povo*, mas o rosto era outro.

E o “problema” era justamente esse, vinha de baixo, incomodava no ato cotidiano de ir para seu escritório ou consultório, e ter que se deparar com as “imundas” barracas, de ter que concorrer com um trabalhador autônomo que driblava os controles do poder público para efetuar o seu comércio e sua moradia. E essa agência subterrânea que consumiu a modernidade de forma diferenciada – a larga Avenida Cinquentenário, símbolo maior da modernidade itabunense, era um belo atrativo para o comércio ambulante – solapava a luta pela cidade moderna. O *DI*, que almejava a modernização tanto para a cidade como para si mesmo, parece não ter tido força suficiente nesses jogos de consumos da sociedade capitalista, e se esbarrou na sua própria carência em ser moderno, talvez numa impossibilidade.

³⁴⁶ Sobre Oduque Teixeira é válido ressaltar que ele conseguiu controlar parcela importante dos meios de comunicação de Itabuna, tanto ao comprar o *DI*, quanto na montagem da *Rádio Jornal*, no ano de 1963. Segundo o memorialista Ramiro Aquino (1999, p. 59) a compra do *DI* juntamente com a implantação da *Rádio Jornal* era parte de um plano político orientado no sentido de eleger José Oduque Teixeira prefeito de Itabuna e, por conseguinte, governador do Estado. O plano teria sido formulado por Adelino Kfoury, gerente de banco, membro da ACI e diretor do *DI* na época de Oduque Teixeira. Pressupunha a aquisição de um jornal em Ilhéus, em Itapetinga, um jornal e uma televisão em Vitória da Conquista, em Jequié e em Feira de Santana. Além disso, almejava a instalação de um jornal, uma estação de rádio e um canal de televisão em Salvador. Se existiu realmente esse extraordinário plano é difícil mensurar seu alcance, mas não sua efetividade. Em 1973 José Oduque Teixeira foi eleito prefeito da cidade, mas não conseguiu construir a rede de comunicação estadual e nem chegar a governador do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do território sul baiano, tantas vezes chamado de “região”, “zona”, “civilização”, escrita, reescrita e reproduzida nas malhas discursivas ao longo do século XX, teve como chave-mestra o cacau, o “fruto de ouro”. Variadas portas de produção de conhecimento convergiram de forma complexa, contraditória e diacrônica para um mesmo vórtice, da crença do progresso à ideologia do desenvolvimento, pautado em torno da ideia de “civilização do cacau”. As cidades de Ilhéus e de Itabuna aparecem como eixo desse espaço simbólico.

A primeira com visibilidade mais estruturada, seja por sua tradição de cidade histórica, relativa à formação das Capitânicas Hereditárias da América Portuguesa, seja pela difusão imagética da Ilhéus de Nacib e Gabriela. Itabuna, por outro lado, torna-se o referente que evidencia a expansão da lavoura, a cidade-exemplo, a capital brasileira do cacau, o centro da região cacauera. Cidade-síntese do *mito do desbravador*, mito que sedimentou uma cronologia histórica da região iniciada no final do século XIX, com a expansão das exportações das amêndoas de cacau e que fundamentou as bases de uma memória coletiva regional.

Não é o caso de negar a importância das relações de poder em torno da lavoura cacauera, base socioeconômica de diversos municípios do sul baiano. E sim de demonstrar que uma sociedade não se conforma somente pela sua estrutura material, muito menos por um calendário histórico de fatos que corroboram um presente satisfatório para determinados grupos políticos e econômicos.

A história da “região cacauera”, ao ser postulada somente pelas relações de produção reduziu outras possibilidades do conhecimento histórico, vinculadas aos aspectos da cultura, do social e da política, transformando esses elementos da práxis, em meros recalques da produção econômica. A sociedade vira “cacauera”, a política torna-se a dos “coronéis do cacau” ou da “burguesia cacauera”, a cultura, por sua vez, não sai do singular, com seus emblemas, símbolos, valores, normas e silêncios: “ora uma cultura monolítica impede que as atividades criadoras tornem-se significativas”.³⁴⁷

E quanto de criatividade e significância ficou por muito tempo escondida atrás do véu da “região cacauera”. Será que é possível mensurar as memórias individuais e coletivas de sujeitos e grupos que não se adequaram à fábula da “saga do cacau”? As limitações dessa dissertação impediram uma investigação mais a fundo sobre essas

³⁴⁷ CERTEAU, M. de. *A cultura no plural*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 142.

outras memórias para além das memórias cinquentenárias. Há ainda um caminho longo a ser percorrido no âmbito da pesquisa histórica, e de outras áreas de conhecimento, para que possamos perceber como pode ser diverso um território em suas vivências e memórias múltiplas.

A crença do progresso e as ideias vagas de futuro arraigadas a um passado já fixado na tradição, são os grandes monumentos presentes em estratégias culturais muito preocupadas em validar a trajetória de uma sociedade, estigmatizada pela lavoura cacauera. A partir daí foram produzidos elementos, “bens culturais”, constitutivos do “cortejo triunfante” de que nos fala Walter Benjamin.³⁴⁸

Os momentos comemorativos são interessantes para se compreender as relações de força em torno do poder simbólico, a exemplo dos 500 anos do Brasil, em 2000, ou o recente centenário da cidade de Itabuna em 2010, momento de reflexão inicial para a elaboração desta dissertação.³⁴⁹ Foi possível observar no acompanhamento destes eventos, articulações que partiram de vários centros de poder na sociedade: do poder público, das mídias (jornal, televisão, rádio e internet), do aval de intelectuais, das universidades, da participação de clubes e entidades sociais.

As representações do passado histórico da cidade de Itabuna foram sendo recompostas através da confecção de um leque de produtos em forma de prosa, poesia, audiovisual, biografia, fotografias e simbologias cívicas, transmutadas no momento comemorativo, entre as décadas de 1950 e 1960, em verdadeiros “lugares de memória”.³⁵⁰

Os mitos fundadores, com heroísmos e triunfos; a evolução dos fatos e datas se sucedendo de forma progressiva à espera de um porvir promissor; os nomes e os termos que se repetem ao longo dos textos, como os “sergipanos pioneiros”, que com seu “suor e lágrimas” deram os primeiros passos para uma “civilização rica e exuberante”, fundamentaram uma memória histórica do município e serviu de sustentação para que indivíduos e grupos fossem incorporando, dentro de processo de disputas, determinadas

³⁴⁸“A presa, como sempre de costume, é conduzida no cortejo triunfante. Chamam-na bens culturais”. *Sobre o conceito de história* (Tese VII), cf. LÖWY. *Op. cit.*, 2005; p.70.

³⁴⁹ Em 28 de julho de 2010 foram comemorados os cem anos de Itabuna. Entre as ações comemorativas estavam: a construção de um monumento em forma de fruto de cacau, intitulado a “Saga Grapiúna”; além da reedição do livro *Jequitibá da Taboca*, publicado em 2011, pela Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz (Editus). Para uma análise das comemorações dos 500 anos do Brasil ver: GUIMARÃES, M. L. S. “Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000. p. 21-36.

³⁵⁰ NORA. *Op. cit.*

características identitárias, marcadas por diferenciações locais, por subjetividades regionais e pela construção de um passado homogêneo.

As investigações sobre os bens culturais e representações históricas, elaboradas nas comemorações do cinquentenário de uma cidade no interior da Bahia tornam-se relevantes para percebermos nuances da problemática que se estabelece a partir das relações entre história e produção de memória. Relações perpassadas por tensões, geralmente evidenciadas em expressões de autoridade e controle.

Os manejos de memórias e a manipulação da história foram estratégias colocadas em funcionamento, unificando interesses e expectativas, a conformar, nesse devir, relações de dominação, silenciando o que dispersava, contradizia, e denunciava a impossibilidade da modernidade.

O contexto do cinquentenário também foi marcado por acirramento das contradições sociais no sul da Bahia, pelo crescimento populacional das cidades, pelas reivindicações, por melhores condições de trabalho no campo e as lutas contra as injustiças sociais, intrínsecas à “civilização do cacau” – ações cada vez mais atuantes e ameaçadoras para as classes conservadoras. Nas prévias para a efetivação do golpe civil-militar de 1964, as memórias cinquentenárias e os desejos de modernidade se confundiam, muitas vezes, com o anticomunismo e com o americanismo.

A “cidade da ordem” está intrinsecamente relacionado à “cidade letrada”. Os desejos expressos nas páginas dos jornais, no memorialismo urbano e nos planos de intervenção urbanística de Itabuna projetavam uma linguagem simbólica para cidade, linguagem perceptível àqueles sujeitos que compartilhavam do mesmo universo cultural. Para outros, a cidade se apresentava de forma diferenciada, multiforme e fragmentária, e era apropriada por vivências muitas vezes distantes dos afãs modernizadores, uma avenida retilínea que para uns era o símbolo máximo da civilização e da ordem, para outros era o lugar do trabalho, da moradia e do lazer.

A cidade que se quis moderna foi sendo constituída de escrituras, controladas pelo afã de fixar e naturalizar os espaços e reservá-los para uma minoria, torná-los atemporais. Mas, em oposição a essa *cidade escrita* (pelo urbanismo, pelos Códigos de Posturas, pela memória hegemônica, pelos guias) se rebela a *cidade real* que só se evidencia nas tramas da história vivida, se adequando às transformações da sociedade.

FONTES

Fontes Hemerográficas:

Diário de Itabuna (CEDOC/UESC; APMIJD).

O Intransigente (CEDOC/UESC).

Jornal Oficial do Município (APMIJD).

Voz de Itabuna (APMIJD).

A Tarde (CEDOC/UESC; BPEB).

Jornais cariocas: *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

Periódicos locais recentes: *Jornal Agora*; *Jornal A Região*; *Diário do Sul* - edições comemorativas (APMIJD).

Memorialismo urbano de Itabuna:

ALPOIM, Alice Santana. *Era dos Pioneiros*. Itabuna: A Agenciadora, 1961.

ANDRADE, José Dantas de. *Itabuna cinquentenária: documentário fotográfico histórico de Itabuna*. Itabuna: S.n., 1960.

_____. *Documentário Histórico Ilustrado de Itabuna*. Itabuna: Gráfica e Editora Itabuna, 1968.

_____. *Troças das ruas e da roça: caipiradas, crônicas humorísticas, piadas, sátiras, anedotas*. Itabuna-BA, 1970.

FOGUEIRA, Manoel B.; GONÇALVES, Oscar R.; MACEDO, Janete R.; ANDRADE, João C. de. *O Jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna, 1846 a 1960*. 2ª.ed. 2011.

FREIRE, José Alves de Souza. *Firmino Alves – Fundador de Itabuna*. Itabuna: Edições ITAGRAF, 1963.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. *O Jequitibá da Taboca: ensaios históricos de Itabuna (1849-1960)*. Oficinas Gráficas da Imprensa da Bahia, 1960.

MENDES, Helena. *Figuras e fatos de Itabuna*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas e Bastos, 1967.

PEREIRA FILHO, Carlos. *Terras de Itabuna*. Rio de Janeiro: Elos, 1960.

SILVEIRA, Adelindo. K. *Itabuna, minha terra*. 2.ed. , rev. e ampl. Itabuna: Gráfica Santa Helena, 2002.

Filmes:

“A Jovem Cidade”. Produção: Sani Filmes; Imagens: Osantin; Benedito José; som: Hélio Barrozo Neto; narração: Amaury Valério, 1967. 10 min.,40 seg.

“O Nó: Ato Humano Deliberado”. Dílson Araújo. Órion; Voo Audiovisual e Tupinambá, 2012. 70 min.

“Os Magníficos”. Dir.: Bernard Attal, Brasil, 2009, 52 min.

“Progresso de Itabuna”. ANGELIM, Waldemar; SANTOS, Jorge. DVD. Bahia Filmes, 1960.3 min.

MACEDO, Janete Ruiz de; MACÊDO, Carolina Ruiz de. *Imagens e discursos: cidade de Itabuna, Bahia, progresso de Itabuna, a jovem cidade*. Itabuna, BA: UESC/ CEDOC, 2010. 1 DVD (16min e 40seg).

Revistas:

Bahia Magazine – Edição Especial: Itabuna. Data provável 1964 (CEDOC/UESC).

Eu... - Novembro de 1964 (CEDOC/UESC).

Revista Brasileira dos Municípios (décadas de 1950 e 1960) – Digitalização disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>.

Livros sobre a região cacauera:

ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau. Uma civilização regional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

AMADO, Jorge. *Cacau: romance*. 31º ed. Rio de Janeiro: Record, 1976.

ANDRADE, M. P.; ROCHA, L. B.; GASPARETTO, A. *De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico geográfico*. Ilhéus: Editus, 2005.

AQUINO, Ramiro. *De Tabocas a Itabuna-100 anos de imprensa: uma breve história da imprensa de Itabuna de 1897 até os nossos dias*. Itabuna-BA: Agora Editoria Gráfica, 1999.

ASMAR, Selem Rachid. *Sociologia da microrregião cacauera*. Itabuna, BA: Itagrafe, 1983.

BAIARDI, A. *A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauera da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.

BARROS, Francisco B. de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. Ilhéus: Typ. Baiana de Cinninnato Melchiase, 1915.

BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*, ICB, Boletim Técnico São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunães, 1938.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitânia de São Jorge dos Ilhéus*. MEC, Conselho Nacional de Cultura, 1981. (1ª edição de 1938).

- COSTA, Flávio. J. S. *Plínio de Almeida: obra reunida*. Ilhéus, BA: Editus, 2009.
- DEVOTO, Henrique. “Sobre a produção de cacau na Bahia”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. 1, IGHB, Salvador, 1916.
- DINIZ, José A. F.; DUARTE, Aluizio C. *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: SUDENE-CPR-Div. Pol. Espacial; Universidade Federal de Sergipe, 1983.
- FÁLCON, Gustavo. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus*. 1983. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1983.
- FREITAS, A. F. G. *Os donos dos frutos de ouro*. Salvador, 1979. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 1979.
- GARCEZ, Angelina N. *Mecanismos de formação da propriedade cacauzeira no eixo Ilhéus-Itabuna (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado), UFBA, Salvador, 1977.
- GARCEZ, Angelina N. R.; FREITAS, Antonio F. G. de. *Bahia cacauzeira: um estudo de história recente*. Salvador: Estudos Baianos, UFBA, 1979.
- IEFB. *A Zona Cacauzeira*. Publicações da Universidade da Bahia, 1960.
- LOPES, A. *Solo do trombone: (ditos e feitos de Alberto Hoisel)*. Ilhéus: Editus, 2001.
- MATTOS, Cyro de. *Itabuna, Chão de Minhas Raízes: (Antologia)*. Salvador: Oficina do Livro, 1996.
- MONBEIG, Pierre. “Os problemas geográficos do cacau no sul do estado da Bahia”. *Boletim Geográfico*, vol. 2, n.24, 1945.
- NAVARRO, Zander; ASMAR, Selem R. *Os pequenos produtores de cacau: um estudo em três áreas do sul da Bahia*. Ilhéus: CEPLAC, 1978.
- NETO, Euclides. *Dicionareco das roças de cacau e arredores*. Ilhéus: Editus, 1997.
- PEIXOTO, Afrânio. *Maria Bonita*. 13ª ed. São Paulo: Clube do Livro, 1974. (1ª ed. 1913).
- RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. “A crise da região cacauzeira do sul da Bahia e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades”. *Geoiंगा*, Revista do programa de Pós-graduação em Geografia: Maringá, vol. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.
- ROCHA, Lurdes B. *A região cacauzeira da Bahia: uma análise fenomenológica*. Tese. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2006.
- SANTOS, Milton. *Zona do Cacau*. Introdução ao Estudo Geográfico. Salvador. Artes Gráficas 1955.
- SILVA TAVARES, Pe. Joaquim. “O comércio do cacau particularmente no Estado da Bahia”. *Broteria*, v. XI, Fasc. V, 1913
- SILVA, Deoclésio. “Chorografia do Município de Ilhéus-Estado da Bahia”. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, v. 2, IGHB, Salvador, 1918.

ZEHNTNER, Leo. *Le cacaoyer dans l'Etat de Bahia*. Verlag Von R. Friedlander e Sohm, Berlim, 1914.

Outros Materiais:

Acervo Fotográfico do *Diário de Itabuna*. (CEDOC/UESC)

Coleção de Monografias (IBGE): Itabuna, 1956; 1969. (APMIJD).

COSTA, José Antônio. *Guia da Cidade de Itabuna*. Itabuna: ITAGRAF, 1961-62. Relevante documento para mapear a localização dos lugares de circulação dos produtores culturais.

Guia Turístico do Cacau -1964 (APMIJD).

IBGE. Censo demográfico – Bahia. VIII Recenseamento – 1970. Série Regional. Vol. 1, Tomo XIII. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>.

LIMA, Raymundo. *Autonomia Municipal*: tese apresentada ao V Congresso Nacional dos Municípios. Itabuna: ITAGRAF, 1960.

Livros de Atas da Câmara (APMIJD). Material importante para analisar as movimentações políticas em torno das comemorações do cinquentenário.

Material Informativo sobre Itabuna - Homenagem do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau - 1970 (CEDOC/UESC).

SANTOS, Milton. “Aspectos geográficos da concorrência entre os diversos meios de transporte na zona cacauera da Bahia”. Separata do Boletim Baiano de Geografia. Nº. 1, Salvador-BA, junho de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. “Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como um modo de preparo historiográfico.” *XIII Encontro de História da ANPUH-Rio*, Seropédica/RJ. Identidades, 2008.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDRADE, Celeste M. P. de. *Bahia, Cidade-síntese da Nação Brasileira. Uma Leitura em Jorge Amado*. 1999. Tese de Doutorado, São Paulo: PUC-SP, 1999.

BARROS, J. D'Assunção. “História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço”. *MOUSEION*, vol. 3, n.5, jan-jul, 2009.

BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins fontes, 1988.

BOTTON, F. B. “A masculinidade em questão: uma perspectiva de construção teórica”. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BREFE, Ana. C. F. *A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP-SP, 1993.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed (Edição Digital). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNIELLI, Flávio. de G. *Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas*. Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, Campinas-SP, 2007.

CARVALHO, Philipe M. S. *Uma cidade em disputa: conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930-1948)*. 2009. 175f. Dissertação de Mestrado, UNEB: Santo Antônio de Jesus-BA, 2009.

CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v.1. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. *A cultura no plural*. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2.ed. Oeiras: Celta, 1999.

CRUZ, Heloísa. de F.; PEIXOTO, Maria. do R. da C. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p.253-270, dez. 2007.

CUNHA, Maria. C. P. “Apresentação”. In: *Carnaval e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2002.

DANTAS, Robson N. *Entre a arte, a história e a política: itinerários e representações da “ficção brasileira” e da nação brasileira em Adonias Filho (1937-1976)*. 2010. 212f. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas; Campinas, SP, 2010.

DECCA, Edgar S. de. *1930 - O silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo-SP, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FREITAS, Antônio F. G. de. “‘Eu vou para a Bahia’: a construção da regionalidade contemporânea”. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.9, n.4, p. 24-37, março de 2000.

_____. “Literatura e História: o Romance Regional”. *Politéia: História e Sociedade*, v. 5, nº 1. Vitória da Conquista: UESB, 2005, pp. 13-44.

FREITAS, Antônio F. G. de; PARAÍSO, Maria H. B. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul*. Ilhéus – 1534-1940. Ilhéus: Editus (UESC), 2001.

GARCEZ, Angelina N. R.; FREITAS, Antônio F. G. de. *História econômica e social da região cacauera*. Rio de Janeiro: Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GLÓRIA, Priscila S. da. *Entre a roça e a cidade: trabalho, trajetória e memórias de migrantes em Itabuna, Ba (1960-1990)*. 2011. 157f. Dissertação de Mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2011.

GOMES, Alyne. M. *Rio Cachoeira (Itabuna/Ba): representações, e percepções em diálogo com a história ambiental*. Monografia (Especialização em História do Brasil), UESC, 2012.

GOODWIN JUNIOR, James W. Anunciando a civilização: imprensa, comércio e modernidade *fin-de-siecle* em Diamantina e Juiz de Fora, MG. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 1- 411, dez. 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Manoel L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

_____. “Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

HAESBAERT, Rogério. “Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas”. *ANTARES*, nº 3, jan/jun, Caxias do Sul, 2010. pp. 2-24.

HAGEMEYER, Rafael Rosa. Sobre o papel da imprensa na democracia: uma perspectiva histórica. In: *4º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2006, São Luís - MA. Trabalhos apresentados no 4º Encontro. São Luís do Maranhão : Rede Alfredo de Carvalho, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUNT, Lynh. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KNAUSS, Paulo. “O descobrimento do Brasil em esculturas”. *Projeto História*, n. 20, São Paulo, abril de 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1994.

LEITE, Rinaldo C. N. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios da Bahia na Primeira República*. PUC, Tese, São Paulo, 2005.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salqueiro (org). Trad. Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001.

LINS, Marcelo. da S. *Os vermelhos do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 2007. 255f. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2007.

LOFEGO, Sílvio. L. *IV centenário da cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MACEDO, Janete. R. de. “Construindo Memórias e reforçando Identidade: A Festa do Cinquentenário de Itabuna”. Itabuna. Prefeitura. *Anuário Estatístico de Itabuna 2011: ano 2010/ Prefeitura Municipal de Itabuna, Secretaria de Planejamento e Tecnologia. – Itabuna, BA: PMI/UESC, 2012.*
- MAHONY, Mary. A. “Instrumentos necessários”: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.
- _____. A. “Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauieira da Bahia”. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 737-793, jul.-dez. 2007.
- MANTEGA, Guido. “Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico”. *Relatório de Pesquisa*, n.27, Núcleo de Pesquisas e Publicações, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MARINHO, Pedro Lopes. “O Estado e a economia cacauieira da Bahia”. Artigos do Departamento de Ciências Econômicas, UESC. Apresentação de Trabalho, 2001.
- MOREIRA, Bruno de O. *De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a Revolução Cubana como representação jornalística (1959-1964)*. 2010. 133f. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2010.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1977.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1ªed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOURA, Gissele R. *Indivíduos dados a arruaças: capoeiras, valientes e contraordem em Itabuna (1950)*. 2012. 110f. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2012.
- NEVES, Maricélia C. M. *Estado de Santa Cruz: o separatismo no mosaico baiano (1930-1980)*. 2006. Dissertação de Mestrado, Salvador: UFBA, 2006.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo: CEDUC, n. 10, dezembro/1993.
- OLIVEIRA, Carolina N. dos A. “Vidas mal-ditas: práticas e trânsitos das trabalhadoras do sexo na cidade de Itabuna (BA) - 1930-1950”. *Territórios e Fronteiras*, V.4 n.1, PPG Mestrado em História UFMT: Jan/Jul de 2011.
- PECHMAN, Robert M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- PESAVENTO, Sandra. J. “Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano”. *Estudos Históricos*, vol. 8, nº 16. Rio de Janeiro, 1995. p. 279-290.
- _____. J. “Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. URL: <http://nuevomundo.revues.org/1499>. Consultado em 30 de setembro de 2011.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Ana Paula G. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2003, p.147-160.
- RIBEIRO, Luiz Q.; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação*. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIBEIRO, Ricardo A. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. 2006. Tese de Doutorado- UNICAMP. Campinas, SP: [s.n.], 2006.
- ROSSI, Paolo. *Naufrações sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- SAHLINS, Marshal. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Soanne C. A. *Nacionalismo de esquerda: Frente de Mobilização Popular em Una (1963-1965)*. 2010. Dissertação de Mestrado, UNEB: Santo Antonio de Jesus, 2010.
- SCHWARZC, Lilia M.. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, N. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: NOVAIS, F.; SEVCENKO, N. (orgs.) *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. v.3. São Paulo; Companhia das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Adriana. O. *Damas da sociedade: caridade, política e lazer entre as mulheres de elite de Itabuna (1924-1962)*. 2012. 173f. Dissertação de Mestrado: UEFS, 2012.
- SILVA, Aldo J. M. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Origem e estratégia de consolidação institucional - 1894-1930. 2006. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2006.
- SILVA, Ayala. O. “As origens de Itabuna: o mito e a história”. *Revista Mosaico*, ed. 4, Ano 2, jan., 2011.
- SILVA, Fábio S.; SILVA, Maria A. “Uma leitura de Milton Santos (1948-1964)”. *GEOSUL*, Florianópolis, v.19, n. 37 p. 157-189, jan-jun de 2004.
- SILVA, Helenice. R. “Rememorações/ Comemorações: As utilizações sociais da memória”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 44, p. 425-439, 2003.
- SILVA, Paulo S. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador, Edufba, 2000.
- SILVA, Vicente G. da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política*. 2008. Dissertação de mestrado, PPGH-UFRGS, 2008.

- SIQUEIRA, Antônio J. “Nação e região: os discursos fundadores”. *Ciclo de Conferências Brasil 500 anos*: Rio de Janeiro, outubro de 2000.
- SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SOUSA, Antônio P. *Tensões do Tempo: a Saga do Cacau na Ficção de Jorge Amado*. Ilhéus: Editus, 2001.
- SOUSA, Erashtó F. de. *Subalternos nos caminhos da modernidade: marginais, politização do cotidiano e ameaças à dominação numa sociedade subordinadora do sul da Bahia (Itabuna, década de 1950)*. 2010. 288 f. Dissertação de Mestrado, UFBA: Salvador, 2010.
- SOUZA, Ricardo. L.. “A mitologia bandeirante: construção e sentidos”. *História Social*, n.13, Campinas-SP, 2007. pp. 151-171.
- SPÍNOLA, Noélio D. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século xx*. Salvador, UNIFACS, 2009.
- TAVARES, Luís H. D. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo; Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Literatura e marxismo*. (Ed. Digital). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

ANEXOS

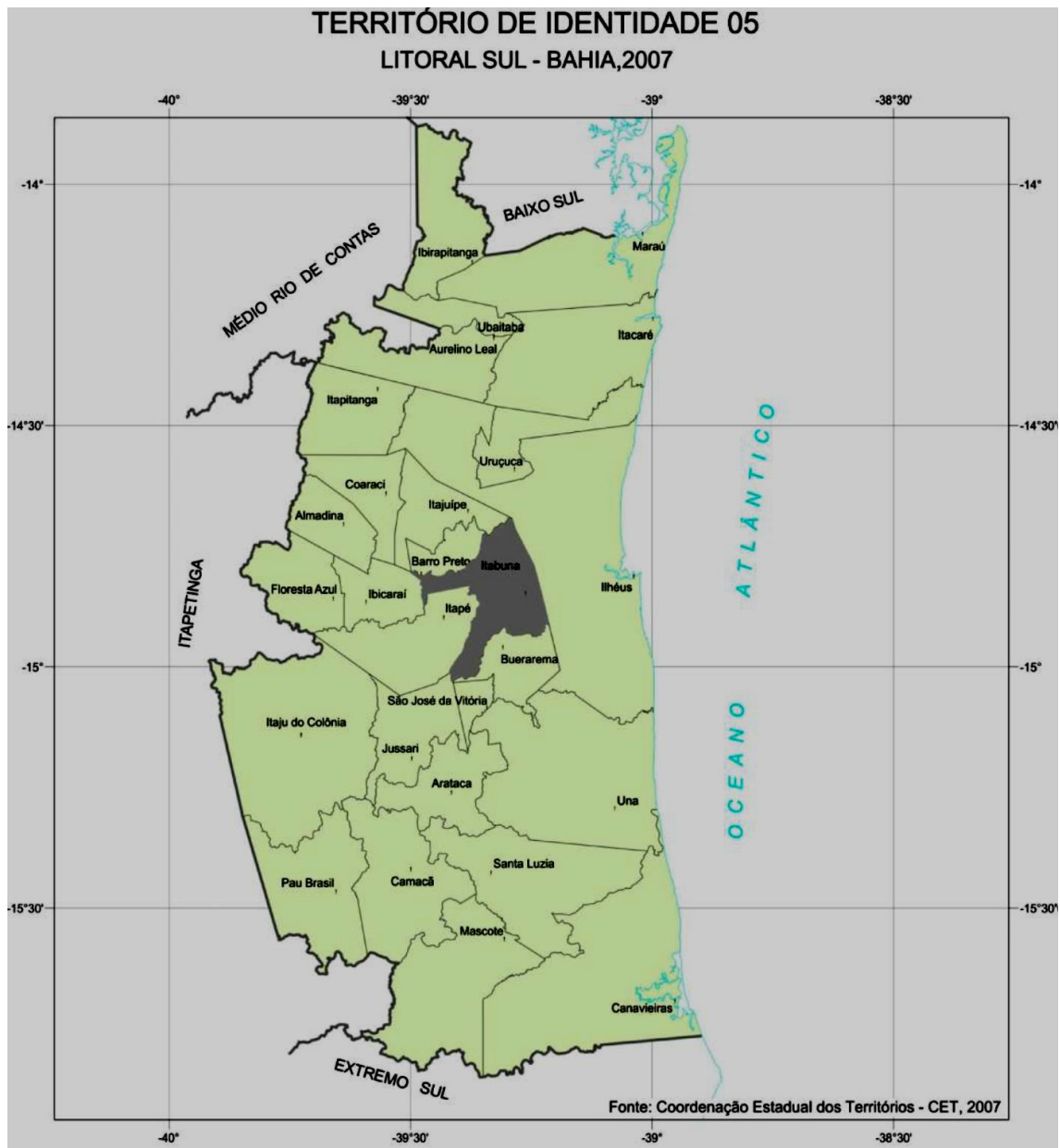


Figura 11 - FONTE: SEL. Apud. *Anuário Estatístico de Itabuna 2011*: ano base 2010/ Prefeitura Municipal de Itabuna, Secretaria de Planejamento e Tecnologia. – Itabuna, BA: PMI/UESC, 2012. p. XXXIV.



Figura 12 - Representação cartográfica de Itabuna feita a partir de mapas datados do final de 1960 e início de 70, encontrados na documentação do Plano Diretor de 1980 e informações do *Guia da Cidade*.³⁵¹

³⁵¹ Agradeço a Diogo Ornelas e Tais Almeida pelo auxílio em computação gráfica.